



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE**

HIROCO LUÍZA FUJII IWASSA

**DOCUMENTOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL (1908):
ABORDAGEM ORTOGRÁFICA DA HISTORIOGRAFIA
DA LÍNGUA PORTUGUESA**

Campo Grande/MS
2014

HIROCO LUÍZA FUJII IWASSA

**Documentos da imigração japonesa no Brasil (1908):
abordagem ortográfica da historiografia
da língua portuguesa**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguagem: Língua e Literatura

Orientador: Prof. Dr. Miguel Eugenio Almeida

Campo Grande/MS

2014

HIROCO LUÍZA FUJII IWASSA

**Documentos da imigração japonesa no Brasil (1908):
abordagem ortográfica da historiografia
da língua portuguesa**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguagem: Língua e Literatura

COMISSÃO EXAMINADORA

Presidente, Prof. Dr. Miguel Eugenio Almeida
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Prof. Dr. Nataniel dos Santos Gomes
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Prof. Dr. José Pereira da Silva
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UERJ

Prof. Dra. Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Campo Grande/MS, 02 de julho de 2014.

Dedico este trabalho às pessoas mais importantes na minha vida.

Pelo que me ensinaram e transmitiram

Pelo apoio incondicional e incessante

Por me completarem como pessoa

Aos meus pais

Ao meu namorado

Aos meus irmãos

Aos meus amigos

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, por sua luz e sua presença constante em minha vida.

À **minha família**, por serem sempre um porto de paciência e sabedoria, mesmo que em sua simplicidade. A vocês, minha eterna gratidão.

Ao meu orientador, **Prof. Dr. Miguél Eugenio Almeida**. Grata por suas orientações e sugestões determinantes em minha pesquisa, as quais me abriram caminhos no âmbito da Historiografia Linguística. Obrigada pelas correções, revisões e esclarecimentos que foram decisivos e enriqueceram a minha vida acadêmica.

À Prof. **Dra. Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros**, cujo magnetismo de suas aulas, contribuiu para a minha atividade como docente e pesquisadora na área de Letras.

Aos Profs. **Dr. Nataniel dos Santos Gomes** e **Prof. Dr. José Pereira da Silva** por contribuírem impecavelmente na condução final deste trabalho.

À Prof. **Dra. Elza Sabino da Silva Bueno** por suas contribuições enriquecedoras que melhor estruturaram a minha pesquisa.

À prof. **Msc. Edna Inagaki** por disponibilizar seu tempo e espaço, com orientações e sugestões de obras que trilharam o processo de imigração japonesa.

À minha tia, **Maria Iwassa** pelas traduções relevantes inseridas na pesquisa. Arigatô!

Aos colegas de mestrado UEMS/CG, **Marta Luzzi, Nagila Sana, Josemara Paes e Magno Pinheiro** pelo companheirismo, incentivo e cumplicidade construídos no cotidiano acadêmico, além dos momentos de lazer que tornaram esta caminhada mais leve.

Ao meu companheiro e namorado **André Rogerio da Silva**, pelo apoio nos momentos de inquietação e cansaço. E por sua disponibilidade nos detalhes técnicos da informática durante esta pesquisa.

Em especial, à minha querida amiga **Letícia Dantas Maia** e sua doce e carinhosa família, que me acolheu durante todo este processo de idas e vindas do mestrado.

À **CAPES** pelo incentivo pecuniário.

A todos os **amigos e familiares** que contribuíram, direta ou indiretamente, durante todo o processo de pesquisa e conclusão deste trabalho, com palavras de incentivo e carinho.

À **Universidade e a todos os mestres e funcionários** deste programa, pelo convívio, amizade e aprendizado inestimável.

E, por fim, a todos aqueles que, por um lapso não mencionei: um abraço fraterno de gratidão.

“O passado é, por definição, um dado que jamais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa”.

(BLOCH, Marc Leopold Benjamin)

RESUMO

Iwassa, Hiroco Luíza Fujii. Documentos da Imigração Japonesa no Brasil: Abordagem Ortográfica da Historiografia da Língua Portuguesa/Hiroco Luíza Fujii Iwassa – 2014. 102 f. Dissertação (Mestrado em Letras, área de concentração em Linguagem: Língua e Literatura) - - Unidade Universitária de Campo Grande, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.

Este trabalho situa-se na Historiografia Linguística e busca compreender o processo evolutivo da ortografia do português no contexto da imigração japonesa para o Brasil. O *corpus* deste trabalho é constituído por fonte documental escrita produzido no Brasil e no Japão. O recorte histórico compreende, mais precisamente, o início do século XX (período de grande fluxo migratório para o Brasil). Tais documentos referem-se ao processo de oficialização e registro informativo da vinda desses imigrantes para o Brasil. Para verificar esse distanciamento linguístico e temporal na língua, adotamos como aporte teórico-metodológico; os princípios de Koerner (1996): Contextualização, Imanência e Adequação. A Contextualização, sob a perspectiva externa da língua, busca a situação histórica, político, econômico e social da sociedade na época. O princípio da Imanência, sob a perspectiva interna, consiste em analisar as estruturas e as terminologias linguísticas peculiares deste período. Ainda sob a perspectiva interna, o princípio da Adequação tem como objetivo comparar o processo evolutivo da língua sob a ótica diacrônica, compreendendo não apenas elementos internos, mas também externos à língua. Dentro desta conjuntura histórica, este trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta os princípios teóricos e metodológicos em Historiografia Linguística segundo Koerner (1996) e os períodos linguísticos correspondentes ao *corpus* desta pesquisa. O segundo capítulo baseia-se na contextualização do processo de imigração japonesa para o Brasil e os documentos envolvidos neste processo. Com intuito de sustentar este estudo de acordo com a Historiografia Linguística, o terceiro capítulo consiste no levantamento e análise do *corpus*, verificando as ocorrências ortográficas presentes nos documentos e toma por base as Gramáticas Históricas de Pereira (1907; 1933) e Coutinho (1971). Visto o processo dinâmico e evolutivo da língua, utilizamos como aporte teórico, a *Gramática Contemporânea* de Cunha & Cintra (1985) para a análise comparativa das ocorrências ortográficas. Vale ressaltar que, este trabalho ganha relevância a partir de sua proposta reflexiva e investigativa de acordo com o quadro linguístico e histórico configurados neste trabalho.

Palavras-chave: Historiografia Linguística. Imigração Japonesa. Ortografia. Documentos Escritos.

ABSTRACT

Iwassa, Hiroco Luíza Fujii. Documents of Japanese Immigration to Brazil: Spelling Approach to Historiography of Portuguese Language/Hiroco Luíza Fujii Iwassa - 2014. 102 f. Thesis (Master's degree in Linguistics) – (Master of Arts, a major in Language: Language and Literature) – Unidade Universitária de Campo Grande, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.

This work is situated in Linguistic Historiography and seeks to understand the evolutionary process of the Portuguese spelling in the Japanese immigration context to Brazil. The *corpus* of this study consists of written document source produced in Brazil and Japan. The historical view consists, more precisely, the early of the twentieth century (period of large immigration flows to Brazil). These documents refer to the formalization and informative record about the immigrants coming to Brazil. In order to verify this linguistic and temporal distancing in language, we adopted as theoretical and methodological support; Koerner principles (1996): Contextualization, Immanence and Adequacy. The Context from the external language perspective, search the historical, political, economic and social society situation at that time. The Immanence principle, from the internal perspective, consists to examine the structures and terminologies linguistics peculiar of this period. Still from the internal perspective, the Adequacy principle aims to compare the evolutionary language process under the diachronic perspective, including not only internal but also external language elements. In this historical context, this paper is divided into three chapters. The first chapter presents the theoretical and methodological principles in Linguistic Historiography according to Koerner (1996) and linguistic periods related to this research *corpus*. The second chapter is based on contextualization of Japanese immigration process to Brazil and the documents involved in this process. In order to sustain this study according to the Linguistic Historiography, the third chapter is a survey and analysis of the *corpus*, checking the spelling occurrences present in documents and it is based on the Historical Grammars of Pereira (1907; 1933) and Coutinho (1971). Given the dynamic and evolutionary process of the language we use as theoretical contribution, the Contemporary Grammar of Cunha and Cintra (1985) in order to comparative analysis of orthographic occurrences. It is noteworthy that this work becomes relevant from his reflective and investigative proposal according to the linguistic and history framework set in this paper.

Keywords: Linguistic Historiography. Japanese Immigration. Spelling. Written Documents.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 PRINCÍPIOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA	15
1.1 Breve histórico da Historiografia Linguística.....	15
1.1.1 Objeto de estudo da Historiografia Linguística.....	20
1.1.2 Metodologia sob a perspectiva de Konrad Koerner (1996).....	22
1.1.3 A dimensão externa: princípio da Contextualização	24
1.1.4 A dimensão interna: princípios da Imanência e da Adequação.....	26
1.2 A História da Ortografia Portuguesa segundo Ismael de Lima Coutinho	28
1.2.1 Período Fonético.....	35
1.2.2 Período pseudoetimológico	37
1.2.3 A dimensão interna da língua: princípio da imanência em Eduardo Carlos Pereira	39
2 IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM CONTEXTUALIZADORA	43
2.1 Os primeiros laços entre Brasil e Japão	43
2.2 A Política de imigração brasileira.....	44
2.3 O contexto da emigração no Japão	46
2.4 <i>KASATO MARU (1908)</i> : documentos em evidências.....	50
2.4.1 Vapor japonês: <i>A Tribuna</i> (1908).....	53
2.4.2 A carta do cônsul brasileiro Alcino Santos Silva (1908).....	54
2.4.3 Os japoneses em S. Paulo: <i>Correio Paulistano</i> (1908).....	55
2.4.4 Lista de bordo dos passageiros (1908)	57
3 DOCUMENTAÇÃO EM EVIDÊNCIA (1908): LEVANTAMENTO E ANÁLISE DO CORPUS LINGUÍSTICO NO CONTEXTO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA	58

3.1	Levantamento e gráfico das ocorrências ortográficas.....	58
3.1.1	<i>O Vapor Japonês – Jornal Santista (A Tribuna -1908)</i>	59
3.1.2	Carta do cônsul brasileiro Alcino Santos Silva (1908).....	60
3.1.3	Os Japoneses em S. Paulo. (<i>Correio Paulistano</i> , 1908).....	62
3.2	Quadro das categorias ortográficas e discussão dos dados.....	64
3.3	<i>O Vapor Japonês – Jornal Santista (A Tribuna-1908)</i>	65
3.4	Carta do cônsul brasileiro Alcino Santos Silva (1908).....	65
3.5	Os Japoneses em S. Paulo. (<i>Correio Paulistano</i> , 1908).....	66
3.6	Gráfico das ocorrências ortográficas por categorias.....	75
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85
	ANEXOS	90
	Anexo I: <i>O Vapor Japonês</i> (Jornal Santista - A Tribuna).....	90
	Anexo II: Carta do cônsul brasileiro Alcino Santos Silva redigida no dia 30 de abril de 1908	92
	Anexo III: <i>Os japoneses em S. Paulo</i> (<i>Correio Paulistano</i>)	98
	Anexo IV: Lista de Bordo do <i>Kasato Maru</i>	102

INTRODUÇÃO

A imigração japonesa segue, neste estudo, como texto e pretexto para discussão e análise, por meio da qual se pretende elucidar questões pertinentes ao contexto dessa imigração, conferindo amplitude ao tema a partir da Historiografia Linguística.

O intuito desta pesquisa é promover o diálogo entre as diferentes áreas do saber, partindo de um olhar interdisciplinar com relação ao assunto proposto. O *corpus* da pesquisa se constitui de fontes documentais escritas que intermediaram a vinda dos imigrantes japoneses para o Brasil.

A estrutura linguística, nessa época, consistia em um sistema ainda em construção, com ausência de normas que sistematizassem o uso da ortografia. Sob a forma de investigação e reflexão, as reformas ortográficas apresentavam-se como tentativas de regularizar essa estrutura.

Há que se dar destaque aos teóricos que abordam sobre a história da língua portuguesa do período em análise. A proposta metodológica tem amparo nos estudos de Pereira (1907) e (1933), tendo em vista a necessidade de se voltar a períodos anteriores da língua. Parte-se do princípio da imanência de Koerner (1996), buscando o estado da língua em um contexto particular, mas não desvinculado dos outros períodos que também fazem parte do processo de construção e formação da língua.

Este trabalho ganha relevância a partir do momento em que se aborda, como ponto de discussão, reflexão e análise, a ortografia dentro do contexto da imigração japonesa no Brasil, mais precisamente no início do século XX.

O intuito desta pesquisa consiste em abordar fatores internos e externos da língua, direcionando o *corpus* para uma análise dos aspectos históricos, críticos e ortográficos dos documentos. Nesse sentido, faz-se um estudo comparado entre o português no início do século XX e o português atual.

Ainda sob a perspectiva metodológica e teórica, abraçam-se, como aporte teórico, estudos de Coutinho (1971), a fim de sustentar este trabalho nos limites da Historiografia Linguística. Consideram-se implicações e motivações que contribuíram para a evolução/mudança da língua escrita em pequenos intervalos de tempo, tendo em vista a falta de identidade de um sistema linguístico ainda não unificado no Brasil.

Além dos teóricos já mencionados, dão base, também, a este estudo, Cunha e Cintra, (1985), uma vez que a gramática contemporânea nos permite fazer uma aproximação da

língua, verificando as mudanças ortográficas ocorridas em relação à época da imigração japonesa para o Brasil.

O distanciamento temporal é evidente, e permite, em contrapartida, fazer uma aproximação linguística, observadas as terminologias presentes no *corpus*. Entre aproximações e distanciamentos, vale ressaltar o princípio da Adequação de Koerner (1996), com o intuito de visualizar as mudanças ocorridas no período em recorte estabelecido para esta pesquisa.

A partir dessas contribuições teóricas em épocas e pensamentos intelectuais distintos, é possível observar o percurso histórico da língua portuguesa e suas implicações inseridas nesse processo. Este trabalho historiográfico se torna evidente, a partir das contribuições teóricas e fontes documentais que retratam o processo de mudança da língua ao longo do tempo e do espaço.

Nessa perspectiva, destacam-se alguns objetivos que fazem parte da estrutura deste trabalho com relevância aos estudos historiográficos. Como objetivo geral da pesquisa, pretende-se desenvolver um estudo a partir da Historiografia Linguística considerando os documentos escritos no contexto da imigração japonesa.

Com relação aos objetivos específicos, intenciona-se mostrar a ortografia portuguesa em uso na época da imigração japonesa, tomando por base a *Gramática Expositiva* de Pereira (1907) em diálogo com a *Gramática Histórica* (1933) do mesmo autor. Busca-se, ainda, elucidar o contexto social, político e econômico do uso da língua portuguesa no momento de produção dos documentos escritos, considerando-se que não havia um controle oficial da ortografia.

A escrita no Brasil era isenta de controle oficial até a terceira década do século XX, quando ocorreu a primeira tentativa de unificar a ortografia com base na reforma feita em Portugal, no ano de 1911, cujo uso, no entanto, era restrito a escolas e publicações oficiais. Nesse sentido, observa-se que a unificação do sistema ortográfico da língua portuguesa prendia-se a uma questão política linguística oficial.

Por meio do *corpus* selecionado para a pesquisa, analisam-se as mudanças ortográficas ocorridas a partir do distanciamento temporal, com base na *Gramática Contemporânea* de Cunha e Cintra (1985).

Dessa forma, a motivação que inspira a consecução deste trabalho consiste em compreender o processo de imigração japonesa no Brasil, em especial, o conteúdo linguístico representado pelo sistema ortográfico da época, revendo as formas de contato existentes entre

Brasil e Japão, por meio dos documentos escritos e elaborados para a oficialização, registro e informação, viabilizando a entrada dos nipônicos no Brasil.

Os dois países apresentavam momentos históricos, sociais e econômicos distintos, no entanto, buscaram, através da diplomacia e negociação, um fator que influenciaria na economia de ambos. A carência de mão de obra no Brasil e a situação de conflito que se estabeleceu no Japão devido à nova ordem econômica, impulsionou a imigração japonesa para o Brasil em condições de trabalhadores braçais nas fazendas de café no estado de São Paulo.

No Brasil, as distâncias geográficas em relação ao Japão, o desconhecimento recíproco e hesitações de ambos os lados quanto às possíveis vantagens de se promover a imigração nipônica impediram sua concretização até os primeiros anos deste século (LEÃO NETO, 1989, p. 09).

Apesar de o governo brasileiro desconhecer o desempenho real da mão de obra oriental, a urgente necessidade de braços para o trabalho nas lavouras de café fez com que o Brasil abrisse oportunidades para os asiáticos.

Desde a saída do porto de Kobe, no Japão, a expectativa de melhores condições de vida para os japoneses estava apostada em terras brasileiras. A viagem era um sinônimo de trabalho, dinheiro e de esperança da volta à terra de origem.

Nesse contexto, observa-se a vinda desses imigrantes, representada oficialmente pelo navio *Kasato Maru*, com destino ao porto de Santos, no ano de 1908. Também conhecido como o navio da esperança, esse marco histórico para ambos os países, representa o início de uma nova fase para os nipônicos em terras brasileiras.

Para a melhor organização dos aspectos documentais e da imigração japonesa no Brasil, este estudo está dividido em três capítulos. O primeiro apresenta os princípios teóricos e metodológicos da Historiografia Linguística que nortearão toda a pesquisa.

O segundo contextualiza a imigração japonesa no Brasil, os primeiros contatos dos imigrantes com os brasileiros, a política de imigração existente no Brasil, além de relatar o contexto da emigração no Japão.

O terceiro capítulo analisa o material linguístico coletado, relativamente ao contexto da imigração japonesa, que consiste basicamente no levantamento das ocorrências e categorias ortográficas do português do Brasil. Nesse capítulo apresenta-se um quadro dessas ocorrências, analisando-as à luz dos documentos escritos da época da imigração comparados aos do português atual.

1 PRINCÍPIOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA

1.1 Breve histórico da Historiografia Linguística

As fontes historiográficas levantadas neste trabalho compreendem a chegada dos imigrantes japoneses ao Brasil, com destaque para o primeiro navio que trouxe oficialmente os nipônicos para o Brasil, bem como para os documentos que envolveram este acontecimento histórico.

Tais documentos merecem atenção no trabalho acadêmico, em especial, da Historiografia Linguística, por apresentarem conteúdo histórico e linguístico. O *corpus* deste estudo se limita aos documentos que fizeram parte desse processo de imigração japonesa no Brasil, a partir do navio *Kasato Maru*, que oficializou a entrada em massa dos imigrantes, que vieram para trabalhar nas fazendas de café no estado de São Paulo.

Busca-se, dessa forma, uma metodologia que possa estruturar o *corpus* desta pesquisa, com intuito reflexivo e investigativo nos limites da Historiografia Linguística. Torna-se, portanto, necessário compreender a conjuntura histórica e as contribuições dessa disciplina para os estudos acadêmicos.

O modo de pensar a história, ou melhor, de fazer história já não é o mesmo de outrora, e a língua permeará as formações discursivas de determinada época, influenciando, manifestando, materializando, cristalizando o discurso, ao longo do tempo, refletindo e refratando as sociedades através da regularidade de uma prática (COSTA, 2009, p. 01).

A perspectiva histórica sobre os fatos deixou de ser apenas uma narrativa dos grandes acontecimentos. É nesse sentido que a língua, como produto social, passa a apresentar diferentes prismas sob a perspectiva científica. Tendo-se em vista as diferentes áreas do saber que se cruzam ao produzir um documento, é que a reflexão histórica sobre os fatos passa a dar outras formas de interpretação sobre um mesmo documento.

Dessa forma, antes de adentrar às questões que envolvem a metodologia desta pesquisa, torna-se necessário que se faça um breve percurso histórico da Historiografia Linguística. Bastos e Palma (2004) enquadram essa corrente teórica numa relação estreita com a História e é através da redefinição dessa ciência que se percorrem os passos que consolidaram a Historiografia Linguística como disciplina.

A Historiografia Linguística passou a ganhar forças apenas quando a ciência histórica sofreu momentos de ruptura, deixando de ser vista como mero relato de acontecimentos.

“Dado essa ruptura, esse novo paradigma redimensionou, inclusive, o fazer historiográfico [...]” (BASTOS, 2004, p. 15).

Conforme Levi (1992), a História Tradicional dos grandes acontecimentos consistia em um sistema linear e invariável sob os efeitos do tempo. Com o surgimento da Nova História, houve a fragmentação dos acontecimentos denominada micro-história.

Nessa perspectiva, observa-se que a História, como ciência, era centralizada apenas nos acontecimentos políticos; esse rompimento vem desde o século XVIII, na França. Dada à necessidade de lançar um novo paradigma, os estudos históricos se estenderam também para outras disciplinas, configurando, dessa forma, um estudo interdisciplinar.

O nascimento da Historiografia se deu na França. Estreitamente vinculada à História, que é uma ciência, a Historiografia passou por um processo de adaptação aos paradigmas que nortearam os estudos históricos. Ora, se a História resumia-se à narrativa oral dos acontecimentos, a Historiografia tinha como papel fundamental o registro desses acontecimentos sem problematizá-los ou questioná-los [...] (BASTOS e PALMA, 2004, p. 15).

De acordo com Bastos e Palma (2004), a mudança de paradigma caracterizou-se com a “*revolução francesa da Historiografia*”, uma vez que impôs uma nova visão de registro histórico. A linguagem humana é manifestada através de várias formas e a Historiografia Linguística obteve, na História, o documento escrito como fonte de objeto de pesquisa. Tal fonte documental permite, através de uma abordagem sincrônica e diacrônica, um estudo em que se verificam as mudanças linguísticas por distanciamento e aproximação do quadro linguístico em períodos diferentes da história.

Essa aproximação e distanciamento linguístico, temporal e histórico é que permite o fazer historiográfico, evidenciando não apenas o caráter interno da língua, como também o externo, que, por ventura, faz parte de todo o processo de formação e mudança de uma língua e de sua estrutura.

Ainda nessa perspectiva histórica, Bastos e Palma (2004) ressaltam a contribuição da “*Escola dos Annales*”, fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre, na busca pela legitimação desse novo quadro científico, abarcando novos rumos para a pesquisa e abrindo um leque de estudos e possibilidades em outras áreas de conhecimento, não cabendo mais a existência da Ciência Histórica como disciplina isolada das outras áreas de conhecimento.

A necessidade de uma história mais abrangente e totalizante nascia do fato de que o homem se sentia como um ser cuja complexidade em sua maneira de sentir, pensar e agir não podia reduzir-se a um pálido reflexo de jogos de poder [...] (ODÁLIA, 1990, p. 08).

Nesse sentido, a Historiografia Linguística ganha consistência a partir do momento em que a História deixa de ser vista como uma ciência de mão única e passa a observar os fatos a partir do homem e não apenas dos acontecimentos. O foco passa a ser o homem e não o fato produzido por ele. Suas ações passam a ser consideradas, visto que suas produções são reflexos de uma dada conjuntura histórica, social e política.

Dessa forma, a renovação dos estudos historiográficos é considerada a partir dos vários fatores que envolvem o homem (Linguístico, Psicológico, Sociológico, Político, Econômico, Religioso e outros); também é a partir desse momento que as ramificações na ciência histórica ganharam outro rumo e outras vertentes, sendo a Historiografia Linguística uma dessas mudanças no quadro historiográfico.

Nesse sentido, vale ressaltar que “[...] o homem não se confinava a um corpo a ser mantido, mas também, um espírito que criava e sentia diferentemente, em situações diferenciadas” (ODÁLIA, 1990, p. 08). A língua, por ser dinâmica, sofre mudanças em suas estruturas conforme as tendências da sociedade, ou seja, é o homem e o contexto que definem a estrutura linguística regente no momento. “Alterações linguísticas não dependem do calendário, nem do ano em que o século acaba ou começa [...]” (SAID ALI, 1921, p. 08), mas das interações que envolvem a língua e a sociedade.

A partir de Marc Bloch e Lucien Febvre observa-se que o social e o homem passam a ser o foco dos acontecimentos históricos. Considerando essa dinâmica entre o homem e a língua é que o olhar para os diversos acontecimentos deixa de ser apenas uma forma de registro acabado. Os fatos históricos não falam por si só, mas apresentam uma linguagem que foi expressa pelo homem, inserida em uma dada conjuntura histórica.

Dessa forma, a Historiografia Linguística surge como uma alternativa de pesquisa, vista a partir de um mesmo documento ou acontecimento histórico.

[...] essa busca por uma nova abordagem da ciência histórica, em não só se concentrar nos acontecimentos políticos, mas também, nos sociais, nos psicológicos e até mesmo nos linguísticos. Essa mudança de paradigma caracterizou-se como a “revolução francesa da Historiografia”, uma vez que impôs uma nova visão de registro histórico (BASTOS e PALMA, 2004, p. 16).

Nesse contexto teórico, esse novo olhar da ciência histórica para os fatos e para outras áreas do saber proporcionou a participação de várias correntes nessa teia de conhecimento, que passou a atender toda a comunidade científica. A partir dessa conjuntura histórica, consideramos a citação abaixo.

Nessa perspectiva científica, a Historiografia instituiu-se como método interdisciplinar, pelo fato de considerar a colaboração de outras disciplinas, quais sejam: a Sociologia, a Psicologia, a Economia, a Geografia e também a Linguística, revelando-se, assim, a intenção de registrar os feitos humanos em sua totalidade (BASTOS e PALMA, 2004, p. 15).

Considerando os novos rumos da História, o fazer historiográfico passou a fazer parte desse novo movimento. Os fatos históricos passaram a ser analisados também linguisticamente, reconstruindo o passado através de ângulos distintos. Os documentos escritos passaram a ser registrados e analisados dentro da pluralidade de disciplinas que compõem a Historiografia Linguística. Dessa forma, “[...] o historiógrafo da Linguística deve se familiarizar com mais de um tipo de transmissão da teoria e da prática linguística e de suas mudanças através do tempo” (KOERNER, 1996, p. 49).

Vale ressaltar que a busca pela consolidação da Historiografia Linguística como disciplina tornou-se considerável a partir da década de 1970, período em que se manifestou a revolução científica mais conhecida através da obra *A Estrutura das Revoluções Científicas* de Kuhn¹ (1962).

Esse período “[...] instaurou-se como marco na compreensão das revoluções científicas, pois ao abordar a questão relativa à mudança de paradigmas na ciência o autor suscitou a comunidade científica, ligada à Linguística [...]” (BASTOS e PALMA, 2004, p. 17).

Nessa busca de paradigmas, Kuhn (1962) estabeleceu que as correntes teóricas se apresentam como algo acabado, a partir do momento em que surgem novas teorias. Nessa mesma discussão considerou-se Hymes (1983), antropólogo norte-americano que reconfigura a definição de Historiografia Linguística em *Traditions and paradigms* (1974), pontuando alguns dos fatores essenciais ao conceito da Historiografia Linguística contemporânea, “autorreflexão metodológica; definições intencionais do objeto; ampliação de escopo e datação; contextualização; abertura para a Linguística Antropológica, a História, a Filosofia e a Sociologia das ciências” (HYMES, 1983, p. 18).

A Historiografia Linguística apresenta tendências, em sua metodologia de pesquisa, abarcando teóricos e linguistas que marcaram o fazer historiográfico e que criaram novos direcionamentos para essa disciplina, uma vez que a língua, a partir de sua análise sincrônica e diacrônica, manifesta, através da antropologia, um olhar além de sua estrutura linguística; nesse sentido, a língua é social e histórica.

¹ Físico e filósofo da ciência estadunidense, sendo um marco no estudo do processo que leva ao desenvolvimento científico.

Vale dar destaque às considerações de Hymes (1983), em que a língua parte de uma organização social e cultural de uma comunidade, pertencente a uma época distante da atual e particular em seus pensamentos intelectuais, o que configura uma sociedade peculiar ao tempo em que está inserida.

[...] as ciências humanas se desenvolvem, sobretudo, em determinadas tradições de pesquisa, apresentando momentos de continuidades e de descontinuidades, pois há períodos em que uma comunidade paradigmática será mais ou menos percebida pela comunidade científica em geral, e isso em razão de suas características contextuais (HYMES, 1974, p. 22).

Observa-se, portanto, que a Historiografia Linguística se tornou um dos membros da ciência histórica, considerando os estudos linguísticos a partir de uma abordagem holística, ou seja, dialogados com outras perspectivas teóricas, contribuindo para uma investigação mais ampla nos diversos campos científicos, em especial no que se refere à língua. Dessa forma, “[...] a Historiografia Linguística apresenta-se para a comunidade científica com o objetivo de descrever e explicar como se adquiriu, produziu, formulou e desenvolveu o conhecimento linguístico em um determinado contexto” (SWIGGERS, 1990, p. 18).

Vale ressaltar que, nesse processo de estabelecimento de paradigmas em relação à Historiografia Linguística, uma nova forma de observar os fatos históricos surge, ou seja, uma nova forma de apropriar-se do fato. A partir dessa concepção, a abordagem que se dá a um documento histórico passa a ser diversificada, no sentido de complementar a pesquisa, e dialogada nas diferentes áreas do conhecimento.

A partir das considerações de Hymes (1974), tais paradigmas não devem ser isolados, mas englobados, apesar das rupturas de Kuhn (1962), visto que as correntes teóricas são sucessivas em suas descobertas e em seu percurso científico. O paradigma é único, mas as perspectivas a partir do objeto de estudo e das correntes que estão associadas a esta pesquisa são plurais em sua dimensão científica.

Nesse sentido, o estabelecimento dessa disciplina se deu por meio da necessidade de observar o fato a partir de prismas diferentes e essa reconstrução do passado em Historiografia Linguística, se dá por um viés que ultrapassa os limites da História e passa a trazer à tona aspectos linguísticos e intelectuais que envolvem todo o escopo de pesquisa.

Não há delimitações históricas, geográficas, políticas, sociais e culturais dentro da Historiografia Linguística. Os aspectos acima mencionados fazem parte de uma teia de conhecimento e construção histórica de uma sociedade que corrobora com a formação e estudo de uma língua. Os vieses que fazem parte não se limitam e não apresentam fronteiras

de conhecimento. Nesse sentido, o escopo dessa corrente se faz a partir da contribuição de outras áreas do conhecimento e a Historiografia Linguística não focaliza o objeto em si, mas o processo pelo qual passou para ser construído.

1.1.1 Objeto de estudo da Historiografia Linguística

De acordo com Milani (2008, p. 03), a partir do quadro científico da Historiografia Linguística, seu objeto de estudo “[...] é o texto”. Nessa perspectiva, um documento individual passa a ganhar coletividade a partir dos diferentes interesses científicos que se tem sobre o mesmo.

Desse modo, o documento ou o texto passa a ser “[...] reconhecido por representar um pensamento dentro de uma sociedade e por ser produzido em uma língua” (*Ibid.*, p. 03). Considera-se, portanto, não apenas a origem que se deu à produção desse documento, mas também, as perspectivas históricas e linguísticas apresentadas após a sua produção.

Assim, o documento está inserido em todo um conjunto que abrange o seu momento de produção e os pensamentos intelectuais envolvidos. Não se traz à tona apenas o texto presente nos documentos, mas também toda a sua conjuntura histórica, seja esta de aproximação ou distanciamento entre épocas distintas. O escopo da Historiografia Linguística não se restringe apenas à língua, “[...] o historiógrafo linguista escolhe junto o conteúdo de uma época e de um lugar” (MILANI, 2008, p. 03). Dentro dessa perspectiva, a reconstrução do passado em Historiografia Linguística se dá por meio do texto-documentos que, de alguma forma, registraram o momento histórico de épocas anteriores.

Considerando o aspecto estático e evolutivo da língua e a noção de tempo histórico, os eixos sincronia e diacronia de Ferdinand Saussure² são fundamentais para a análise do objeto, verificados o seu distanciamento temporal e linguístico.

A partir dos eixos sincronia e diacronia, “[...] deve-se reconhecer nitidamente que o historiógrafo linguista estuda o texto como fato social sincrônico e a língua como fato social diacrônico” (MILANI, 2004, p. 18), uma vez que o aspecto sincrônico da língua consiste em um recorte espaço-temporal; parte da pontualidade do texto, ou seja, volta-se ao passado e nele se concentra, com o intuito de verificar a dimensão interna e externa da língua.

A diacronia contribui para a visão da progressividade da língua ao longo do tempo; dessa forma, observa-se, na diacronia, a influência do espaço temporal e social na mudança

² Saussure, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. Cultrix: São Paulo, 2007.

linguística. Em *Historiografia Linguística* esses dois eixos se cruzam para que se possa compreender o *corpus* da pesquisa em vários momentos históricos da língua. Para tanto, a língua

[...] é um produto social, é uma atividade do espírito humano. Não é, assim, independente da vontade do homem, [...] Não está obrigado a prosseguir na sua trajetória, de acordo com leis determinadas, porque as línguas seguem o destino dos que a falam, são o que delas fazem as sociedades que as empregam (SILVA NETO, 1986, p.18).

O objeto da *Historiografia Linguística* não consiste em um mero texto, um registro, um documento em si. Tais documentos testemunham o contexto de uma época, que, por vezes, não pode ser recuperado e investigado senão pela língua escrita. Nessa perspectiva, a conjuntura histórica e social é refratada na língua oficial de seus falantes e apresentam diferentes finalidades na comunidade científica.

A relevância do objeto da *Historiografia Linguística* vai depender de onde, quando, como e por quem foi produzido. Os fatores externos à língua estão diretamente ligados ao resultado na produção de um documento, que se constitui como fonte documental e objeto da *Historiografia Linguística*. “É nesse aspecto que se evidencia a importância do estudo historiográfico, pois, para reconstruir as práticas linguísticas passadas, é preciso explorar a dimensão pessoal” (BASTOS e PALMA, 2004, p. 19).

Tais fontes documentais foram produzidas pelo homem em um dado contexto e em condições específicas de uma determinada época. Neste sentido, o social consiste em um fator relevante para a análise de uma fonte histórica, não considerando esse documento apenas como um registro, mas como uma instituição que expressa valores, ideologias e discursos.

[...] the object of linguistic historiography can be defined, in a very general way, as (the study of) the long-run development of linguistic knowledge in its (changing) context, and of the complex interplay between continuity and discontinuity, between tradition and change [...] ³ (KUHN, 1977, p. 05).

Assim, o objeto da HL apresenta um contexto que pode variar conforme as teorias e as relações de continuidade e descontinuidade, numa dinâmica complexa entre o tradicional e o novo. O objeto de pesquisa, a teoria e o contexto adotados é que darão norte à pesquisa nessa disciplina.

³ [...] o objeto da *Historiografia Linguística* pode ser definida, de uma forma muito geral, como (o estudo) o desenvolvimento, em longo prazo, de conhecimentos linguísticos em seu (mudança) contexto, e da complexa interação entre continuidade e descontinuidade, entre a tradição e a mudança.

Dessa forma, o objeto da Historiografia Linguística não consiste somente em sua materialidade linguística, mas estende-se em sua dimensão histórica, além de outras abordagens teóricas que se cruzam, produzindo olhares plurais sobre o documento.

1.1.2 Metodologia sob a perspectiva de Konrad Koerner (1996)

Para maior compreensão da ortografia dos documentos selecionados para esta pesquisa, faz-se necessário entender a metodologia que envolverá a análise dessas fontes documentais. “Há vários problemas metodológicos e epistemológicos que enfrenta o historiógrafo da Linguística. Estes incluem questões de periodização, contextualização e, geralmente, procedimentos de pesquisa [...]” (KOERNER, 1996, p. 58).

Neste sentido, toda e qualquer teoria necessita de uma metodologia, porém, a Historiografia Linguística carrega uma problemática ao delimitar o seu espaço de trabalho, devido à diversidade de teorias que se cruzam sobre ela.

Procurou-se, aqui, centralizar as teorias da Historiografia Linguística seguindo os métodos instituídos por Koerner (1996), uma vez que a micro história consistiu-se numa válvula de escape, inserindo, como objeto de estudo, as várias linguagens existentes no complexo sistema linguístico aos meios acadêmicos.

Neste primeiro momento, dar-se-á continuidade a essa discussão teórica, a fim de se compreenderem os princípios que legitimaram a Historiografia Linguística como corrente linguística: *Contextualização, Imanência e Adequação*.

Conforme Koerner (1996), a década de 1980 foi o momento em que as discussões em torno da metodologia estavam em busca de princípios e procedimentos que sistematizassem as pesquisas dessa corrente. Sistematizaram-se três etapas que contribuíram para o trabalho e a legitimação dessas três abordagens, apontando as discussões teóricas acerca dos elementos internos e externos que definem os limites entre a História e a Linguística. Tais limites são inicialmente expostos e discutidos com o intuito de propagar e compreender a metodologia proposta por Koerner (1996).

By its object and by its approach, linguistic historiography implies an intertwining of various disciplines: not only linguistics and history (political history, socio-economic history, cultural history), but also – in degrees that vary according to the period and the topics studied – philosophy (philosophy of science, philosophy of language, logic, theory of knowledge, metaphysics,

ethics), theology, rhetoric, anthropology, semiotics, sociology and psychology⁴ (SWIGGERS, v. 14, n. 01, p. 08, 2012).

Como se vê, a Historiografia Linguística permite que o linguista não fique preso ao mundo particular da disciplina, mas ultrapasse a amplitude do escopo, dada a natureza interdisciplinar dessa corrente, passos que vão além da materialidade linguística do documento. O tratamento que se dá à língua, nesta configuração, consiste em uma abordagem histórica, inserida numa dinâmica em que o aspecto social é quem determina a evolução e a velocidade na qual a língua muda/evolui.

As mudanças sociais fundamentam-se no contexto histórico e estão correlacionadas às mudanças que ocorrem na língua. Pela exigência de um procedimento pluridisciplinar em Historiografia Linguística, torna-se possível conciliar perspectivas teóricas, históricas e socioculturais e agregar valores no processo de compreensão e interpretação do documento (NASCIMENTO, 2011, p. 02).

O sistema linguístico consiste em uma estrutura própria e particular de cada época. Para tanto, é evidente que uma única abordagem seria insuficiente para compreender a complexidade que envolve o seu sistema. A língua carrega discursos e ideologias que somente serão compreendidas por meio do seu fator externo.

A evolução e o desenvolvimento das disciplinas linguísticas, assim como a Historiografia Linguística, estão inseridos em um sistema próprio que pode ser caracterizados pela “[...] discontinuity vs continuity as well as accounting for external factors⁵ [...]” (KOERNER, 1999, p.15). Dessa forma, as relações de continuidade e descontinuidade propostas por Koerner estabelecem uma interação entre as várias teorias que abarcam a Historiografia Linguística e seu objeto de pesquisa, podendo seu grau variar conforme as teorias vigentes da época e sua relação com o *corpus* de pesquisa.

Nesse sentido, os princípios propostos por Koerner (1996) buscam, por meio de três pontos de equilíbrio e resgate, o percurso histórico de uma língua em um determinado período de tempo com o intuito de compreender a sua estrutura em épocas anteriores e seus reflexos no quadro linguístico atual.

⁴ Por seu objeto e por sua abordagem, a Historiografia Linguística implica um entrelaçamento de várias disciplinas: não só Linguística e História (História Política, História Socioeconômica, História Cultural), mas também - em graus que variam de acordo com o período e os temas estudados - Filosofia (Filosofia da Ciência, Filosofia da Linguagem, Lógica, Teoria do Conhecimento, Metafísica, ética), a Teologia, a Retórica, a Antropologia, Semiótica, Sociologia e Psicologia.

⁵ “[...] descontinuidade *versus* continuidade, bem como a representação de fatores externos [...]”.

1.1.3 A dimensão externa: princípio da Contextualização

Parte-se, então, do primeiro princípio da Historiografia Linguística: a contextualização. Esse princípio “[...] diz respeito ao estabelecimento do ‘clima de opinião’ geral do período em que as teorias se desenvolveram [...]” (KOERNER, 1996, p. 60). É nesse sentido que, no campo científico, as mudanças são suscetíveis, pois acompanham as tendências científicas e deixam evidentes as escolhas de certos paradigmas intelectuais do período em questão.

O primeiro princípio diz respeito ao seguinte: as mais variadas correntes - filosóficas, políticas, econômicas, científicas e artísticas - ao se influenciarem, marcam indelevelmente todo um determinado período histórico, e dentro dele, portanto, o pensamento linguístico e a sociedade em geral (BASTOS e PALMA, 2004, p.11).

Nessa perspectiva, a importância de se observar o pensamento intelectual da época que, por ventura, influencia também o quadro linguístico de um dado contexto histórico, se torna evidente e indispensável no trabalho historiográfico.

Essa abordagem permite que o historiador volte ao passado e nele se concentre com o intuito de iluminar o presente, situando a história do documento e estabelecendo o clima de opinião de um dado recorte histórico: “[...] trata-se de traçar o clima de opinião (espírito da época), observando-se as correntes intelectuais do período e a situação socioeconômica, política e cultural [...]” (BASTOS e PALMA, 2004, p. 17).

A contextualização confere uma investigação historiográfica externa à língua, ou seja, aspectos sociais, geográficos, políticos, econômicos e científicos que influenciam, de certa maneira, o sistema linguístico de uma época.

Há de se considerar, portanto, ao se estudar uma determinada conjuntura histórica, um elo entre as diversas teorias de conhecimento da comunidade científica. Isto se deve ao caráter social e político do homem. É nesse sentido que o contexto do documento ganha importância, visto que, no momento de sua produção, outras disciplinas foram envolvidas: a política, a ideologia, a dimensão temporal, a economia, as concepções filosóficas e a razão pela qual foi escrito, influenciam na interpretação das informações presentes no documento.

Tendo em vista as considerações acima, a contextualização possibilita um dado recorte histórico situado no tempo e no espaço, possibilitando a observação das circunstâncias em que o documento foi produzido. Faraco (2005, p. 61), assim se manifesta, quanto ao caráter historiográfico de uma língua:

[...] não parece adequado tratar a língua como uma realidade autônoma, imune à história de seus falantes. Por isso, buscar uma metodologia que integre história interna e história externa (encaixamento estrutural e encaixamento social) é diretriz básica.

Isto se deve à influência de fatores sociais que determinam, direta ou indiretamente, as mudanças no quadro linguístico de época. A língua não evolui ou sofre alterações independentemente, seja na escrita ou na fala. Tais mudanças, mesmo que indiretas dependem de fatores externos a ela. Mesmo que não haja mudanças na sociedade, a língua pode sofrer alterações que são passíveis devido à sua própria dinamicidade, mas que, ainda assim, sofrem influências de fatores externos.

Vale ressaltar que as correntes intelectuais da época contribuem para uma olhar mais amplo do escopo, uma vez que as correntes teóricas se cruzam de forma sustentada em relação a uma dada posição intelectual. Haja vista que “[...] as ideias linguísticas nunca se desenvolveram independentemente de outras correntes intelectuais do período” (KOERNER, 1996, p. 60).

Nascimento (2005, p. 04) faz referência a esse jogo complexo em que a língua está inserida, da seguinte forma:

As línguas são resultados de complexa evolução histórica e se caracterizam, no tempo e no espaço, por um feixe de tendências que se vão diversamente efetuando aqui e ali. O acúmulo e a integral realização delas dependem de condições sociológicas, pois, como é sabido, a estrutura da sociedade é que determina a rapidez ou lentidão das mudanças.

Desse modo, o princípio da contextualização consiste em um cenário que fornece informações extralinguísticas carregadas de significados e intimamente ligadas ao seu contexto de produção. Tal abordagem não deve se restringir ao escopo da Historiografia Linguística, pois “[...] está claro que uma abordagem contextualizadora não pode ser bem sucedida se o foco for estreito demais [...]” (KOERNER, 1996, p. 53).

Esse princípio busca ampliar a visão da língua em que a prioridade é o indivíduo e não a língua, buscando-se, portanto, “[...] uma análise ainda mais abrangente dos fenômenos de mudança, importa apresentar não só o encaixamento estrutural, mas também o encaixamento social [...]” (FARACO, 2005, p. 59).

Nessa perspectiva, as práticas linguísticas, expressas através do fator social, produzem importantes registros, que são testemunhas de uma época que não se pode resgatar pelo

tempo, e, raramente, pelos indivíduos que a viveram. No entanto, os documentos escritos tornam-se fontes importantes ao se apresentarem estáveis sob os efeitos do tempo e do espaço.

Buscam-se, portanto, as razões históricas e a dissolução das estruturas linguísticas com o intuito de melhor compreender a língua. Por estar em constante mudança, mesmo que paulatinamente, a língua apresenta sua complexidade na contemporaneidade, que só pode ser analisada e compreendida através de sua história.

Processo esse, que se baseia nas reflexões acerca da língua, empreendidas por um sujeito enunciativo que possui uma obra particular ou um conjunto de textos, merecedores de observação para que se constitua um *corpus* e, a partir dele, se faça historiografia. Insere-se, como sujeito-autor, num contexto em que várias tradições interferem como a etnia, a localização, o tempo, a cultura, todos os elementos formadores de um vasto campo entrecido por sujeitos, grupos de intelectuais linguistas e por pensamentos linguísticos de época, marcadores de uma produção em linguagens variadas que delineiam esse período (BASTOS, 2012, p. 195-196).

Como é possível notar, esse princípio permite, como método da Historiografia Linguística, que o homem conheça não apenas o seu passado linguístico, mas também o passado de seu país, de sua etnia, de sua região, de sua família. Desse modo, essa disciplina ganha relevância enquanto ciência, trazendo, por meio da sua metodologia, normas e histórias que se constituíram no passado e que podem contribuir, trazendo discussões e reflexões para a compreensão do estado atual da língua e da participação do homem como sujeito dessa prática. Ou seja, o princípio da contextualização coloca-se como ponto de partida para o estudo que envolve o fazer historiográfico.

1.1.4 A dimensão interna: princípios da Imanência e da Adequação

O segundo princípio apresenta dimensões internas da língua: a Imanência. Consiste na busca da língua em documentos históricos, ou seja, a busca da análise da língua em si mesma. “[...] consiste no esforço de estabelecer um entendimento completo, tanto histórico quanto crítico [...]” (KOERNER, 1996, p. 60). “Entende-se por história interna o conjunto de mudanças ocorridas na organização estrutural da língua no eixo do tempo [...]” (FARACO, 2005, p. 59). A história interna a que se refere Faraco (2005) abrange o quadro linguístico de uma determinada época, com suas peculiaridades e terminologias específicas, resultado do tempo e do espaço em que foram produzidas.

O princípio da Imanência consiste na análise do quadro linguístico por meio da verificação da terminologia adotada, o que conduz à compreensão da língua e da sua estrutura interna.

O quadro geral da teoria sob investigação, assim como a terminologia usada no texto, devem ser definidos internamente, e não em referência à doutrina linguística moderna. Este pré-requisito pode ser chamado o princípio da imanência (KOERNER, 1996, p. 60).

O foco, nesse princípio, é o texto; a imanência permite que se faça um mergulho na estrutura da língua sem que a fonte e o conteúdo presentes nos documentos sejam alterados. Tal perspectiva permite visualizar o texto de forma particular, voltado para as características específicas do sistema linguístico, manifestadas através do pensamento intelectual e perspectivas históricas da época, ou seja, particularidades externas à língua que influenciaram, de certa forma, o quadro linguístico em questão. “As fontes documentais não se configuram como um espelho fiel da realidade, entretanto, estão abertas à interpretação do historiógrafo da língua [...]” (NASCIMENTO, 2011, p. 07).

Nesse sentido, podemos considerar que o historiógrafo linguista reconta a história de uma língua através de ângulos diferentes, ampliando o olhar sobre o documento, mas seguindo um método que possa orientá-lo no seu fazer historiográfico.

Observa-se que estudar o passado de um determinado período requer cautela, pois as várias teorias que incidem sobre um documento em análise podem gerar informações distorcidas ou mesmo manipuladas para tal interpretação, uma vez que a única testemunha do passado são os documentos escritos, e é a partir deles que a historiografia se realiza e contribui para um estudo mais profundo.

Dessa forma, o princípio da Imanência requer visão ampla e teórica sobre o documento, tomando-o como uma instituição a ser analisada e multiplicada pelo historiógrafo da língua, sem alterar as fontes documentais.

O terceiro princípio, não menos importante, mas um segmento das duas primeiras abordagens, consiste na Adequação. Essa abordagem segue, ainda, dentro da perspectiva interna da língua, que, de forma complementar, busca a aproximação/distanciamento temporal e cultural do documento, em especial o linguístico.

Somente depois que os dois primeiros princípios foram seguidos (assegurando, desta maneira, que um pronunciamento linguístico tenha sido localizado e compreendido no seu contexto histórico original), pode o historiógrafo aventurar-se a introduzir, ainda que muito cuidadosamente e colocando seu procedimento de forma explícita, aproximações modernas do

vocabulário técnico [...]. talvez pudéssemos chamar este último passo de princípio da adequação (KOERNER, 1996, p. 60).

Prosseguindo com a discussão metodológica, vale ressaltar que esse último princípio consiste em uma análise particular da língua, aliado aos dois primeiros princípios, numa tentativa de comparar os momentos históricos que evidenciam a evolução/mudança da língua. “Princípio da adequação teórica – diz respeito à possibilidade de o historiógrafo reatualizar o documento, aproximando-o no processo de interpretação das teorias e terminologias atuais [...]” (NASCIMENTO, 2011, p. 07).

O princípio da Adequação consiste em um vínculo que se estabelece entre o presente e o passado, compreendendo a mudança da língua baseada em situações linguísticas (aspectos externos) a que foram expostas sob o eixo do tempo.

Essa ritualização acontece com o intuito de compreender o sistema linguístico atual e o percurso histórico pelo qual a língua percorreu, incluindo as influências externas (sociais, culturais, econômicas e políticas) que estão diretamente ligadas à dinâmica da língua. Nesse sentido, a fragmentação do processo histórico pode dificultar uma análise mais crítica da língua em seu processo de mudança.

Tais princípios metodológicos são constituídos não para fragmentar o trabalho do historiógrafo, mas para sistematizar e fornecer fidelidade ao estudo através dos documentos escritos, tornando o fazer historiográfico mais amplo a partir da visão do homem.

As fontes documentais representam a passagem de uma época para outra, de um sistema linguístico para outro e de uma corrente teórica para outra. Essas mudanças só podem ser visíveis a partir do trabalho do historiógrafo da língua, levando em consideração a perspectiva metodológica, que, de certa forma, contribui para um estudo mais completo diante da complexidade de se estudar a história de uma língua.

1.2 A História da Ortografia Portuguesa segundo Ismael de Lima Coutinho

Ismael de Lima Coutinho nasceu no dia 12 de maio de 1900, em Paraoquena, município de Santo Antônio de Pádua, estado do Rio de Janeiro. Faleceu no dia 24 de julho de 1965, em São João da Boa Vista, São Paulo. Educador e filólogo, Ismael Coutinho assumiu cargos públicos de natureza político-administrativa, contribuindo para a educação e cultura do estado do Rio de Janeiro, além da produção de obras que foram significativas na história da língua portuguesa.

Conforme Ribeiro (2011), o século XIX é marcado por estudos de método histórico-comparativo que prosseguiram no século seguinte com as gramáticas históricas de Ismael de Lima Coutinho e Eduardo Carlos Pereira. Com intuito prescritivo, tais gramáticas abordam e registram a complexidade linguística que estava instalada naquele período.

Uma das partes que compõem a estrutura da Gramática Histórica de Ismael de Lima Coutinho, e que consiste em uma categoria essencial à língua, é a questão ortográfica. O autor aborda o percurso e a denominação das divisões dos períodos que marcaram a história e o percurso da ortografia portuguesa.

Vistas as diferentes abordagens que a grafia das palavras vem apresentando no decorrer de sua história, consideramos os períodos ortográficos da língua portuguesa pertinentes ao *corpus* desta pesquisa amparados em Coutinho (1971).

PERÍODO FONÉTICO - Começa este período com os primeiros documentos redigidos em português e se estende até o século XVI. Apesar de certa flutuação que se observa na grafia das palavras, a preocupação fonética transparece a cada momento. A língua era escrita para o ouvido (COUTINHO, 1971, p. 71).

PERÍODO PSEUDOETIMOLÓGICO – Inicia-se no século XVI e vai até o ano de 1904, quando aparece a Ortografia Nacional de Gonçalves Viana. O que caracteriza esse período é o emprego de consoantes geminadas e insonoras, de grupos consonantais impropriamente chamados gregos, de letras como o *y*, *k* e *w*, sempre que ocorriam nas palavras originárias (*Ibid.*, p. 71-72).

PERÍODO SIMPLIFICADO - Principia com a publicação da *Ortografia Nacional*, de Gonçalves Viana, em 1904, e chega até os nossos dias. De conformidade com os princípios por ele estabelecidos, há dois sistemas simplificados: o português e o luso-brasileiro (*Ibid.*, p. 71).

Para melhor compreensão desses períodos, observe-se esta abordagem de Silva (2008, p. 15-16):

[...] um primeiro momento, em que a ortografia assentava-se na pronúncia, isto é, uma ortografia fonética (século XIII – XVI); um segundo momento, caracterizado por uma grafia erudita, de natureza pseudoetimológica (século XVI – XIX); e um terceiro momento, em que se privilegiou uma ortografia simplificada, com a eliminação dos fenômenos puramente fonéticos e do erudito etimológico (século XX).

O percurso histórico da ortografia portuguesa foi marcado por momentos de transição e por tentativas de unificação e regularização do sistema ortográfico da língua. Dessa forma, a

periodização linguística contribui para este trabalho, permitindo uma visão mais evidente da situação ortográfica nesses períodos.

É fato que muitos vocábulos sofreram alterações e não preservaram a mesma forma, na mudança de um período para outro, como este exemplo: “reuniam-se as vogais em hiato, que depois se desfez por crase ou por ditongação: esquecer (<escaecer), *maa* > má, *seer* > ser, *avoo* > avô, *meo* > meio, *creo* > creio, *feo* > feio [...]” (COUTINHO, 1971, p. 66).

A nasalidade representada pelo *m* e *n*, passou a ser representada também pelo til (~), “[...] mantinha-se a nasalidade, resultante da influência do *m* ou *n* originário, sobre as vogais adjacentes que depois desapareceu ou fez desenvolver outros sons: *lũa* (< luna), *corõa* (< corona), *têer* (< tenere) [...]” (*Ibid.*, p. 66).

De acordo com a Fonética Histórica “[...] é de fácil verificação que os fonemas sofrem modificações e quedas [...]” (*Ibid.*, p. 101) e uma dessas modificações constitui-se na nasalização das vogais que passa a ser representada pelo acento til (~), não se restringindo apenas à nasalização através do *m* e *n*.

“O sufixo *-vel* tinha a forma *-bil* ou *-vil*: terrível, semelhávil” (*Ibid.*, p. 66). Conforme Coutinho (1971) a passagem do latim para o português de alguns vocábulos sofreram alterações devido à própria dinâmica da língua. “Quando assim nos exprimimos, é claro que não usamos de linguagem técnica, porque não é o som que se modifica, mas os órgãos do aparelho fonador que se dispõem de outro modo para o emitirem” (*Ibid.*, p. 101).

Tais mudanças acompanharam a evolução da sociedade e, mesmo que vagarosamente, a língua foi se adaptando conforme a oralidade da época. Nesse sentido, a busca pela simplificação passou a ser discutida com intuito de adequar a língua de seus falantes.

Essa periodização linguística permitiu uma visão mais evidente das situações ortográficas expressas de formas distintas. Cada contexto histórico apresenta circunstâncias externas categóricas, na influência da ortografia do português, expressas através de marcas linguísticas específicas na transição de um período para outro. Neste sentido, “Não se estranha a nossa afirmação de que a ortografia portuguesa nunca foi uniforme a quem quer que se tenha consagrado ao seu estudo” (*Ibid.*, p. 71).

Os séculos XIX e XX marcaram um período de transição no cenário político, econômico e social do país. Com a independência política do Brasil, a entrada do café como sinônimo de progresso e a consequente urbanização e a industrialização, em especial na região sudeste, configuraram também no país a busca por uma independência linguística. A nacionalização da língua também passa a ser motivo de discussão entre Portugal e Brasil.

Ressalte-se que as forças de poder econômico, social e político que operavam na época influenciaram no resultado dos acordos ortográficos que se arrastaram durante o século XX. “[...] a conclusão que se colhe é a de que eles visavam impor uma unificação ortográfica absoluta” (Academia Brasileira de Letras, 2009, p. 34).

Essa tentativa dos portugueses de radicalizar o acordo não era pertinente para ambos os países, pois o objetivo dessa discussão consistia em simplificar a ortografia, “[...] Nestas condições, há que procurar uma versão de unificação ortográfica que acautele mais o futuro do que o passado [...]” (*Ibid.*, p. 35).

Pelo fato de mais cinco países lusófonos participarem dessa discussão e sem uma delimitação das diferenças já existentes no sistema ortográfico dos países participantes, poderia ocorrer, não uma união, mas uma desagregação ortográfica da língua portuguesa.

Nesse contexto, é válido trazer um breve histórico dos acordos ortográficos durante o século XX, ou, ao menos, da tentativa desses acordos. “A existência de duas ortografias oficiais da língua portuguesa, a lusitana e a brasileira, tem sido considerada como largamente prejudicial para a unidade intercontinental do português [...]” (*Ibid.*, p. 33)⁶.

Sabe-se que a língua tem dinamismo próprio e que suas respectivas mudanças giram em torno de fatores externos. A partir dessa conjuntura histórica, os acordos ortográficos da Língua Portuguesa foram feitos para simplificar e sistematizá-la em sua escrita, além de dispensar regras ortográficas desnecessárias.

O português do Brasil e o português de Portugal marcaram a história dos acordos ortográficos durante o século XX. A necessidade de simplificar e de sistematizar a respectiva ortografia era evidente. Apresenta-se, a seguir, uma cronologia desses acordos que representam a situação ortográfica do português nesse período.

Conforme o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, elaborado pela Academia Brasileira de Letras, edição de 2009, verificam-se as tentativas de regularizar a ortografia no Brasil e nos países lusófonos, enquadrados no Período Simplificado da língua portuguesa.

Em 1907, a Academia Brasileira de Letras deu início às tentativas de simplificar a escrita nas suas publicações.⁷ Considere-se o seguinte relato:

Antes que o Governo Português tornasse obrigatória a reforma da ortografia para Portugal e suas colônias, em 1911, cogitou entre nós a Academia Brasileira de Letras de adotar, nas suas publicações oficiais, um sistema de

⁶ Academia Brasileira de Letras. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. 5ª edição, São Paulo, 2009.

⁷ Os acordos realizados nos anos 1907 e 1996 são referidos no site: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=acordo-historia>

grafia de objetivo manifestamente simplificador. Isto se deu em 1907 (COUTINHO, 1971, p.79).

Apesar dessa tentativa simplificadora na ortografia, até a terceira década do século XX, não houve reformas ortográficas, senão, apenas tentativas de implantação de uma ortografia comum a ambos os países. Dessa forma, remonta-se a “1911, ano em que foi adotada em Portugal a primeira grande reforma ortográfica, mas que não foi extensiva ao Brasil” (Academia Brasileira de Letras, 2009, p. 33).

Essa reforma se concretizou somente em Portugal, com mudanças ortográficas significativas, o que modificou completamente a língua escrita. No entanto, o Brasil conservou a ortografia pseudoetimológica vigente no período em questão.

Essas reformas, todavia, nunca tiveram inteira aceitação por parte dos que vivem da pena, jornalistas e literatos, e muito menos do povo. Foi compreendendo isso que o nosso Governo, no intuito patriótico de solucionar de uma vez tão complexo problema, fonte de tamanhas incertezas e dificuldades, tornou oficial, em todo o território brasileiro, o *Acôrdo* celebrado, em 1931, entre a nossa Academia de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa (COUTINHO, p. 80, 1971).

Com o objetivo de simplificar e minimizar tais diferenças ortográficas entre Brasil e Portugal, a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa aprovou o primeiro acordo ortográfico entre os dois países. “[...] foi aprovado em 1931 o primeiro acordo ortográfico entre Portugal e Brasil [...]” (Academia Brasileira de Letras, 2009, p. 33). No entanto, esse acordo não foi colocado em prática. Ou seja, teve pouca repercussão na realidade escrita do país.

Perante as divergências persistentes nos *Vocabulários*, entretanto publicados pelas duas Academias, que punham em evidência os poucos resultados práticos do Acordo de 1943, realizou-se, em 1945, em Lisboa, novo encontro entre representantes daquelas duas agremiações, o qual conduziu à chamada Convenção Ortográfica Luso-Brasileira de 1945. Mais uma vez, porém, este acordo não produziu os almejados efeitos, já que ele foi adotado em Portugal, mas não no Brasil (*Ibid.*, p. 33).

Como resultado das discussões anteriores, em 1943, foi redigida a Convenção Ortográfica entre Brasil e Portugal com o intuito de simplificar e regularizar a ortografia. A partir dessa Convenção foi elaborado o *Formulário Ortográfico*⁸. Ainda assim, em 1945, com a Convenção Ortográfica Luso-Brasileira, a reforma ortográfica não foi adotada, pois o Brasil continuou a seguir a ortografia anterior.

⁸ Conjunto de instruções estabelecido pela Academia Brasileira de Letras para a organização do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa no ano de 1943.

O motivo das divergências do Acordo de 1945 consiste na proposta de reforma absoluta da ortografia portuguesa. Tal reforma consistiu em dois princípios desconsiderados pelos brasileiros: o primeiro, referente à “Conservação das chamadas consoantes mudas ou não articuladas, o que correspondia a uma verdadeira restauração destas consoantes no Brasil, uma vez que elas tinham há muito sido abolidas” (*Ibid.*, p. 34).

O segundo princípio diz respeito à acentuação das palavras, em que se buscava a “Resolução das divergências de acentuação das vogais tônicas *e* e *o*, seguidas das consoantes nasais *m* e *n*, das palavras proparoxítonas [...] que consistia em as grafar com acento agudo e não circunflexo conforme a prática brasileira” (*Ibid.*, p. 34).

Tal reforma manifestava-se contra a tradição ortográfica portuguesa, uma vez que “[...] o acento agudo, nestes casos, apenas assinalava a tonicidade da vogal e não o seu timbre [...]” (*Ibid.*, p. 34). Dessa forma, “[...] procurava-se resolver a divergência de acentuação gráfica de palavras como *António* e *Antônio*, *cómodo* e *cômado*, *género* e *gênero*, *oxigénio* e *oxigênio* etc. [...]” (*Ibid.*, p. 34).

O segundo princípio proposto para a reforma levantou divergências, pois há reformas que são inviabilizadas, não por uma questão administrativa e política, mas pelo caráter próprio da língua de um determinado país, ou seja, a questão da pronúncia deixa de ser simplesmente, um empecilho administrativo e passa a ser linguístico.

Conforme Proença Filho (2008), em 1967 iniciava-se a tentativa de regularizar a ortografia a partir de quatro princípios, mas a discussão ainda persistiu pelas academias e comissões de especialistas da época e se estendeu por mais quatro anos. Até que, em 1971, a lei nº 5.765 de 18 de dezembro aprova tais alterações na ortografia da língua portuguesa.

[...] fica abolido o trema nos hiatos átonos; o acento circunflexo diferencial na letra *e* e na letra *o* da sílaba tônica das palavras homógrafas de outras em que são abertas a letra *e* e a letra *o*, exceção feita da forma *pôde*, que se acentuará por oposição a *pode*; o acento circunflexo e o grave com que se assinala a sílaba subtônica dos vocábulos derivados em que figura o sufixo *mente* ou sufixos iniciados por *z* (*Ibid.*, p. 85).

Tal lei reduziria substancialmente as divergências ortográficas entre os dois países, porém, as divergências ainda persistiram nos dois sistemas ortográficos. Nesse mesmo período, “[...] a Academia de Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras elaboram em 1975 um novo projecto de acordo, que não foi, no entanto, aprovado oficialmente por razões de ordem política, sobretudo vigente em Portugal” (*Ibid.*, p. 33).

Ainda com dois sistemas diferenciados, o texto elaborado em 1975 resgata o comando do processo e, dessa forma, partiu-se para a elaboração de um novo projeto. O texto elaborado

diluía significativamente as divergências entre as duas orientações ocorridas em 1945 e 1943. Dentro desta perspectiva, o desacordo continua por motivos de caráter político.

Nesse contexto de tentativas, conforme a Academia Brasileira de Letras (2009), pela primeira vez, em 1986, o encontro de representantes dos sete países de língua portuguesa, incluindo os cinco países africanos lusófonos - Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Brasil e Portugal. No entanto, o Acordo Ortográfico ficou inviabilizado pela reação polêmica ocorrida, sobretudo em Portugal.

De acordo com a mesma Academia (2009), esse Acordo Ortográfico de 1986 propiciaria a unificação de 99,5% do vocabulário comum. Dentre estas mudanças estava a supressão total dos acentos das palavras paroxítonas e proparoxítonas. Porém, não foi adiante, por força das reações polêmicas provocadas, da mesma forma que em 1985.

Em 1990 foi promulgado o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990, juntamente com a elaboração de uma Nota Explicativa⁹ do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Em 2004, os ministros da Educação dos vários países da CPLP reuniram-se em Fortaleza para a aprovação do *Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*. Fica, assim, determinado, que bastava que três membros fizessem a ratificação para que o *Acordo Ortográfico* pudesse entrar em vigor e Timor-Leste passasse a integrar a CPLP.¹⁰

Os esforços para simplificar a língua escrita dos países lusófonos passaram por discussões de especialistas e políticos em exaustivas tentativas de unificação. No entanto, somente no ano de 2008, é retomado e aprovado o Acordo Ortográfico de 1990 elaborado em Lisboa.

O decreto nº 6.583 de 29 de setembro de 2008 aprovou a implantação do Acordo Ortográfico cujo período de transição será de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2015.

O propósito, aqui, em relação à apresentação dessa cronologia dos Acordos Ortográficos, foi apenas o de traçar um panorama histórico da língua portuguesa no que se refere à simplificação de sua grafia. Essa questão apresenta um panorama complexo que

⁹ O referido texto original do Acordo estabelecia em seu artigo 3º, que o referido Acordo entraria em vigor no dia 1º de janeiro de 1994, após o depósito dos instrumentos de ratificação de todos os Estados junto ao Governo da República Portuguesa.

¹⁰ O acordo de 2004 está referido no site: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=acordo-historia>

envolve países e terminologias linguísticas as quais se estabelecem conforme o seu uso em contextos distintos.

Vale ressaltar que, pelo fato de a língua ser viva, receber influências de seus falantes e dos elementos externos que envolvem o seu uso, tais acordos não se constituem apenas como uma confirmação de seu passado, mas também como uma busca constante de mudanças e de simplificação da língua portuguesa.

Ressalte-se, ainda, que o Acordo Ortográfico não unifica a grafia. O intuito deste acordo consiste em simplificar a língua escrita comum aos países lusófonos. Na verdade, o que se unifica é o consenso entre idas e vindas, na discussão ortográfica, reconhecendo como única forma escrita o sentido de uma determinada palavra. A pronúncia de uma mesma palavra, por variação permitida, pode ser diferente em diversos países ou regiões, no entanto, o consenso em se escrever o mesmo vocábulo e reconhecê-lo apenas de uma forma é que justifica a busca pelo Acordo Ortográfico.

1.2.1 Período Fonético

Conforme Coutinho (1971), este período considera a ortografia com base na língua falada, ou seja, apresenta a língua, primeiramente, a partir da oralidade e não da escrita. A ortografia acompanha a evolução da língua oral. Dessa forma, “Escrevia-se não para a vista, mas para o ouvido” (COUTINHO, 1971, p. 72).

Coincide este período com a fase arcaica do idioma. O objetivo a que visavam os escritores ou copistas era facilitar a leitura, dando ao leitor uma impressão, tanto quanto possível exata, da língua falada, [...]. Não havia um padrão uniforme na transcrição das palavras. Às vezes, num documento, aparecem os mesmos vocábulos grafados de modo diferente (*Ibid.*, p. 72).

As palavras eram grafadas conforme a pronúncia, por isso, a denominação de período fonético. O som prevalecia no momento de grafar as palavras: “O *systema phoneticum* consiste na simples representação *graphica* de cada som vocabular. Faz coincidir cada *phonema syllabico* com uma letra, exs.: *aflito, ação, ginasio, apto, abil, tisica, encetar, isento, cisma*” (PEREIRA, 1907, p. 35).

Nessa perspectiva, observam-se características linguísticas específicas e recorrentes deste período:

Este systema, tão preconizado pelos phoneticistas, não oferece, contudo, base uniforme para uma reforma orthographica, vista a grande variedade da pronuncia, de região para região e de século para século. Sendo nelle a palavra escripta a imagem exacta da palavra falada (PEREIRA, 1933, p. 102).

Dada à irregularidade da ortografia nesse período linguístico, vale ressaltar algumas de suas características específicas. Observa-se, por exemplo, que a vogal *i* era recorrentemente representada pelo *y*: *typo* > tipo; *hygiene* > higiene; *mysterio* > mistério. “A nasalação das vogais era representada de várias maneiras: por ~ (til), por ‘‘ (dois acentos), por *m* e *n*” (COUTINHO, 1971, p. 73). “Os fonemas *m* e *n* empregavam-se indistintamente antes de consoante [...] omrra, onde, cambho, senpre” (*Ibid.*, p. 73).

“Sôbre as vogais nasais nota-se o sinal duplo ‘‘, que parece indicar nasalação: máãos = mãos, oméés = homens [...] usa-se também sobre as vogais orais: Bragáá = Braga, séér = ser (*Ibid.*, p. 73).” “Pela queda de consoante medial, ajuntavam-se duas vogais no corpo do vocábulo, constituindo hiato: ser < sedere, coor < colore, maa < mala [...]” (*Ibid.*, p. 72).

Observem-se mais algumas particularidades ortográficas desse período: “As consoantes tinham, no português arcaico, o mesmo valor que no português atual [...]” (*Ibid.*, p. 73). No entanto, a desordem no sistema ortográfico era explícita; o uso de determinadas consoantes era recorrente: o “*h* – ora aparece representado no início das palavras, de conformidade com a origem latina, o que acontece menos vezes: homêes = homens; ora é omitido: omilde = humilde, aver = haver”.

Porém, o *h* também era grafado de forma que a etimologia das palavras não era suficiente para explicar: hordenar, hobra. “No meio das palavras, separava as vogais em hiato: cahir; sahir; ou representava a semivogal *i* ou a nasal *ĩ*: sabhã = sabiam (saibam), camho = camão” (*Ibid.*, p. 74).

O “*l* é comum estar geminado no meio e no fim da palavra: *ella* ou ela, *castello* ou castelo” (*Ibid.*, p. 74). O “*s* substituía às vezes o *c* ou *ç*: *sima* = cima [...] era empregado também com o valor de *ss*: *poso* = posso, *nosso* = nosso” (*Ibid.*, p. 74).

A forma como se empregavam as vogais e consoantes, nesse período, caracterizava parte do que consistia o sistema linguístico da época representado pelo caos linguístico que estava instalado no país. Conforme Pita (2001), esse contexto linguístico inserido no período medieval deixa evidente a função da igreja como instituição religiosa e educativa, pois se constituía como única instituição sólida que poderia divulgar a língua em seu uso escrito.

Dessa forma, o aumento de variações linguísticas se fez presente nesse período e a unificação da língua portuguesa estava além das manifestações linguísticas da época. A

regularização da língua escrita tornava-se também um problema interno, pois as diferenças linguísticas e o isolamento regional evidentes na Idade Média dificultavam ainda mais o processo de unificação e nacionalização da língua.

Dada essa conjuntura histórica, observa-se que o período fonético¹¹ consistia em um sistema que não apresentava uma ortografia unificada por não haver uma identidade nacional, mas regional. A língua se estruturava e evoluía conforme as circunstâncias de cada região.

1.2.2 Período pseudoetimológico

De acordo com a periodização de Coutinho (1971), o período fonético apresentou surtos etimológicos, cujas palavras, em sua maioria, eram grafadas conforme as influências sociais da época. “Esta tendencia accentuou-se com os latinistas do sec. XV, e firmou-se preponderantemente com a erudição classica do sec. XVI e XVII” (PEREIRA, 1933, p. 102).

Durante o século XV, surge um novo espírito que transforma as artes, as letras, as ciências e a filosofia. Para os eruditos e sábios, chamados de humanistas, o mundo temporal tornou-se também importante, tendo o ser humano como centro. O Renascimento coincidiu com a descoberta do passado, principalmente na Itália, onde havia reminiscência do império Romano, e com a descoberta de novas terras, graças às navegações portuguesas às costas da África, da Índia, da China e da América (FLORES, 1996, p. 437b-438a).

O período renascentista, como o próprio nome revela, foi um momento de redescobertas para a ciência, e os estudos que envolvem a língua passaram a ter mais atenção; porém, o objeto de pesquisa passou a ser o homem, e não a língua. A língua passou a ser resultado das ações do homem envolvido e construído em contextos sociais e históricos. Assim, os fatores externos contribuíram de forma evidente com os estudos linguísticos.

O período pseudoetimológico revela a influência desses fatores externos que contribuíram para a formação linguística. Motivo de discussões, tal período apresentava o abismo entre a língua falada e a língua escrita, sendo a ortografia uma das categorias que apresentaram alterações e exageros significativos, a partir do latim e do grego, na estrutura das palavras. “Tão grande foi êsse influxo que não só os vocábulos novos entram para o nosso léxico com aspecto gráfico alatinado, mas também os que já tinham formas vulgares sofrem o travestimento etimológico” (COUTINHO, 1971, p. 76).

¹¹ Período que compreende até o século XVI. (CARVALHO, 2005. In: ALMEIDA, 2007, p. 107)

O maior conhecimento do latim, sobretudo com o Renascimento, que proclamava a necessidade de se conhecerem os escritores clássicos, romanos e gregos, foi causa de que começassem a aparecer entre nós as complicações gráficas (*Ibid.*, p. 71).

Resultado da influência de obras renascentistas, as palavras eram grafadas conforme a ortografia dos escritores clássicos, com a motivação de manterem a etimologia das palavras. Tais exageros eram constantes, pois não havia nenhuma restrição quanto ao uso dessas grafias e muito menos uma política que viabilizasse a unificação da língua escrita neste período. “A moda vence em toda linha. Os apêndices e arrebiques inúteis fazem parte integrante da arte de escrever” (*Ibid.*, p. 71). Dessa forma, vale ressaltar as características ortográficas fiéis à etimologia das palavras gregas e latinas.

Conforme Pereira (1933, p. 103), três elementos são particulares neste período: a) a conservação da prepositiva insonora dos grupos das consoantes, por exemplo: *affimar, adduzir, acto*, escripto e do *h* etimológico – *homem, honra, attrahir*; b) a conservação dos digramas gregos – *ch, th, ph, rh* – *character, charidade, teatro, philosophia, rhetorica*; c) a preferência de vogais originais em certas palavras, a despeito da pronúncia, como por exemplo: *edade, equal, egreja*.

O período pseudoetimológico expressava a identidade ortográfica desse período e se tornava evidente através das obras literárias, jornais e documentos escritos que circulavam na época.

São inúmeros os disparates gráficos, decorrentes do uso da ortografia etimológica. Basta citar *sepulchro, chrystal, thesoura, theor, lyrio, cysne, systhema, categoria, catecismo, author, authonomia, contricção, tradição, Hyppolitho, Collyseu, Thiago, Themudo, Ignez, fleugma, licção, enygma, ellypse, dacta, satyra, posthumo, unnundar, querela*, etc. (COUTINHO, 1971, p. 77).

Verificam-se, aqui, palavras cuja estrutura apresenta erros gráficos ou cacografias. Tais erros são considerados exageros, na ortografia portuguesa e, assim, denominados pseudoetimológicos.

Apesar de a oralidade não corresponder à grafia, por serem modalidades linguísticas diferentes, nesse período a língua escrita entra em disparidade gritante com a oralidade, pois a ortografia pseudoetimológica dificultava até mesmo o leitor ou falante ao pronunciar certas palavras. Dessa forma, a irregularidade ortográfica tornava-se mais evidente e o desacordo prevalecia.

Além da dificuldade que acarreta na prática, por exigir do escriba o conhecimento de vários idiomas, é este sistema por natureza anacrônico, assinalando um divórcio total entre a língua falada e a escrita. [...] Com a sua prática, fica vacilante a pronúncia, porque a presença das letras etimológicas deixa o leitor neófito quase sempre em dúvida sobre se deve ou não pronunciá-las (*Ibid.*, p. 76).

Nesse sentido, a etimologia das palavras era uma constante na ortografia do período; cada qual escrevia conforme considerava mais adequado, justamente por não haver um sistema que contribuísse para a simplificação e unificação do uso da língua, na escrita e, conseqüentemente, na oralidade. Dessa forma, muitos vocábulos com o mesmo sentido poderiam apresentar grafias diferentes.

Conforme Marcuschi (1997), a oralidade e a escrita são consideradas modalidades de uso diferente. A oralidade, de forma mais dinâmica, é desenvolvida em contextos mais informais de comunicação e evolui mais rapidamente do que a escrita, visto que não depende de órgãos públicos para formalizar o seu uso. Já a escrita se desenvolve em contextos mais formais, como por exemplo, a escola. O seu uso depende da formalização de poderes públicos, haja vista o seu caráter mais prestigioso e padronizado. O uso da escrita é menos intenso, daí, o seu caráter de imobilidade e passividade quanto às mudanças, pois dependem de ações políticas para que sejam aceitas e regulamentadas.

A ortografia, nesse caso, encaixa-se na língua escrita e não permite a flexibilidade inerente à oralidade, pois o compromisso da ortografia é com a palavra escrita e exige a formalidade para que seu uso seja aceito. Nesse sentido, considera-se a ortografia como a roupagem da língua, ou seja, o seu caráter externo e formal.

Vale ressaltar que a ortografia que circulava através dos escritores clássicos do período pseudoetimológico consistia em uma grafia restrita a um pequeno grupo da sociedade. Nesse sentido, observa-se que a língua portuguesa não consistia apenas em uma estrutura a ser adotada, mas em um instrumento de demarcação de fronteiras e classes, o que provocou o atraso em estabelecer uma identidade para a língua portuguesa. De fato, o sistema etimológico se caracteriza pela imobilização da ortografia, com restrições à mudança da língua escrita, resistentes à evolução fonética.

1.2.3 A dimensão interna da língua: princípio da imanência em Eduardo Carlos Pereira

Nessa perspectiva linguística, é pertinente que se busquem escritores inseridos no contexto do início do século XX. As obras de Eduardo Carlos Pereira, por exemplo, merecem

ser revisitadas, pois registram o estado e as condições em que se encontrava a língua portuguesa nesse período.

Eduardo Carlos Pereira vivenciou o período em que o Brasil passava por mudanças políticas, econômicas e sociais. A Proclamação da República, a Abolição da escravidão e a busca por mão de obra para as lavouras de café expressam o panorama brasileiro desse período.

O autor nasceu nesse contexto de transformação, em 8 de novembro de 1885, em Caldas, Minas Gerais e faleceu em 1923. Seu trabalho acadêmico resultou em produções literárias relacionadas à educação e de cunho religioso. Na educação, contribuiu para o estudo e compreensão da língua portuguesa, com a produção de gramáticas, num período em que a língua escrita ainda carecia de regras que unificassem o seu uso escrito. “[...] vemos a sua formação rica de gramático e estudioso da Língua Portuguesa guiada pela prática docente concursando então no Ginásio do Estado de São Paulo” (ALMEIDA, 2007, p. 84).

Busca-se, então, como aporte teórico para este trabalho, a *Grammatica Expositiva* de Pereira (1907) e, como complemento ao diálogo desta discussão linguística, a *Grammatica Historica* (1933), do mesmo autor. Tais escolhas se justificam por apresentarem o quadro linguístico do início do século XX, período correspondente ao *corpus* deste trabalho, a ser analisado no próximo capítulo.

Essas duas gramáticas estão inseridas em um contexto que buscavam a reorganização do sistema educacional e linguístico. No entanto, conforme Faccina (2002), a reforma educacional não ocorreu na mesma velocidade política e econômica do país, tais expectativas frustradas são resultado do regime educacional imperial, dando continuidade à educação elitista, mesmo depois de o país se haver tornado republicano. Nesse período,

[...] criaram um clima de renovação pedagógica e cultural, entretanto, a mentalidade dominante até a primeira Guerra Mundial (1914-1918) permaneceu a mesma dos períodos colônia e imperial [...] (FACCINA, p. 98, 2002).

Por fatores de ordem política, a educação, portanto, se restringiu à classe elitista, e a democratização do ensino tornou-se apenas uma tentativa. Conforme Ribeiro (2011), sob influência do Positivismo,¹² as gramáticas produzidas nesse período geraram o conceito de uma linguagem compreendida através de um conjunto de regras científicas adotadas de forma

¹² Doutrina fundada por Comte, segundo a qual o ser humano poderia somente valorizar os dados concretos e prováveis pela experiência, sem indagar-lhes os porquês, uma vez que as causas exteriores aos fenômenos constituíam instâncias fora da cogitação científica. (RICCIARDI, p. 118, 2004)

prescritiva: “Essa tendência linguística criou uma cultura normativista que fundamentou os usos da língua portuguesa no Brasil” (RIBEIRO, 2011, p. 01).

O início do século XX é marcado por tentativas de se iniciar uma discussão em torno da língua escrita e é nessa perspectiva que se trazem para aqui essas duas gramáticas, visto que a primeira corresponde ao período anterior do *corpus* deste trabalho, evidenciando a ortografia desse período, todavia, ainda em transição relativamente ao período de produção deste documento.

O princípio da Imanência conforme Koerner (1996) manifesta-se, neste trabalho, com base nas obras de Pereira (1907; 1933) e suas considerações referentes à ortografia do português, cuja irregularidade de sistema se evidencia no posicionamento do autor: “Cumpre, porém, não confundir com o rigorismo etymologico certos erros orthographicos mui generalizados [...]” (PEREIRA, 1907, p. 36).

Conforme o mesmo autor, era de se desconsiderarem alguns exageros nos erros da ortografia pseudoetimológica, carregados de digramas gregos (*ch, th, ph, rb, rh, th*) e consoantes mudas, tais como, *systhema, cathegoria, collyseu; sachristão; chrystal*, ao invés de *systema, categoria, colyseu, sacristão, crystal*.

Conforme Pereira (1933), a tendência etimológica da língua somente era considerada se aceita pelos escritores clássicos, ou seja, o que fugisse à norma clássica, ao etimológico, estaria fugindo às regras da ortografia estabelecidas pelos escritores, já que não havia, ainda, acordo ortográfico que regularizasse esse uso.

Dessa forma, Pereira (1933) refere-se à reforma ortográfica no início do século XX, uma tentativa de se buscar a sistematização e unificação da língua portuguesa, tanto no Brasil como em Portugal. No entanto, essas tentativas somente atingiram êxito alguns anos depois, com a primeira reforma ortográfica brasileira, em 1943.

Durante esse percurso de tentativas para regularizar a escrita do país, verifica-se, na obra de Pereira (1933), a aprovação de um projeto de reforma ortográfica pela *Academia Brasileira de Letras* do ano de 1907, com intuito de uniformizar a ortografia de suas publicações, considerando as seguintes modificações, tanto nas consoantes como nas vogais¹³:

- A proscrição do *k*, substituído pelo *c* antes de *a, o, u*, e por *qu* antes de *e, i*: *cágado* (kágado), *quermes* (kermes). A letra *k* deixa de fazer parte do vocabulário de acordo com as regras acima.

¹³ Tais reformas transcritas nesta página e na seguinte fazem referência à obra de Eduardo Carlos Pereira, (1933), p. 107-108.

- Substituição do *s* pelo *z*, sempre que tiver o valor desta letra: *caza, roza, cheiroza, meza, defeza*, por: *casa, rosa, cheirosa, mesa, defesa*. Observa-se a herança fonética na transcrição das palavras com *z*, agora substituídas por *s*.

- Substituição do *g* pelo *j*: sempre que tiver o valor desta, exceto quando inicial: *imajem, orijem, carruajem, mensajem*, por: *imagem, origem, carruagem, mensagem*.

- Proscrição da consoante insonora, exceto o *h* inicial: *affirmar, attender, anno, augmento, acto, acção, afflicto, atrahir*, por: *afirmar, atender, ano, aumento, ato, ação, aflito, atrair*. No entanto, por transigência provisória as consoantes *ll* permanecem em *elle, aquelle, aquella, aquillo*.

- Conservam-se *rr* e *ss* para lhes conservar o som forte em *carro, jarro, cassa, passa* etc.

- Proscrição dos grupos gregos – *ph, th, ch, rh*, substituídos pela letra simples correspondente, *philosophia, orthographia, orchestra, choro, rhetorica* por: *filosofia, ortografia, orquestra, coro, retorica*.

- Grafar com *z* e não com *s* as sílabas finais tônicas: *portuguez, marquez, Luiz, matiz, noz*. Com exceções dos plurais: *alvarás, mercês, quatis, urubus* e dos pronomes: *nós, nos, vós, vos*. As formas verbais: *farás, dirás, vês* etc. E os nomes próprios: *Moisés, Jesús*.

- Nas vogais, houve a proscrição do *y* pelo *i*: *mysterio, typo, pyra, Curityba* por: *misterio, tipo, pira, Curitiba*.

- Representação das finais nasais tônicas por *ão* e *ã* e das átonas por *am* e *na*: *pão, irmão, dirão, farão, correrão, irmã, manhã, orfam, diriam, fizeram, correram, órfan, íman*.

- Representação dos ditongos orais por *ai, au, eu, iu, oi, ui*: *pai, sai, pau, céu, seu, fugiu, viu, herói, boi, dilui* – *jornais, sais, sóis, crizois, nacionais*.

Era evidente, nesse contexto, a necessidade e a iniciativa de se impor uma regularização na ortografia do português. “Todos os artificios etimológicos inúteis, ou que se não expliquem pela evolução da língua falada, serão desterrados da escrita portuguesa, como contrários à sua expressão gráfica” (*Ibid.*, p. 109).

Trata-se de simplificar e regularizar a língua escrita, sem desconsiderar a língua dos falantes, visto que o uso desnecessário de grafias etimológicas não respeita a mudança da língua de acordo com a sua evolução fonética.

Dentro desse contexto linguístico, o processo da imigração japonesa expressa, através de documentos escritos, tais irregularidades presentes no sistema ortográfico da época. Nesse sentido, a língua, através da história, permite chegar às motivações que formaram todo o conjunto de regras ortográficas que hoje constitui a ortografia de nossa língua escrita.

2 IMIGRAGAÇÃO JAPONESA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM CONTEXTUALIZADORA

2.1 Os primeiros laços entre Brasil e Japão

Este trabalho ganha relevância seguindo o primeiro princípio da Historiografia Linguística: a Contextualização. Esta abordagem busca fatos históricos que envolveram o momento de produção de documentos escritos constituintes da história da imigração japonesa no Brasil.

Com o intuito de compreender as motivações, as dificuldades e as opiniões referentes a esse recorte histórico, torna-se necessário discorrer sobre os laços e percursos históricos entre os dois países – Japão e Brasil – de peculiaridades sociais e culturais tão distintas, mas envolvidos política, social e economicamente.

Vale ressaltar que a motivação da imigração japonesa aponta fatores de ordem internacional, incluindo vários outros agentes participantes desse processo. Conforme Leão Neto (1989), a imigração japonesa para o Brasil deve ser considerada a partir do âmbito mundial e nacional, visto que as migrações internacionais em massa apenas ganharam força no início do século XX, sendo o Brasil um dos destinos a serem alcançados.

De acordo com Sakurai (2009), a relação entre o Brasil e o Japão teve início em 1895, com a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação. No entanto, a questão imigratória ainda não estava oficialmente regularizada.

O primeiro contexto histórico a ser analisado insere-se no período República Velha ou Primeira República (1889-1930). Dessa forma, seguem como fatores que contribuíram para a chegada dos nipônicos ao Brasil: as mudanças no cenário político brasileiro; a abolição da escravidão em 1889 e, conseqüentemente, a escassez de mão de obra no país.

A República Velha foi o período em que o país assistiu à chegada de imigrantes asiáticos e europeus. Os europeus iniciaram suas chegadas em massa em fins do século XIX e os japoneses, oficialmente, em 18 de junho de 1908, com o navio *Kasato Maru*, no entanto, ainda em processo de sondagem em relação às terras brasileiras.

Devido à necessidade de mão de obra para as fazendas de café no Brasil, o governo brasileiro considerou os asiáticos uma alternativa de braços para a lavoura cafeeira que estava no auge de sua produção e exportação. Com o intuito de atender à demanda internacional, os fazendeiros viram nos estrangeiros uma opção de prestação de serviços a baixo custo.

Até meados do século XIX, o “imigrante” era, quase sempre, aquele que buscava possuir uma pequena lavoura de sua propriedade e gestão. Depois aparece uma nova figura de imigrante: o trabalhador contratado para fazenda de café (YAMAUCHI [org.], 1992, p. 23).

A citação acima corresponde ao quadro imigratório no Brasil no início do século XX e evidencia o contexto histórico em que os imigrantes japoneses chegaram às terras brasileiras. Suas condições, ao virem para o Brasil, não eram de colonizadores, mas de trabalhadores braçais para a escassa mão de obra que o país enfrentava, na época, devido à abolição da escravidão.

No século XVIII, os colonizadores recebiam incentivos do governo para que povoassem o país, com intuito de impulsionar a economia. Já os imigrantes trabalhadores do século XIX e XX chegaram em condições restritas de incentivo e vinham para preencher, em massa, a escassez de mão de obra nas fazendas paulistas de café.

Esse novo quadro econômico e político instalado no Brasil demonstra que os imigrantes japoneses, apesar da gritante diferença cultural e das condições de trabalho impostas pelo governo brasileiro, viram, no Brasil, uma boa oportunidade de trabalho e progresso em relação à crise econômica que o Japão enfrentava.

Por consequência das crises em vários países e por ordens distintas, a imigração se tornou uma alternativa para muitos desses países; com isso, a intensa entrada e saída de estrangeiros começou a ser sistematizada e oficialmente colocada em prática no Brasil. Dessa forma, o despertar para uma organização econômica e política se instalava no país, principalmente no estado de São Paulo, que se constituiu como o núcleo da economia do país.

2.2 A Política de imigração brasileira

De acordo com Bianco (1982), as primeiras providências que normatizaram a política de imigração surgiram a partir da Sociedade Promotora de Imigração (1886-1895), período de transição Brasil Império para o Brasil República.

Formada pela elite produtora de café e, posteriormente, apoiada pelo governo do Estado de São Paulo, essa sociedade visava à substituição urgente de mão de obra escrava por estrangeiros, promovendo a entrada de imigrantes no país.

Nesse período o poder político estava voltado para a agricultura, em especial a cafeicultura, ou seja, a política que se instalava no momento era voltada para os produtores de café, ficando, à margem, aqueles que não faziam parte da elite cafeeira.

Conforme Santos (2007), a formação da Sociedade Promotora de Imigração foi o marco inicial para a entrada numerosa de imigrantes no Brasil. Apesar de ser considerado um órgão estatal, era gerenciado pela elite cafeeira que administrava os processos de organização, promoção e contratação de imigrantes, marcando um dos períodos mais fervorosos da economia brasileira.

Mediante entendimentos com grandes fazendeiros de café, o governador fundou, em 1886, a Sociedade Promotora de Imigração. E promoveu uma intensa campanha de divulgação da excelente situação da cafeicultura paulista (YAMAUCHI, 1992, p. 25).

A Sociedade Promotora de Imigração consistiu em um elo entre o Brasil e os diferentes países que confiavam seus serviços aos seus cidadãos, que estavam em busca de melhores condições de vida e com esperanças de ganhar dinheiro nas lavouras de café.

O contrato de trabalho era um dos serviços que a instituição fornecia, além da propaganda de trabalhos no Brasil, principalmente para imigrantes estrangeiros. Os imigrantes estrangeiros se tornaram alvo, pois seria um trabalho em massa e de baixo custo para os cafeicultores e para o governo brasileiro.

Com o advento da República, em 1889, o processo imigratório recebeu o apoio político, e a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas passou a dar continuidade ao trabalho da Sociedade Promotora de Imigração, reforçando e sistematizando todo o processo de entrada e permanência desses estrangeiros no Brasil. Sobre outras medidas que viriam a complementar a Política de Imigração Brasileira, “[...] vale destacar a construção de uma Hospedaria para Imigrantes, a propaganda no exterior por meio de agentes contratados para tal fim e até inspetores de imigração nos portos de embarque” (LEÃO NETO, 1989, p. 14).

Com a intensa entrada de estrangeiros no Brasil, vindos para suprir o trabalho escravo, “[...] a Constituição de 1891 concedeu autonomia aos Estados da União em relação às questões imigratórias”. (*Ibid.*, p. 14).

No artigo 65, inciso 2º desse documento, possibilitava-se, aos Estados, “[...] todo e qualquer poder ou direito, que lhes não for negado por cláusula expressa ou implicitamente contida nas cláusulas expressas da Constituição” (*Ibid.*, p. 14). Desse modo, os Estados adquiriram autonomia para gerir suas políticas sem a direta intervenção da União.

No artigo 35, inciso 2º, fica evidente e registrado o incentivo à imigração no Brasil, para “[...] animar no País o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a

imigração, a agricultura, a indústria e comércio, sem privilégios que tolham a ação dos Governos locais” (*Ibid.*, p. 14).

Ao analisar os fatores que contribuíram para o processo imigratório no Brasil, observa-se que a imigração japonesa se tornou uma das escolhas do governo brasileiro como forma de suprir a mão de obra, que, naquele momento, fazia-se urgente devido à produção cafeeira em alta no mercado internacional.

Dessa forma, as políticas de imigração foram sendo adaptadas, projetando uma imagem positiva das condições de trabalho no Brasil, criando fatores de estímulo, como a criação da Hospedaria dos Imigrantes (1886-1888) e a autonomia dos Estados da União, legalizando e oficializando a entrada desses estrangeiros no Brasil.

Nota-se que as políticas de imigração foram evoluindo conforme a necessidade econômica e política do país. A crise econômica no Japão e a escassez de mão de obra no Brasil contribuíram para que os dois países aliassem suas necessidades e trouxessem oportunidades para preencher as lacunas econômicas e sociais de ambas as partes.

2.3 O contexto da emigração no Japão

Prosseguindo com a discussão histórica, vale ressaltar que o Japão demorou a se abrir para o mercado internacional, devido às marcas do regime militar, período anterior à Era Meiji (1868-1912), denominado Xogunato Tokugawa¹⁴. “Na época do isolamento, não se podem construir embarcações de grande calado, mas com a abertura dos portos, tal restrição desaparece” (YAMASHIRO, 1978, p. 174).

Com o fim do isolamento estabelecido pelo regime militar, novas aberturas políticas, econômicas e sociais começaram a se manifestar. No entanto, tais aberturas representaram mudanças drásticas no novo regime político do Japão.

Conforme Resende (1991), a Reforma Meiji surgiu com o intuito de derrubar a divisão de classes constituída, e teve seu poderio econômico seriamente ameaçado.

[...] a Reforma Meiji derrubou o feudalismo, mas não conseguiu chegar ao capitalismo liberal nem realizou uma reforma agrária, capaz de impedir que camponeses continuassem a viver em condições semifeudais ou que fossem buscar novas oportunidades de trabalho ou mesmo de sobrevivência em outros países, notadamente o Brasil, a partir de 1908 (RESENDE, 1991, p. 30).

¹⁴ Ditadura feudal estabelecida até 1868. (YAMASHIRO, José. Japão: passado e presente. São Paulo: Hucitec, 1978)

Essa Reforma estabeleceu mudanças no quadro político do Japão com tendências à modernização do país, visto a necessidade de abrir relações com outros países. Nesse sentido, o país “[...] rompe com o passado e traça em linhas gerais a orientação da nova política nacional” (YAMASHIRO, 1978, p. 170). Ou seja, a abertura do Japão para o mercado internacional começa a reorganizar o país para uma nova fase no seu cenário político e econômico.

Introduz-se o princípio da independência dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário), copiado da instituição dos Estados Unidos [...]. O governo decide manter relações amistosas com outras nações, procura introduzir o que há de mais adiantado e bom no exterior, visando estimular o progresso do novo Japão (*Ibid.*, p. 170).

Considerando o processo de emigração japonesa, “[...] os primeiros fluxos significativos da emigração japonesa para o Brasil iniciaram-se no final do século XIX” (LEÃO NETO, 1989, p. 08). O governo japonês exercia certo controle sobre a saída da população para o exterior. No entanto, a situação econômica do país, principalmente a rural, não deixava dúvidas de que a emigração seria uma alternativa para fornecer trabalho para a população, que estava vivendo à margem da miséria.

Vistas as considerações acima, durante a Era Meiji, o Japão passava por mudanças econômicas que acabaram por influenciar nas questões sociais e históricas do país. O Japão estava deixando o modo de vida feudal para o capitalista e, rapidamente, a modernização chegou até às cidades. “[...] essa modernização se realizou graças à pesada nova tributação lançada sobre a terra [...]”. “Desde então acentua-se a profunda diferença entre as populações camponesas pobres e mais atrasadas e o mundo urbano” (VIEIRA, 1973, p. 28).

O regime feudal não cabia mais no complexo econômico e social do Japão. Os mercados internacionais estavam se abrindo, devido à industrialização e modernização dos países, para atender a demanda do mercado internacional; os acordos e a cooperação desses países passaram a fazer parte do cenário mundial. O Japão, apesar da rígida disciplina e da resistência ao capitalismo, engrenou o seu sistema econômico nesse novo patamar que se instalava no país.

A emigração passou a ser uma medida política para o governo japonês e as propagandas em busca de imigrantes passaram a ser uma constante nesse período. Os japoneses viram o Brasil como a terra das oportunidades e o café como sinônimo de dinheiro.

O café simbolizava a riqueza e a esperança de anos de trabalho, mas, principalmente, de retorno à terra do sol nascente. A figura a seguir reproduz um “cartaz de propaganda convidando os japoneses a emigrarem para a América do Sul (1925)”. (HANDA, 1987, p. 72).

Figura 1: Cartaz de propaganda da emigração japonesa.



Vamos todos de mudança com a família para a América do Sul¹⁵.

Fonte: Handa (1987).

Handa (1987), em *O Imigrante Japonês*, relata as dificuldades que fizeram parte desse movimento emigratório para o Brasil e a dimensão social, política e econômica que essa medida deixou no processo histórico para ambos os países.

Com a decadência da sociedade feudal e o estabelecimento do sistema capitalista moderno e o seu processo de desenvolvimento, os imigrantes saíram do seu próprio país obrigados a participar da modernização do país para onde emigraram (HANDA, 1987, p. 799).

Tais mudanças acarretaram problemas imediatos, pois a população rural não estava preparada para acompanhar o processo acelerado em que o país se encontrava e a emigração tornou-se uma alternativa.

De acordo com Vieira (1973), o que intensificou a tensão entre os camponeses e o governo japonês foram as altas taxas sobre as terras, privilegiando a área urbana a favor da modernização do país, o que resultou na revolta dos camponeses: “[...] a exaustiva tributação da lavoura e frequentes calamidades naturais castigam o campo [...]” (YAMASHIRO, 1978, p. 158). A política não era para todos, muitos camponeses perderam suas terras devido à cobrança de altos impostos.

¹⁵ Traduzido por Maria Iwassa, 2014.

Sob a ótica do governo japonês, a saída desses camponeses diminuiria a tensão que estava instalada no país e proporcionaria condições econômicas para que tais emigrantes pudessem recomeçar suas vidas em outras terras. Nesse sentido, “[...] a emigração apresentou-se como política de Estado, normatizada por uma legislação especial e amparada por um corpo de instituições” (SAKURAI, 2002, p. 12).

Outro fator que motivou a saída dos nipônicos para terras estrangeiras foi o aumento da taxa de natalidade: “Durante a Restauração Meiji, as práticas, como o controle da natalidade, foram condenadas, por isso a população aumentou drasticamente” (INAGAKI, 2008, p. 14).

Os japoneses emigraram para vários países como Estados Unidos, Canadá, México e Peru, no entanto, as restrições começaram a se impor por parte desses países em relação aos imigrantes japoneses, “[...] fatores de natureza racial, cultural, econômica e política, acabaram por gerar hostilidade ou desconfiança” (LEÃO NETO, 1989, p. 09). Apesar dos obstáculos em relação à saída dos japoneses para outros países, o governo japonês insistiu na abertura de correntes migratórias para o Brasil.

Em face da necessidade de mão de obra para as fazendas de café, o governo brasileiro reconheceu a vinda desses imigrantes como uma alternativa para suprir a necessidade dos cafeicultores. “Em 1896, a Câmara dos Deputados do Japão aprova a Lei de Proteção aos Emigrantes” (SAKURAI, 2002, p. 12). Esta aprovação incentivou e assegurou a saída de emigrantes japoneses amparados legalmente por ambos os governos.

Conforme Resende (1991), Ryu Mizuno, presidente da Companhia de Emigração Imperial no Japão, assinou, em 18 de outubro de 1907, no Brasil, o contrato com autoridades brasileiras, abrindo caminhos para a imigração japonesa juntamente com o Secretário de Agricultura, na época, Dr. Carlos José Botelho.

O documento estabelecia o seguinte: permissão para entrada no país, durante três anos, na proporção de 1.000 imigrantes a cada ano. As famílias deveriam ter, necessariamente, de 3 a 10 trabalhadores, com idades variando entre 12 e 45 anos, independente de sexo, para trabalhar nas lavouras de café (RESENDE, 1991, p. 51).

Com base nessas breves considerações acerca da imigração japonesa para o Brasil, observa-se que esse processo surgiu de motivações, principalmente, econômicas e políticas ocorridas durante a Era Meiji, consolidado posteriormente com a Reforma Meiji.

Esse período exigiu do governo japonês uma postura mais liberal, visto que a política interna do país não mais supria as necessidades da população, em especial a dos

camponeses. “Até então, o isolamento imposto pelo Shogunato impedira a saída de emigrantes e, mesmo no início da Restauração Meiji, o governo japonês exercera rigoroso controle sobre o movimento de indivíduos para o exterior” (LEÃO NETO, 1989, p. 08).

Assim, as relações internacionais começaram a fazer parte da política japonesa, visto que por causa do “[...] agravamento, porém, da situação econômica no campo e o aumento da pressão populacional, pareceu necessário abrir alternativas externas de trabalho aos japoneses” (*Ibid.*, p.08).

Vale ressaltar que a medida política de emigração não deve ser considerada sem uma perspectiva global e, ao mesmo tempo, local, visto que tal medida transcende os interesses políticos e econômicos. Apesar da modernização crescente no Japão nesse período, não houve estrutura econômica suficiente para configurar uma reforma agrária estruturada para que a população rural permanecesse no país.

2.4 KASATO MARU (1908): documentos em evidências

O navio denominado *Kasato Maru* tornou-se um símbolo da imigração japonesa no cenário internacional; o *corpus* deste trabalho abrange os documentos que envolveram a chegada desse navio ao Brasil. Dessa forma, consideraram-se a reportagem do jornal santista *A Tribuna* (1908), a carta do cônsul brasileiro Alcino Santos Silva (1908) remetida ao Brasil, oficializando a saída dos emigrantes japoneses do porto de Kobe – Japão e o artigo de jornal escrito por J. Amandio Sobral, no jornal *Correio Paulistano* (1908).

Inserida, ainda, nesse mesmo *corpus*, considerou-se a lista de bordo do navio, conquanto apenas com um objetivo informativo, visto que o documento está em inglês e não será abordado na análise deste trabalho.

O navio *Kasato Maru*, de fabricação inglesa, foi rebatizado pelo nome *Kazan* e, posteriormente, denominado *Kasato Maru*, ao ser escolhido para trazer os emigrantes japoneses ao Brasil, atestando sua capacidade como transporte marítimo.

O navio partiu do porto de Kobe no dia 28 de abril, passando pela costa da China e se dirigindo para o sul, entrando no Oceano Índico, acompanhando a costa leste africana até chegar ao Cabo da Boa Esperança, foi inesquecível. A partir daí, começavam a navegar pelo Oceano Atlântico, já na última etapa da viagem (SAKURAI, 2009, p. 16).

Conforme Sakurai (2009), a vinda do navio *Kasato Maru* marca oficialmente o início do ciclo da imigração japonesa para o Brasil, estendendo-se até o final da década de 1970. A figura¹⁶ abaixo ilustra o percurso do navio até a chegada ao porto de Santos.

Figura 2: Mapa ilustrativo do percurso do *Kasato Maru* até sua chegada ao Brasil.



Fonte: Projeto Incorporado ao Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil.

O navio aportou em terras brasileiras no dia 18 de junho de 1908, depois de 51 dias em alto mar, “[...] transportando a bordo 781 imigrantes lavradores contratados (165 famílias com 733 membros e mais 48 avulsos) pela Companhia Imperial de Colonização Ltda”. (YAMAUCHI [org.], 1992, p. 63).

Figura 3: Foto do *Kasato Maru* ancorado no Porto de Santos – 1908.



Fonte: Arquivo constante no acervo do Museu Histórico da Imigração Japonesa.

Capturado pelos japoneses durante a guerra contra a Rússia, em 1905, o *Kasato Maru* não foi projetado para transportar passageiros, já que fora construído como navio de carga, “[...] chamado *Kaiserin*, de bandeira russa [...]” (SAKURAI, 2009, p. 15). Tratava-se de um

¹⁶ Projeto Incorporado ao Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil. Acesso: www.japao100.com.br

navio-hospital adaptado para trazer, em instalações precárias de terceira classe, a primeira leva de imigrantes japoneses ao Brasil.

Esse navio marcou a história da imigração japonesa, prosseguindo com as viagens em anos subsequentes e com melhorias nas instalações. A rotina dos passageiros durante os 51 dias a bordo “[...] era quebrada com aulas de português, exercícios físicos, brincadeiras entre as crianças, teatro, música [...]” (*Ibid.*, p. 15); a alimentação era tipicamente japonesa com horários determinados.

Para a ocorrência de casos de doenças contagiosas, havia poucos profissionais da saúde e poucos quartos de isolamento. Diante dessa situação, as doenças se espalhavam com rapidez e aqueles que faleciam “[...] eram jogados ao mar após uma rápida cerimônia religiosa [...]” (*Ibid.*, p. 15).

O *Kasato Maru* partiu do Japão com esperanças e expectativas a bordo: trabalho digno, condições de sobrevivência e o sonho de retorno ao país do sol nascente. “[...] a América representava, com seu imenso território inexplorado e a nova forma de governo, um verdadeiro país do sonho, cheio de promessas de liberdade e realizações” (YAMAUCHI [org.], 1992, p. 17).

O alcance às terras brasileiras e o objetivo de ganhar dinheiro consistia em um sonho passageiro. O intuito era conseguir condições financeiras para o retorno; no entanto, a volta dos japoneses à sua terra natal foi adiada e, na maioria dos casos, cancelada, já que os salários prometidos pelos fazendeiros não conseguiram alimentar esses sonhos.

A discussão em torno do *Kasato Maru* vai além da chegada oficial dos imigrantes japoneses ao Brasil. Analisando a teia que abrange este estudo, esse navio, em sua primeira viagem para o Brasil, abarca estudos que ultrapassam a história da imigração japonesa. Para tanto, a Historiografia Linguística segue, neste trabalho, com o intuito de anexar e, seguidamente, analisar documentos escritos em sua extensão linguística.

Os campos que se abrem por meio da busca e análise do *corpus* em questão permitem ampliar o conhecimento do quadro linguístico a partir da dialética sincronia e diacronia, o que permite uma análise ampla da história da língua portuguesa obedecendo aos critérios metodológicos da Historiografia Linguística.

A temática do *corpus* está estritamente vinculada aos primeiros laços diplomáticos entre Brasil e Japão. As negociações para trazer os nipônicos para terras brasileiras antecedem o período em análise. No entanto, os documentos em foco se limitam à chegada do *Kasato Maru* no ano de 1908.

A partir desse recorte histórico, os documentos mostram os distanciamentos e as aproximações vigentes entre as culturas orientais e ocidentais, as peculiaridades físicas e culturais do imigrante que veio para substituir a mão de obra escrava no Brasil.

Nesse sentido, verifica-se que as fontes documentais dialogam com outras áreas de conhecimento e ampliam a visão acerca do documento. Para tanto, a leitura que se faz não consiste apenas da língua, mas também da dinâmica externa em que tais fontes estão inseridas, visto que o documento é criação da própria sociedade e compatível com as relações de poder da época. Nesse sentido, definições sociais e culturais são compreendidas a partir da esfera historiográfica.

Conforme Motoyama (2011), o objetivo da obra não é apenas registrar tais documentos, mas reavivar, na memória, fatos que possam contribuir para a compreensão do presente e, posteriormente, do futuro.

Apesar da descrição do conteúdo dos documentos nos subtítulos a seguir, a análise deste trabalho se limita às recorrências ortográficas presentes no documento apontado. Nesse sentido, os documentos que configuram este trabalho se compõem de gêneros textuais distintos, mas com a mesma finalidade: divulgar e oficializar a chegada do *Kasato Maru* e, por conseguinte, dos imigrantes japoneses no Brasil.

Tais fontes documentais são relevantes neste trabalho, pois manifestam, por meio da história da língua portuguesa, mesmo em constante mudança, uma compreensão mais abrangente a partir da contextualização histórica que envolve a língua e a sociedade.

2.4.1 Vapor japonês: A *Tribuna* (1908)

A chegada do navio *Kasato-Marú* foi publicada no jornal santista *A Tribuna*, em 19 de junho de 1908, um dia depois da chegada dos japoneses no porto de Santos. Esse periódico traz informações gerais e peculiares sobre o acontecimento.

Com linguagem objetiva, faz referência ao horário de chegada, tripulação, o número de passageiros e o destino desses imigrantes para as fazendas cafeeiras. O jornal também menciona um suposto homicídio ocorrido durante a viagem para o Brasil.

A notícia aborda pontos negativos em relação aos nipônicos que chegaram para servir as fazendas cafeeiras: “A experiência tem mostrado que essa colonização asiática tem dado mau resultado em toda parte. Os japoneses não se adaptam aos países em que vivem, são refratários aos usos e costumes alheios [...]” (*A Tribuna*, 1908, p. 02).

Dessa forma, verifica-se que a chegada do *Kasato-Marú* ao Brasil acarretou dúvidas em relação ao desempenho dos japoneses que adentravam o país, principalmente pelo fato de o governo brasileiro desconhecer a cultura e a qualidade da mão de obra que instalava na lavoura cafeeira.

Assim, circularam os documentos referentes à chegada desse navio esperado por ambos os países, o Japão e o Brasil. Pontos positivos e negativos circularam na mídia antecipando o real desempenho desses trabalhadores imigrantes.

2.4.2 A carta do cônsul brasileiro Alcino Santos Silva (1908)

Esta carta foi escrita no dia 30 de abril de 1908 pelo cônsul brasileiro Alcino Santos Silva no Japão, encaminhada à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo, com o intuito de fornecer informações referentes aos emigrantes japoneses que estavam a caminho para o Brasil. Por questões culturais, o governo brasileiro mantinha-se receoso em relação à eficiência da mão de obra asiática.

A carta “[...] sugere que o julgamento da eficiência do trabalhador japonês só poderia ser feito depois de uma ou duas colheitas, partindo ainda do pressuposto de que os japoneses renderiam apenas 2/3 dos outros imigrantes” (SAKURAI, 2009, p. 14).

Certas peculiaridades culturais são citadas no documento com o intuito de evitar equívocos quando da chegada dos imigrantes ao Brasil. Uma delas consiste na forma de contar e expressar a idade: “V.S. notará um contraste entre o número de anos e as datas de nascimentos declaradas nos passaportes”. “[...] é que, a criança tem um ano no dia em que nasce e no ano seguinte, sem que para isto seja preciso o decurso de doze meses, tem ella dous anos” (*Ibid.*, p. 44).

A possibilidade de doenças também consistia em preocupação do governo brasileiro. “Todos os emigrantes foram vacinados, inspecionados e as suas bagagens desinfectadas antes de serem embarcadas” (*Ibid.*, p. 45).

Além desses aspectos, a questão das características físicas, conforme descritas na carta, revelam alguma incerteza em relação ao desempenho servil dos asiáticos. Dessa forma, nos apropriamos da seguinte citação:

A impressão que tive desses emigrantes não foi totalmente desfavorável, sobretudo, tendo-se em vista o typo japonês, que é de baixa estatura, de apparencia mais fraca do que forte e, em seu conjunto, bastante feio (*Ibid.*, p. 45).

Significativas diferenças físicas estavam associadas ao desempenho desses trabalhadores nas lavouras de café. Dessa forma, seus traços físicos, consistiam em um parâmetro de escolha e julgamento da eficiência desses trabalhadores na agricultura brasileira.

Trata-se de uma carta com informações prévias sobre os imigrantes japoneses e algumas peculiaridades que foram essenciais serem mencionadas para orientar o governo brasileiro na recepção desses novos trabalhadores imigrantes.

A carta do cônsul brasileiro Alcino Santos Silva está arquivada no Arquivo Público do Estado de São Paulo e disponibiliza informações cujo valor histórico pode ser interpretado à luz de várias áreas de conhecimento, fornecendo informações peculiares de uma época e de uma política de governo que via nos estrangeiros uma opção de trabalho braçal imediato e de baixo custo.

2.4.3 Os japonezes em S. Paulo: *Correio Paulistano* (1908)

Outro documento de grande relevância, selecionado para análise nesta pesquisa, consiste no artigo de jornal escrito por J. Amandio Sobral, no dia 22 de junho de 1908. Sobral foi Inspetor da Secretaria de Agricultura e, pelo seu trabalho, pôde observar o comportamento e as particularidades desses imigrantes, antecipando o otimismo para o governo brasileiro em relação a essa nova força de trabalho que se instalava no Brasil.

O conteúdo do artigo mostra o percurso dos imigrantes desde a chegada ao porto de Santos até a instalação na Hospedaria dos Imigrantes. A escolaridade também foi uma das questões descritas no artigo, e com ressalvas: “Dos introduzidos pela companhia (781) 532 sabem ler e escrever, isto é, 68 por cento [...]” (SOBRAL, 1908, p. 66), um número considerado elevado em relação aos outros imigrantes que também chegaram nas mesmas condições de imigração, destinados para o trabalho braçal.

Sobre as vestimentas, esse periódico informa: “Estavam todos vestidos á européa, eles de chapéu ou bonet, e ellas de sáia e camiseta pegada á sáia, apertada na cintura por um cinto [...]” (*Ibid.*, p. 66). Como se nota, as roupas orientais já haviam sido substituídas pelo figurino europeu, como resultado da revolução industrial.

A disciplina e a higiene praticadas pelos japoneses marcaram a impressão que esses nipônicos causaram, em terras brasileiras: “[...] houve em Santos quem afirmasse que o navio japonês apresentava na sua 3ª classe mais asseio e limpeza que qualquer transatlântico europeu na 1ª classe” (*Ibid.*, p. 66).

Além das diferenças culturais, as características físicas também recebem atenção especial na carta, visto que, para o governo brasileiro, tais características representariam o rendimento desses trabalhadores nas fazendas de café.

Todos os japonezes vindos são geralmente baixos: cabeça grande, troncos grandes e reforçados, mas pernas curtas. [...] A estatura média japonesa é inferior á nossa estatura baixa. Mas vieram alguns homens mais altos, regulando sua estatura pela nossa média [...] atráe a nossa atenção é a robustez, o reforçado dos corpos masculinos, de músculos pouco volumosos, mas forte e de esqueleto largo, peito amplo (*Ibid.*, p. 67).

Essas características foram reforçadas com considerações positivas sobre a personalidade desses imigrantes: “São muito doces e sociáveis, tendo manifestado uma grande vontade de aprender a nossa língua [...]” (*Ibid.*, p. 67). “A raça é muito diferente, mas não inferior [...]” (*Ibid.*, p. 68). A questão das raças, nesse período, consistia em uma das discussões do governo brasileiro, visto que com a abolição da escravidão e com o novo quadro político e econômico do Brasil é flagrante a questão étnica, devido à política de branqueamento que o país buscava. Para melhor compreender essa política racial, observe-se esta narrativa:

Esta imigração parece-me pouco desejável tanto pelo perigo que oferece de uma maior mistura de raças inferiores na nossa população [...] pela diversidade de educação, costumes e sobretudo pela natureza psicológica e objetivo racial que separa a raça ariana da mongólica¹⁷ (LEÃO NETO, 1989, p. 22).

O receio de trazer para o Brasil imigrantes que não fossem brancos consistia em fator negativo, pois a miscigenação poderia representar um atraso para o país que estava em processo de mudança no cenário político, social e econômico. A teoria do branqueamento¹⁸ foi um dos entraves para a entrada de imigrantes no Brasil no período (final século XIX e início XX), inclusive a dos nipônicos.

Dessa forma, a imigração japonesa para o Brasil dependia de uma discussão política inserida por intelectuais da época, cuja visão de progresso consistia na classificação de raças. Com o Darwinismo Social e a ciência como ponto de referência, a teoria do branqueamento contribuiu de forma significativa para o atraso na entrada desses imigrantes no Brasil.

¹⁷ AHI, Carta do Presidente de São Paulo, Rodrigues Alves ao Ministro Olyntho de Magalhães Assinalava: “Os bons ofícios do nosso Encarregado de Negócios no Japão poderão facilitar a tarefa ao contratante (...) o Sr. Sanz de Elorz confia muito na eficácia desses bons ofícios.” As observações do Ministro Oliveira Lima por outro lado constam do ofício nº 01, Seção 3ª, Reservado, 15/09/1901, recebido da Legação em Tóquio.

¹⁸ A teoria brasileira do ‘branqueamento’ “[...] aceita pela maior parte da elite brasileira nos anos que vão de 1889 a 1914, era peculiar ao Brasil [...] baseava-se na presunção branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos ‘raça mais adiantada’ e ‘menos adiantada’” (SKIDMORE, 1989, p. 81).

2.4.4 Lista de bordo dos passageiros (1908)

Outro documento que acompanhou a carta do cônsul brasileiro Alcino Santos Silva foi a lista de bordo dos passageiros, obedecendo às seguintes classificações: nome, sexo, idade, profissão, chefe de família, última residência, permanência na última residência e número de bagagens. Composta por 23 páginas de extensão, registra os nomes que fizeram história no processo de imigração no Brasil.

A lista de bordo é apenas de cunho informativo e de registro, mas contém informações peculiares a respeito do imigrante japonês. As profissões que aparecem na lista referem-se, em sua maioria, a agricultores; a faixa etária, majoritariamente, é de servil dos 18 aos 40 anos.

Essa lista também está arquivada no Arquivo Público do Estado de São Paulo e está publicada na obra *Kasato Maru – Uma viagem pela história da imigração japonesa* (2009). Tal obra mostra a importância desses documentos escritos no processo de imigração japonesa para o Brasil e ganha relevância, neste trabalho, a partir da análise linguística e histórica.

3 DOCUMENTAÇÃO EM EVIDÊNCIA (1908): LEVANTAMENTO E ANÁLISE DO *CORPUS* LINGUÍSTICO NO CONTEXTO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA

3.1 Levantamento e gráfico das ocorrências ortográficas

A Historiografia Linguística permite, neste trabalho, uma discussão e reflexão acerca dos documentos em análise. Tal discussão permite reavivar a fonte, conferindo um caráter dinâmico e crítico sobre o conteúdo e a estrutura linguística produzida no contexto da imigração japonesa para o Brasil.

O procedimento de análise da pesquisa estabelece um paralelo entre quatro gramáticas históricas selecionadas a partir do distanciamento temporal e linguístico envolvido neste trabalho. Dessa forma, adotou-se Pereira (1907; 1933) a fim de favorecer uma periodização interna da língua, tendo em vista os acordos ortográficos ocorridos em sua época de produção. A contribuição de Coutinho (1971), com o estudo interno da língua, favoreceu a busca do reajuste do sistema ortográfico, dada a sua evolução no tempo.

Seguidamente, e em última análise, seguiu-se com Cunha & Cintra (1985), a fim de se conferirem as mudanças ocorridas na ortografia do português conforme a terminologia linguística atual, por meio de um estudo paralelo com a ortografia de períodos anteriores. Nesse sentido, as quatro gramáticas adotadas proporcionam embasamento teórico e profundidade ao estudo, permitindo uma análise mais ampla do *corpus*.

A análise se divide em três partes: a primeira consiste no levantamento e amostragem do número de ocorrências ortográficas de cada documento, indicados por gráficos e tabelas. A segunda consiste em um quadro de porcentagens sobre as ocorrências levantadas, verificadas as categorias de maior recorrência por documento, viabilizando a discussão e reflexão da evolução da ortografia do português do início do século XX. A terceira e última parte desta análise, consiste em uma amostragem gráfica por categorias comparando as ocorrências que tiveram maior ocorrência no *corpus* levantado.

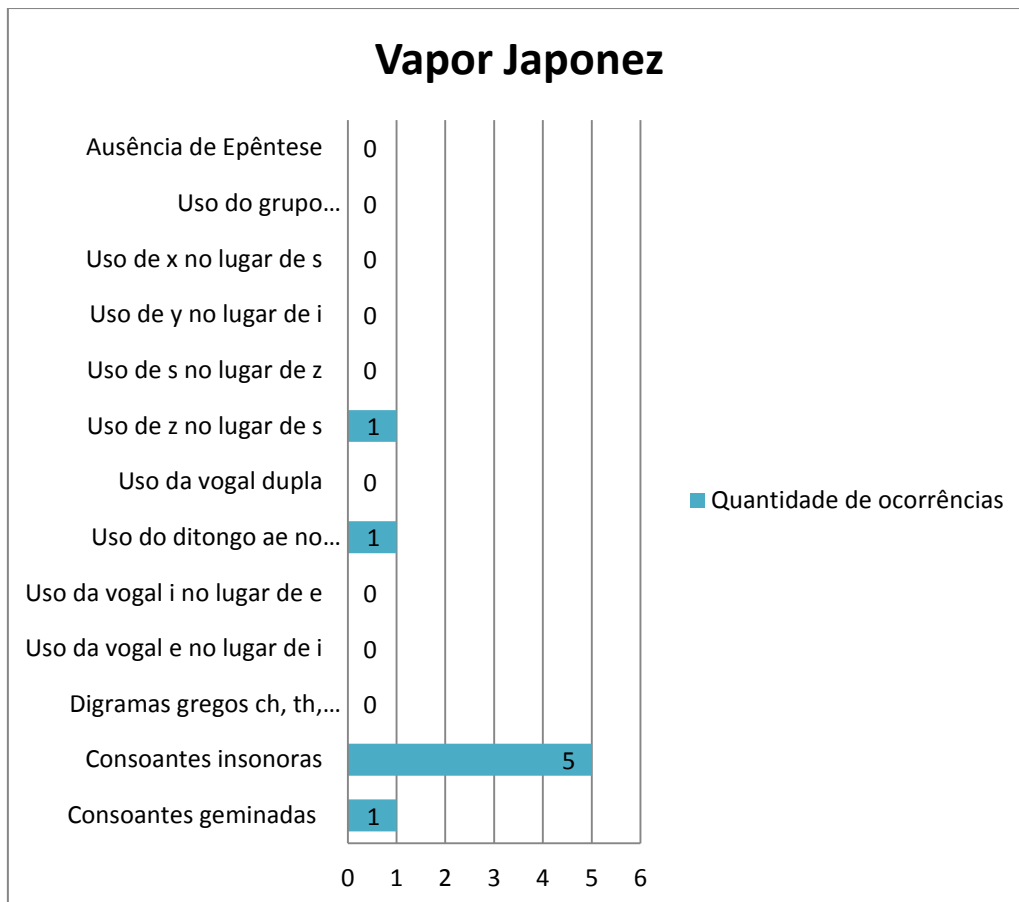
Vale ressaltar que o norte metodológico utilizado para análise segue os princípios de Koerner (1996), abordado em seu trabalho *Questões que persistem em historiografia linguística*, com relevo, nesta análise, dos princípios de Imanência e Adequação, já discutidos anteriormente.

Os documentos seguem a seguinte ordem para análise: a) reportagem publicada no dia 19 de junho de 1908, no jornal santista *A Tribuna*, intitulado *O Vapor Japonês*; b) *A carta remetida pelo cônsul brasileiro Alcino Santos Silva ao Secretário da Agricultura, Comércio e*

Obras Públicas de São Paulo, no dia 13 de junho de 1908; c) *artigo de jornal* publicado por J. Amandio Sobral, no dia 22 de junho de 1908, no jornal *Correio Paulistano*.

3.1.1 O Vapor Japonez – Jornal Santista (A Tribuna -1908)

Quadro 1: ocorrências gráficas na reportagem O Vapor Japonez.



Fonte: Jornal A Tribuna (1908)

a) uso de consoantes geminadas:

- immigrants > imigrantes

b) uso de consoantes insonoras:

- hontem > ontem
- factu > fato
- deshabitado > desabitado
- ahi > aí
- refractarios > refratários

c) uso do ditongo latino ae no lugar de ai:

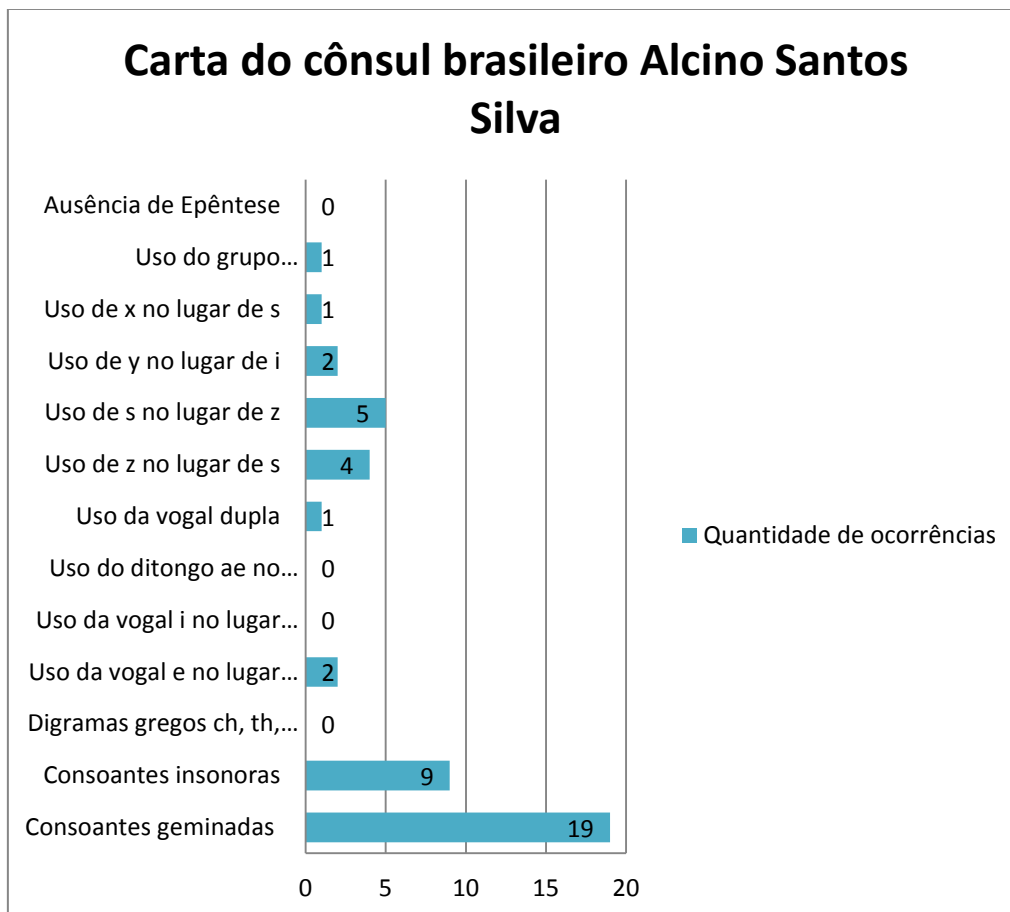
- cáes > cais

d) uso de z no lugar de s:

- japonezes > japoneses
- japonéz > japonês
- precisa > precisa
- apezar > apesar
- paizes > países

3.1.2 Carta do cônsul brasileiro Alcino Santos Silva (1908)

Quadro 2: ocorrências gráficas na carta de Alcino Santos Silva, cônsul brasileiro no Japão



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo

a) uso de consoantes geminadas:

- remetter > remeter
- illm° > Ilmo
- comunicação > comunicação
- commercial > comercial
- commercio > comércio
- occupações > ocupações
- ella > ela
- anno > ano
- colluna > coluna
- attendendo > atender

- apparencia > aparência
- offerecer > oferecer
- diferente > diferente
- vaccinados > vacinar
- inspeccionados > inspecionados
- installação > instalação
- accordo > acordo
- immigração > imigração
- remettendo > remetendo

b) uso de consoantes insonoras:

- assumpto > assunto
- directoria > diretoria
- instrucções > instruções
- activa > ativa
- contracto > contrato
- distincta > distinta
- character > caráter
- d'ahi > daí
- conjuncto > conjunto

c) uso de e no lugar de i:

- edade > idade
- creança > criança

d) uso de vogal dupla em verbos:

- teer > ter

e) uso de z no lugar de s:

- japonez > japonês
- paiz > país
- mezes > meses
- Brazil > Brasil

f) uso de s no lugar de z:

- introducidos > introduzidos
- satisfaser > satisfazer
- produsir > produzir
- autorisei > autorizei
- colonisação > colonização

g) uso de y no lugar de i:

- typo > tipo
- higienica > higiênica

h) uso de x no lugar de s:

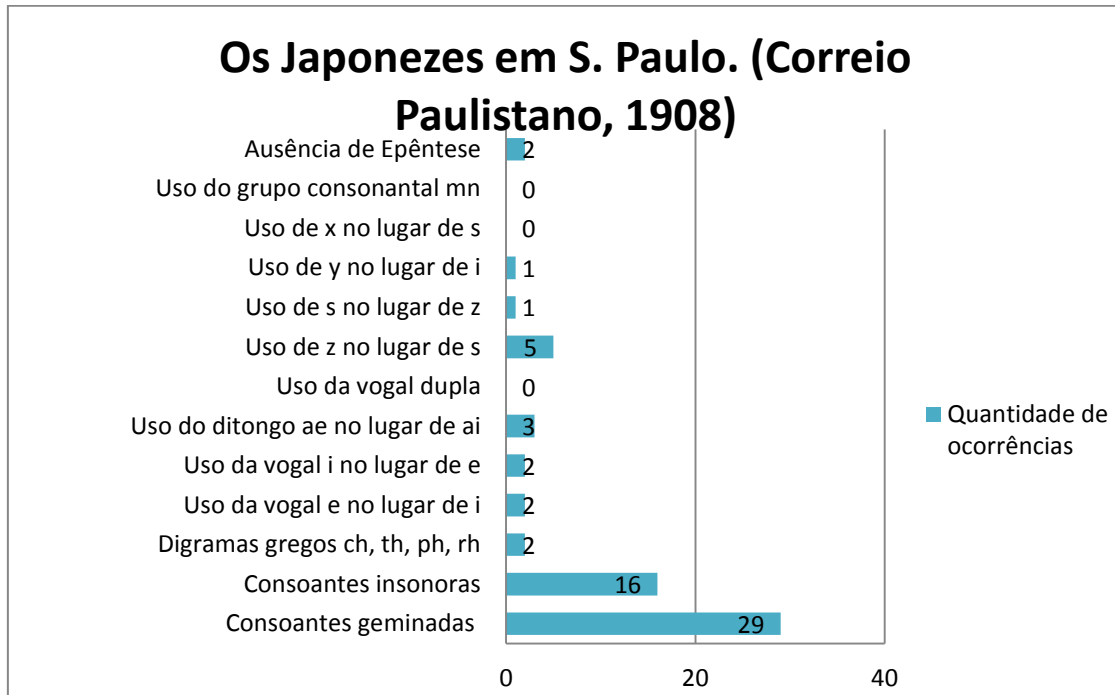
- estrangeiro > estrangeiro

i) uso do grupo consonantal *mn*:

- columna > coluna

3.1.3 Os Japonezes em S. Paulo. (*Correio Paulistano*, 1908)

Quadro 3: Ocorrências gráficas no artigo de jornal publicado no jornal *Correio Paulistano*.



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo

a) uso de consoantes geminadas:

- immigrantes > imigrantes
- nullo > nulo
- annos > anos
- callejadas > calejadas
- accepção > acepção
- accomodações > acomodações
- aquella > aquela
- diferentes > diferentes
- somma > soma
- affirmasse > afirmasse
- summa > suma
- nelles > neles
- occupando > ocupando
- elles > eles
- ellas > elas
- delles > deles
- amarello > amarelo

- alli > ali
- vacunados > vacinados
- vacinação > vacinação
- revacunados > revacinados
- grippe > gripe
- atenção > atencão
- cabellos > cabelos
- permittir > permitir
- cabelo > cabelo
- velludo > veludo
- della > dela
- collo > colo

b) uso das consoantes insonoras:

- acção > ação
- introducção > introdução
- directamente > diretamente
- contractou > contratou
- optimos > ótimos
- sahiram > saíram
- fructa > fruta
- trajecto > trajeto
- actos > atos
- surprehendeu > surpreendeu
- signal > sinal
- reluctancia > relutância
- objectos > objetos
- producção > produção
- bahús > baús
- cahir > cair

c) uso de digramas gregos: *ch, th, ph, rb, rh, th*

- analphabetos > analfabetos
- phosphoro > fósforo

d) uso da vogal *e* no lugar de *i*:

- adeante > adiante
- edade > idade

e) uso da vogal *i* no lugar de *e*:

- quasi > quase
- si > se

f) uso do ditongo latino *ae* no lugar de *ai*:

- quaes > quais
- attráe > atraí
- colossaes > colossais

g) uso de z no lugar de s:

- japonez > japonês
- camiseta > camiseteta
- portuguez > português
- portugueza > portuguesa
- japonezes > japoneses

h) uso de s no lugar de z:

- pausinhos > pauzinhos

i) uso de y no lugar de i:

- hyperbolico > hiperbólico

j) ausência da epêntese através do acréscimo da vogal i:

- europea > europeia
- européas > europeias

3.2 Quadro das categorias ortográficas e discussão dos dados

A discussão e análise do *corpus* deste trabalho foram embasadas nas ocorrências levantadas dos três documentos já mencionados anteriormente. Os princípios de Imanência e Adequação ganham consistência com base nos estudos dos gramáticos Pereira (1907; 1933) e Coutinho (1971), conferindo a manifestação do período pseudoetimológico nos documentos em questão. Utilizou-se como aporte teórico a *Grammatica Historica* de Pereira (1933), cujo conteúdo ortográfico nos remete a alterações que estavam em discussão no início do século XX.

Tal relação entre a ortografia de períodos anteriores e a atual complementa-se, nesta análise, a partir de Cunha e Cintra (1985), possibilitando, através da ortografia moderna, a visão da mudança e simplificação nesse período. Com o intuito de estabelecer uma representação real dos dados em cada documento, seguem abaixo os quadros com as ocorrências, conforme as categorias de mudança no sistema ortográfico da língua portuguesa.

Vale ressaltar que os dados expressos em porcentagem consistem em uma análise particular de cada um dos documentos, verificadas as categorias e o número de ocorrências mais recorrentes em cada um deles.

3.3 O Vapor Japonês – Jornal Santista (A Tribuna-1908)

Quadro 4: ocorrências relativas às categorias de mudança no sistema ortográfico da língua portuguesa.

Categorias	Localização no documento	Quantidade de ocorrências	Percentual
Consoantes geminadas	fl. 01	1	12,5%
Consoantes insonoras	fl. 01 e 02	5	62,5%
Digramas gregos <i>ch, th, ph, rh</i>			
Uso da vogal <i>e</i> no lugar de <i>i</i>			
Uso da vogal <i>i</i> no lugar de <i>e</i>			
Uso do ditongo <i>ae</i> no lugar de <i>ai</i>	fl. 01	1	12,5%
Uso da vogal dupla			
Uso de <i>z</i> no lugar de <i>s</i>	fl. 01 e 02	1	12,5%
Uso de <i>s</i> no lugar de <i>z</i>			
Uso de <i>y</i> no lugar de <i>i</i>			
Uso de <i>x</i> no lugar de <i>s</i>			
Uso do grupo consonantal <i>mn</i>			
Ausência da Epêntese			
TOTAL DE OCORRÊNCIAS		8	100%

Fonte: elaboração da pesquisadora conforme dados da pesquisa

3.4 Carta do cônsul brasileiro Alcino Santos Silva (1908)

Quadro 5: ocorrências relativas às categorias de mudança no sistema ortográfico da língua portuguesa.

Categorias	Localização no documento	Quantidade de ocorrências	Percentual
Consoantes geminadas	p. 01-05	19	43,18%
Consoantes insonoras	p. 01, 02, 03 e 05	09	20,45%
Digramas gregos <i>ch, th, ph, rh</i>			
Uso da vogal <i>e</i> no lugar de <i>i</i>	p. 03	02	4,54%
Uso da vogal <i>i</i> no lugar de <i>e</i>			
Uso do ditongo <i>ae</i> no lugar de <i>ai</i>			
Uso da vogal dupla	p. 05	01	2,27%
Uso de <i>z</i> no lugar de <i>s</i>	p. 01-05	04	9,09%
Uso de <i>s</i> no lugar de <i>z</i>	p. 02, 03 e 05	05	11,36%
Uso de <i>y</i> no lugar de <i>i</i>	p. 04	02	4,54%
Uso de <i>x</i> no lugar de <i>s</i>	p. 02	01	2,27%
Uso do grupo consonantal <i>mn</i>	p. 03	01	2,27%
Ausência de Epêntese			
TOTAL DE OCORRÊNCIAS		44	100%

Fonte: elaboração da pesquisadora conforme dados da pesquisa

3.5 Os Japonezes em S. Paulo. (*Correio Paulistano*, 1908)

Quadro 6: ocorrências relativas às categorias de mudança no sistema ortográfico da língua portuguesa.

Ocorrências	Localização no documento	Quantidade de ocorrências	Percentual
Consoantes geminadas		29	46,03%
Consoantes insonoras		16	25,39%
Digramas gregos <i>ch, th, ph, rh</i>		02	3,17%
Uso da vogal <i>e</i> no lugar de <i>i</i>		02	3,17%
Uso da vogal <i>i</i> no lugar de <i>e</i>		02	3,17%
Uso do ditongo latino <i>ae</i> no lugar de <i>ai</i>		03	4,76%
Uso da vogal dupla			
Uso de <i>z</i> no lugar de <i>s</i>		05	7,93%
Uso de <i>s</i> no lugar de <i>z</i>		01	1,58%
Uso de <i>y</i> no lugar de <i>i</i>		01	1,58%
Uso de <i>x</i> no lugar de <i>s</i>			
Uso do grupo consonantal <i>mn</i>			
Ausência de Epêntese		02	3,17%
TOTAL DE OCORRÊNCIAS		63	100%

Fonte: elaboração da pesquisadora conforme dados da pesquisa

As consoantes geminadas aparecem nos três documentos em análise com significativa frequência em relação às outras categorias ortográficas. No primeiro documento, a porcentagem dessas consoantes corresponde a 12,5% do total das ocorrências, enquanto que, nos documentos posteriores a porcentagem é expressa por 43,18% e 46,03%, respectivamente. “Além do *r* e *s*, as outras que aparecem geminadas são *f, l e m* [...]” (COUTINHO, 1971, p. 75).

As consoantes geminadas eram recorrentes na ortografia do início do século XX, apesar da busca pela reforma nessa categoria com mudanças para a eliminação desse grupo.

A ocorrência de consoantes geminadas antes de *m* também segue outra justificativa, conforme as regras apresentadas na *Grammatica Expositiva* de 1907. “Antes de *b, p* e *m*, escreve-se *m* para indicar a voz nasal, e *n* antes das outras consoantes: *emoras, ímpio, imortal, entrar, inditoso, Antonio, gingar, conseguir e Alenquer*” (PEREIRA, 1907, p. 43).

Assim, a regra segue representada no primeiro documento pela palavra: *immigrantes*. No segundo documento pelas palavras: *comunicação, commercial, commercio, imigração e assumpto*. E no terceiro documento, as palavras: *immigrantes, somma, e summa*.

Vale ressaltar que no período em que esses documentos foram produzidos não havia nenhuma tentativa de sistematizar oficialmente a ortografia, tanto no Brasil quanto em Portugal. Dada essa conjuntura histórica, a ortografia ainda estava sob a influência etimológica e pseudoetimológica.

Destaque-se, ainda, que nesse período “só a etymologia pode justificar consoantes dobradas ou insonoras” (SOUZA, 2013, p. 62). Dessa forma, as consoantes insonoras foram distribuídas, no quadro, separadamente das consoantes geminadas, para estabelecer uma diferença entre o número de ocorrências nessas categorias.

A segunda maior ocorrência de grafias pseudoetimológicas consiste nas consoantes insonoras, sendo 62,5% no primeiro documento, 20,45% no segundo e 25,39% no terceiro.

No corpo dos vocábulos aparecem frequentemente duas e, às vezes, três consoantes agrupadas, idênticas ou diferentes – atenção, acto, pacto, extracto, estranho. Em muitos desses grupos a primeira dessas consoantes tem perdido o valor fonético, e é insonora, e só aparece na palavra escrita por uma tradição etimológica (PEREIRA, 1933, p. 34).

A justificativa para o uso de consoantes geminadas e insonoras se dá a partir da tentativa de conservar a etimologia das palavras de origem latina e grega, sem considerar a sua evolução fonética. “A estas dificuldades accresce a inercia do espirito conservador, que naturalmente offerece tenaz resistencia a qualquer innovação no sentido da desejável transliteração uniforme dos vocabulos de nossa língua”. (*Ibid.*, p. 100).

O caráter duvidoso quanto à língua escrita no início do século XX era evidente; dessa forma, “[...] Poucas e pouco seguras, em geral, são as regras que podemos dar em relação á Orthographia [...]” (PEREIRA, p. 42, 1907). Conforme a *Grammatica Expositiva* (1907), as regras ortográficas elaboradas nesse período ainda eram restritas e de pouca segurança quanto ao seu uso, pois ficava a critério dos professores o bom senso para transferir, aos alunos, uma regra que contemplasse o seu uso de forma mais uniforme e simplificada.

Pereira (1907, p. 42) manifesta a necessidade de seguir a etimologia das palavras, no entanto, ressalva sobre o seu uso com intuito simplificador.

[...] devemos seguir a etymologia a menos que não se oponha manifestamente a pronuncia ou o uso uniforme. Assim, não se escreverá – stricto, ontem, thio, chirurgia, inceptar, archebispo, charo, porém, - estricto, hontem, tio, cirurgia, encetar, arcebispo, caro.

A tentativa de se conservar tais etimologias extrapolou o campo ortográfico e dificultava a circulação de documentos oficiais, pois dependiam de Acordos Ortográficos ainda em processo de construção e discussão neste período. Inicialmente se deu com o Projeto

de Reforma Ortográfica brasileira, em 1907, através da Academia Brasileira de Letras, no entanto, apenas para viabilizar e simplificar as publicações oficiais.

Nesse sentido, o uso das consoantes insonoras e das consoantes geminadas não se justificava, senão por seu caráter meramente etimológico. Dessa forma, consideraram-se os seguintes exemplos que manifestaram a irregularidade da língua escrita neste período linguístico:

[...] *afirmar, colégio, atender, ano, aumento, ato, ação, aflito, atrair, compreender, por, afirmar, atender, anno, augmento, acto, acção, afflicto, atrahir, comprhender, porém, honra, e deshonra, humanidade e deshumanidade, habil e inhabil* (PEREIRA, p. 107, 1933).

Vale ressaltar a observação quanto ao uso do *rr* e *ss* do grupo das consoantes: “Conservam-se por necessidade os grupos geminados *rr* e *ss* para lhes conservar o som forte em *carro, jarro, cassa, passa*, etc., e por transigência provisória *ll* nas palavras – *elle, aquelle, aquella, aquillo*” (*Ibid.*, p. 107). No entanto, na ortografia moderna, as geminadas *ll* tem o mesmo valor fonético de *l*, portanto, torna-se desnecessário tal duplicidade.

Dentro dessa configuração linguística, Cunha e Cintra (1985) informam que esse agrupamento de consoantes desaparece na ortografia moderna, mas ainda prevalecem “ENCONTROS CONSONANTAIS como *gn, mn, pn, ps, pt, tm*, e outros não aparecem em vocábulos” (CUNHA e CINTRA, 1985, p. 51). Da mesma forma seguem as palavras: “*gno-mo*”, “*mne-mô-ni-co*”, “*pneu-má-ti-co*”, “*psi-có-lo-go*”, “*pti-a-li-na*” e “*tme-se*”.

Destaque-se, ainda, a consoante muda *s* “[...] em palavras, como *descer, florescer, nascer* etc. e o *x* em vocábulos como *exceto, excerto*, etc.[...]” (Academia Brasileira de Letras, p. 63, 2009), emprego aprovado no *Formulário Ortográfico* de 1943 e que prevalece na ortografia moderna.

Conferindo a mudança de acordo com a ortografia atual já mencionada, é pertinente ressaltar que “No Brasil, por disposição do *Formulário Ortográfico* de 1943, as consoantes etimológicas finais de sílabas (implosivas), quando não articuladas – ou seja, quando mudas – deixaram de se escrever” (*Ibid.*, p. 73).

Dentre as mudanças na estrutura das palavras, observa-se o metaplasmo¹⁹ por subtração nas consoantes geminadas dos grupos consonantais *mm, ff, ll, nn, tt, pp, cc* e insonoras *h, ct, pt, gn, cç*, conforme o português moderno, as quais foram levantadas nesta análise.

¹⁹ Metaplasmos são modificações fonéticas que sofrem as palavras na sua evolução. (COUTINHO, 1971, 142)

Tais transformações fonéticas se deram pela síncope²⁰ dos grafemas *f, l, n, t, p, c* das consoantes geminadas. Já as transformações insonoras foram verificadas por aférese com a palavra *hontem*, expressa pela omissão do *h* inicial. Isto ocorreu somente no primeiro documento. O restante das consoantes insonoras ocorre nos três documentos, sofrendo alterações por síncope.

No primeiro documento verificaram-se as palavras *facto* e *refractarios*, com a síncope do fonema velar *c*; *deshabitado* e *ahi* pela supressão do fonema *h*. No segundo documento, houve a supressão do fonema *p* em *assumpto*, a supressão do fonema *c* em *directoria*, *instrucções*, *activa*, *contracto*, *distincta*, *character* e a supressão do fonema *h*, em *d'ahi* e *conjuncto*. E no terceiro documento, a supressão do fonema *c* em: *acção*, *introducção*, *directamente*, *contractou*, *fructa*, *trajecto*, *actos*, *reluctancia*, *objectos* e *produção*.

O uso das consoantes *cç* somente será utilizado na ortografia atual quando o primeiro fonema for pronunciado distintivamente do segundo, como em: *convicção*, *confeção*, *ficção*, *infecção* etc. Ainda no terceiro documento houve a supressão do fonema *p* em *optimos* e a supressão do fonema *h* em *sahiram* *surprehendeu*, *signal*, *bahús* e *cahir*.

Nessa configuração ortográfica, observa-se a permanência atual dos dígrafos, “[...] *rr* e *ss*, que só se empregam entre letras-vogais para representar o mesmos sons ([R] ou [r] ou [s]) que se escrevem com *r* e *s* simples no início de palavra: *prorrogar* (compare-se com *rogar*), *assimetria* (compare-se com *simetria*)” (*Ibid.*, p. 52).

Quanto aos digramas gregos *ch, th, ph, rh*, as ocorrências aparecem apenas no terceiro documento *Os Japonezes em S. Paulo (Correio Paulistano, 1908)*, com 3,08% do total das ocorrências. É evidente que há, ainda, nesse período, a “Conservação dos digrammas gregos - *ch, th, ph, rb* – *character, theatro, philosophia, rhethorica*” (PEREIRA, 1933, p. 103).

Observa-se a alteração das palavras *analphabetos* e *phosphoro*, presentes no terceiro documento desta análise. Observa-se a seguinte citação quanto ao uso do grupo consonantal *ph*: “Não se escreve *h* depois de *c* (salvo o disposto em o nº 12) nem depois de *p, r* e *t*; o *ph* é substituído por *f*” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, p. 63, 2009). Tais alterações foram aprovadas no *Formulário Ortográfico* de 1943, as quais prevalecem na ortografia atual.

Já estavam inseridos no projeto de *Reforma Ortográfica* de 1907 a “proscrição dos grupos gregos – **ph, th, ch, rh**, substituídos pela letra simples correspondente: *filozofia, ortografia, orquestra, coro, retorica*, por *philosophia, orthographia, orchestra, choro, rhetorica*” (*Ibid.*, p. 107).

²⁰ Síncope é a subtração de fonema no interior do vocábulo, exs.: *malu* > mau, *mediu* > meio, *lepore* > lebre > *veritate* > verdade etc. (COUTINHO, 1971, p.148)

Observou-se o uso recorrente do *h*. Porém, “O *h* não é pròpriamente uma letra, mas mero sinal etimológico. Combina-se com o *c*, o *l*, e o *n* para formar as palatais molhadas *ch*, *lh* e *nh*” (COUTINHO, 1971, p. 83). Nesse sentido, tem valor a citação abaixo como complemento à justificativa quanto ao uso do *h*, que não aparece da mesma forma na ortografia atual:

O *h* representava primitivamente uma aspiração, como o *h* de certas palavras inglesas, v. gr. *horse*, e assim occupava elle um lugar entre as consoantes latinas. Porém, durante o Imperio, perdeu elle esse valor, e, com essa perda, o seu caracter de letra (*Ibid.*, p. 73).

O uso do *h*, nesse contexto ortográfico irregular, apresentava várias funções em seu uso, dentre estas, considerava-se o seu uso para indicação de hiato nos grupos vocálicos finais. “[...] empregue se o *h*: - *bahu*, *Jau*, *Tambahu*, *ahi*, *cahir*, *sahir*, *attrahir*, *distrahir*, *esvahir*, *cahia*, *sahi*, *attrahi* [...]” (PEREIRA, p. 43, 1907).

No projeto de *Reforma Ortográfica* de 1907 já era evidente a busca pela simplificação e regularização quanto ao uso do *h*: “Proscrição da consoante *insonora* dos grupos consonantae, bem como do **h**, excepto do **h** inicial, que é conservado nos compostos: [...] *atrain*, *compreender* por *atrain*, *comprehender* [...]” (PEREIRA, 1933, p. 107).

Tendo em vista as considerações acima, verifica-se o uso desse grafema na ortografia atual com as seguintes observações:

[...] o *h* usa-se apenas: a) no início de certas palavras: haver, hoje, homem; b) no fim de algumas interjeições: ah!, oh!, uh!; no interior de palavras compostas, em que segundo elemento, iniciado por *h*, se une ao primeiro por meio de hífen: anti-higiênico, pré-histórico, super-homem; d) nos dígrafos *ch*, *lh* e *nh*: chave, talho, banho (CUNHA e CINTRA, 1985, p. 63-64).

Assim, o *h* deixou de ter valor fonético, pois não representa propriamente uma consoante, no entanto, permanece na ortografia portuguesa por apresentar vocabulário extenso na língua portuguesa e por motivos etimológicos.

Quanto à vocalização, verifica-se o uso da vogal *e* no lugar de *i* somente nos seguintes documentos: a *carta do cônsul brasileiro Alcino Santos Silva* (1908), com 4,54% e em *Os Japonezes em S. Paulo (Correio Paulistano, 1908)*, com 3,17%.

Essa ocorrência se dá, pela “Preferencia ás vogaes originaes em certas palavras, a despeito da pronuncia, como p. ex.: *edade*, *egual*, *egreja* [...]” (PEREIRA, 1933, p. 103). Apesar da variedade na escrita dos bons escritores, observa-se a preferência da etimologia ao grafar tais palavras, nesse documento.

Em Cunha e Cintra (1985) não há menção à mudança ortográfica de tais vogais. No entanto, ainda em Pereira (1933, p. 114), lemos que, em maio de 1900, o Sr. Aniceto dos Reis Gonçalves Viana apresentou um plano de ‘simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas’. Em nota, observa-se a mudança da vogal *e* para *i*, “[...] *criar* e não *crear* [...]” (*Ibid.*, p. 114) “[...] *criança, criado, criação, criatura*, e não *creado, creança, criação, creatura* [...]” (*Ibid.*, p. 114).

O uso da vogal *i* no lugar de *e* também se justifica por motivos etimológicos, sendo que esta ocorrência só aparece no terceiro documento desta análise - *Os Japonezes em S. Paulo*. (Correio Paulistano, 1908), com 3,08%, representado apenas por duas ocorrências, *quasi*²¹ e *si*²². O uso da vogal *i* no lugar de *e* não é mencionado na gramática atual de Cunha e Cintra (1985), mas a utilizam, em sua gramática contemporânea, de acordo com a regra atual, as palavras “*quase*” e “*se*” (*Ibid.*, p. 48), que hoje são grafadas com *e*, e não com *i*.

Nas palavras *Europea* > *europaia* (sing.) e *Européas* > *europaías* (pl.), verifica-se a ausência de metaplasmo por adição: a epêntese,²³ expresso apenas no terceiro documento, *Os Japonezes em S. Paulo* (Correio Paulistano, 1908), com 3,17% das ocorrências. Pereira (1907, p. 43) considera a seguinte regra: “O grupo *vocalico – eia*, no final dos vocábulos, seja grafado *éa*, si o *e* for aberto: *idéa, platéa, européa, cesaréa*” (PEREIRA, 1907, p. 43).

De acordo com a ortografia atual, dos ditongos latinos, prevalece apenas *au*, “[...] sendo os seguintes DITONGOS ORAIS DESCRESCENTES: *pai, sei, mau, papéis, meu, céu, viu, boi, herói, azuis*” (CUNHA e CINTRA, 1985, p. 48-49).

O mesmo acontece com os ditongos *ae* no lugar de *ai*, como segue nos documentos *O Vapor Japonez – Jornal Santista (A Tribuna -1908)*, com a palavra *cáes* > *caís*, representado por 12,5%, como também no artigo de jornal *Os Japonezes em S. Paulo*. (Correio Paulistano, 1908), com as palavras *quaes* > *quais*; *atráe* > *atraí*; > *colossaes* > *colossais*, com 4,76% do total das ocorrências.

Dessa forma, considera-se a seguinte citação, observada a incerteza ao grafar os seguintes ditongos: “Os dithongos *finaes – ae, ãe* melhor se grapharão com *e* do que com *i* – *pae, cae* [...] *mãe* [...]” (PEREIRA, 1907, p. 42), hoje grafadas com *i*, *pai*, *cai*, com exceção da palavra *mãe*.

²¹ Do latim *quasi*. (CUNHA, 1999, p. 650)

²² Do latim *sī*. (*Ibid.*, p. 709)

²³ *Epenthese* é a adição de um fonema no corpo de um vocabulo. Exs: *Februario* > *fevereiro*. (PEREIRA, 1933, p. 61) *Epêntese* é o acréscimo de fonema no interior da palavra, exs.: *arena* > *area* > *areia*. (COUTINHO, 1971, p. 146).

O uso de vogal dupla nos verbos ocorre apenas no segundo documento em análise, com apenas um caso, representado por 2,27%. Isso se justifica “Pela queda da consoante medial, ajuntavam-se duas vogais no corpo do vocábulo, constituindo hiato: *ser* < *sedere* [...]” (COUTINHO, 1971, p. 72). Nesse sentido, encontramos no documento em questão a palavra *teer* cuja formação se deu a partir do latim *tēnēre*²⁴, com a queda da consoante medial e a formação do hiato.

Cunha e Cintra (1985) não mencionam hiatos com duas vogais idênticas, visto que “A língua portuguesa manifesta uma acentuada tendência para evitar o hiato” (*Ibid.*, p. 110). Dessa forma, observa-se a eliminação do hiato “pela crase de vogais originariamente iguais: *ter, ler, ser*, antes *teer, leer, seer* [...]” (*Ibid.*, p. 110).

A mesma regra se observa em Pereira (1933, p. 70), “Dá-se a crase, fusão ou contracção, quando, sendo idênticos os elementos vocalicos, se opera a absorpção de um pelo outro: *veer* > *ver*, *door* > *dôr* [...]”.

Relativamente à variação na grafia das palavras, vale ressaltar o uso de certas palavras quanto ao uso do grafema *z*, que, por vezes, se utiliza *s*, como segue no primeiro documento desta análise: *japonezes* > *japoneses*; *japonez* > *japonês*; *preciza* > *precisa*; *apezar* > *apesar*; *paizes* > *países*, representado por 12,5%.

Alguns vocábulos se repetem na *carta do cônsul brasileiro Alcino Santos Silva* (1908), tais como, *japonez* > *japonês*; *paiz* > *país*; *mezes* > *meses*; *Brazil* > *Brasil*, representado por 9,09%; e no terceiro documento *Os Japonezes em S. Paulo (Correio Paulistano, 1908)* com os seguintes vocábulos; *Japonez* > *japonês*; *camizeta* > *camiseta*; *Portuguez* > *português*; *Portuguesa* > *portuguesa*; *Japonezes* > *japoneses*, com 7,93% do total de ocorrências representados em cada documento.

Pereira (1933, p. 107) prescreve a seguinte regra em relação ao uso da letra *z*, “grafar-se-ão com **z** e nunca com **s** as syllabas finaes tônicas, que tiverem este som: *ananaz, Goyaz, portuguez, marquez, Luiz* [...]”. Salvo as exceções “[...] os pluraes: *alvarás, mercês, quatís, urubus*. Os pronomes: *nós, nos, vós, vos*.”

O mesmo acontece ao contrário, observa-se a “substituição do **s** pelo **z**, sempre que tiver o valor desta letra: *caza, roza, cheiroza, meza, defesa*, por – *casa, rosa, cheirosa, mesa, defesa* [...]” (*Ibid.*, p. 107).

Vale ressaltar a complexidade dessa regra devido ao contexto linguístico representado pelo período pseudoetimológico, o que traz para o corpo dos textos a variedade na grafia das

²⁴ CUNHA, Dicionário Etimológico Nova Fronteira. Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1999, p. 764.

palavras, como acontece na *carta do cônsul brasileiro Alcino Santos Silva* (1908) em relação ao uso irregular de *s* e *z*.

A primeira página da carta apresenta a palavra “*Brasil*” grafada com *s*; já na segunda página do mesmo documento observa-se o mesmo vocábulo, no entanto, grafado com *z*, “*Brazil*”. Cunha e Cintra (1985) fazem uso do *s* com as devidas adequações do português atual e sem a ocorrência de irregularidades quanto ao uso deste sinal gráfico.

Dentro dessa mesma conjuntura ortográfica observa-se o uso de *s* no lugar de *z*, verificados no corpo do texto da *carta do cônsul brasileiro Alcino Santos Silva* (1908) com as seguintes ocorrências: *introducidos* > *introduzidos*, *satisfaser* > *satisfazer*, *produsir* > *produzir*, *autorisei* > *autorizei*, *colonisação* > *colonização*, correspondente a 11,36% do total das ocorrências.

No artigo de jornal *Os Japonezes em S. Paulo* (*Correio Paulistano*, 1908), apesar de apresentar uma única ocorrência dessa categoria, verifica-se a palavra *pausinhos* > *pauzinhos*, representado por 1,58%.

É pertinente que se ressalte um dos motivos da aplicação do fonema *s* no lugar de *z*, qual seja: “A sonorização do -s- deu-se, em algumas regiões, provavelmente ao finalizar o período do latim vulgar” (COUTINHO, 1971, p. 73). Abrindo mão do princípio etimológico, “[...] escreve *s* por *z* nas syllabas átonas (*Marques, ourives, simples*)” (PEREIRA, 1971, p. 122).

As dúvidas, no entanto, ainda são frequentes quanto ao uso desses diferentes grafemas, com o mesmo valor fonético. Cunha e Cintra (1985) não mencionam uma regra, quanto ao uso de *s* ou *z*, que o justifique de forma sistematizada, mas utilizam a regra atual para grafar tais palavras, como por exemplo: “*países*”, “*Brasil*”, “*português*” (CUNHA e CINTRA, 1985, p. XIII); da mesma forma utilizam *z* em palavras antes grafadas com *s*.

Os sinais gregos, tais como o *y*, foram eliminados da ortografia com intuito simplificador. Verificam-se, entretanto, as ocorrências nos seguintes documentos: a *carta do cônsul brasileiro Alcino Santos Silva* (1908), com 4,54%, representados pelas palavras: *typo* > *tipo*, *hygienica* > *higiênico*; em *Os Japonezes em S. Paulo* (*Correio Paulistano*, 1908), pela palavra *hyperbolico* > *hiperbólico*, com 1,58% do total das ocorrências.

Nesse período, o grafema *y* representava frequentemente a vogal *i*. Observa-se, portanto, o projeto de reforma ortográfica de 1907 em que manifesta a “Proscricção do *y* substituído por *i*: *mistério, tipo, pira, Curitiba*, por *mysterio, typo, pyra, Curytiba*” (PEREIRA, 1933, p. 108).

De acordo com a Academia Brasileira de Letras (2009), no *Formulário Ortográfico* de 1943 o *y* foi extinto da ortografia, salvo as exceções: emprega-se o *y* em abreviaturas e como símbolo de alguns termos técnicos e científicos, além dos nomes próprios estrangeiros.

Da mesma maneira, Cunha e Cintra (1985) apresentam a ocorrência de palavras grafadas com *y*, considerando dois casos: “[...] na transcrição de nomes próprios estrangeiros e de seus derivados portugueses, *byron, byroniano*” e “[...] nas abreviaturas e nos símbolos de uso internacional” (CUNHA e CINTRA, p. 63, 1985).

O uso da consoante *x* no lugar de *s* aparece apenas na *carta do cônsul brasileiro Alcino Santos Silva* (1908), com 2,27%, representados pela palavra *extrangeiro* > *estrangeiro*. O grafema *x* corresponde ao som de *ch*, no entanto, na palavra *extrangeiro* o *x* não corresponde ao fonema.

Neste caso, é possível aplicar-se a seguinte observação: “É frequente neste systema a introdução de cacografias ou erros orthographicos, determinadas por falsas etimologias” (PEREIRA, 1933, p. 105-106), entre elas, a palavra *extrangeiro* dado como ortografia etimológica e *estrangeiro* como ortografia fonética. Cunha e Cintra (1985) não apresentam nenhuma ocorrência quanto ao uso do *x* no lugar de *s*, apesar do caráter duvidoso quanto ao uso desses sinais ainda na ortografia atual.

O uso do grupo consonantal *mn* aparece apenas na *carta do cônsul brasileiro Alcino Santos Silva* (1908) também com 2,27%, representado pela palavra *columna* > *coluna*. Neste sentido, “[...] é conservado o *mn* quando às vezes pronunciado: *gimnástico, gymnastica, amnésia* [...]” (*Ibid.*, p. 122).

Mais uma vez observa-se a incerteza quanto ao uso dos grupos consonantais: “[...] se escreve, às vezes, *m* antes de *n*: *gymnasio, amnistia* [...]” (PEREIRA, 1907, p. 43). Cunha e Cintra (1985) não apresentam ocorrências desse grupo na gramática atual, mas verifica-se seu uso restrito em relação aos períodos anteriores.

Nessa perspectiva, os documentos selecionados para análise apresentam ocorrências de palavras que percorrem o período pseudoetimológico e o período simplificado, já na tentativa de buscar, através do projeto de *Reforma Ortográfica* referente ao ano de 1907, a simplificação das palavras que não apresentavam explicação fonética em suas grafias. Inserido nesse momento de transição do quadro linguístico da língua portuguesa, o *corpus* deste trabalho trouxe vocábulos pertinentes de discussão e análise.

No seu uso vário, a sistematização e unificação se tornou um processo complexo, inviabilizando a nacionalização da língua portuguesa. Verificado o percurso da ortografia, esse período apresenta exageros gráficos que foram eliminados, e a abordagem ortográfica

passou a ganhar consistência, pois apresentava um motivo para a mudança da língua escrita de acordo com a evolução fonética das palavras em seu uso.

Nesse sentido é que muitas grafias atuais só podem ser compreendidas a partir desse retorno ao passado, conferindo as motivações que levaram à alteração ou manutenção da língua. A partir dessa perspectiva, fica evidente a mudança da ortografia nos seguintes segmentos: por redução, assimilação, ditongação, crase e permuta na estrutura das palavras, verificadas a partir dos documentos selecionados para análise. Ressalte-se, então, a Lei do Menor Esforço:

[...] consiste na tendência constante da língua a realizar o seu fim do modo mais simples. Sob seu império, realiza-se quasi a totalidade das alterações phoneticas e transformações metaplasticas dos vocabulos latinos [...] (PEREIRA, 1933, p. 45).

Essa lei passa por um processo de transformação denominado princípio de transição o qual “consiste no enfraquecimento e supressão dos phonemas incorporadas nos vocábulos latinos” (*Ibid.*, p. 45).

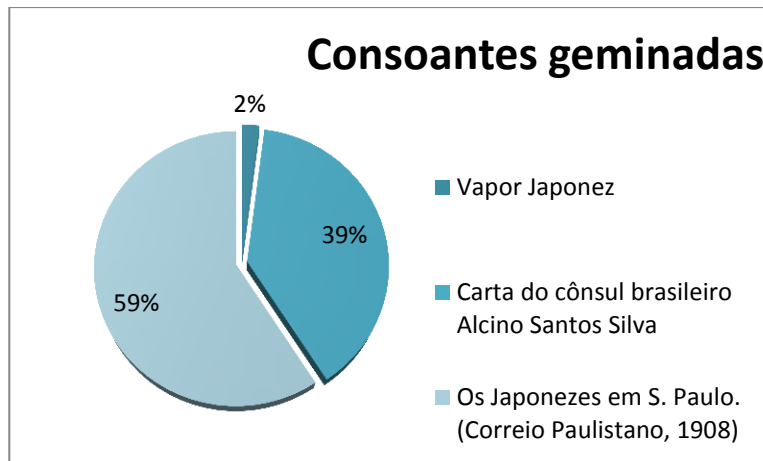
A mudança ortográfica verificada nos documentos analisados aqui baseia-se, em parte, nessa lei, observadas as ocorrências levantadas no *corpus* deste trabalho; contudo, deve-se considerar, sobretudo, o esforço das reformas ortográficas em eliminar da língua portuguesa os exageros e o uso de falsas etimologias na ortografia desse período.

3.6 Gráfico das ocorrências ortográficas por categorias.

A seguir, podemos comparar os resultados obtidos na análise dos dados conforme as categorias mais recorrentes a partir dos três documentos analisados. As categorias expressas em maior quantidade de porcentagem corroboram permitindo a visualização dos dados e das categorias que foram predominantes no *corpus* desta pesquisa e do período linguístico correspondente.

O período pseudoetimológico expresso através de documentos oficiais do governo apresentam peculiaridades deste quadro linguístico e a complexidade que os próprios escritores enfrentavam quanto ao uso da escrita, mesmo em documentos oficiais.

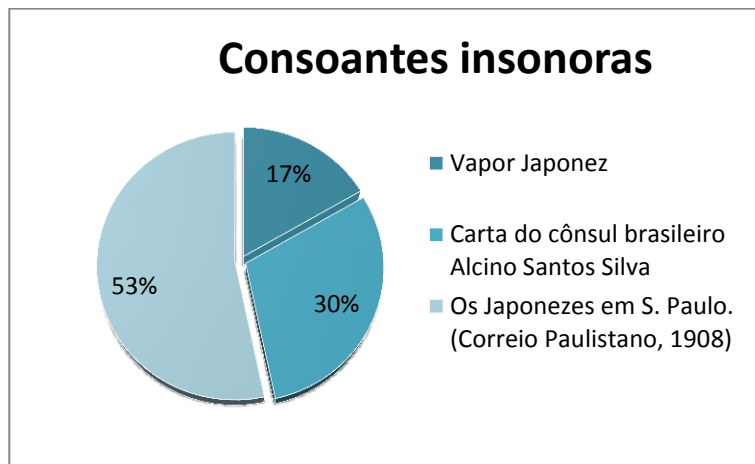
Quadro 07: categoria das consoantes geminadas.



Fonte: elaboração da pesquisadora conforme dados da pesquisa

Este gráfico corresponde à primeira das categorias apresentadas na análise, deixando evidente o uso constante das consoantes geminadas no período de produção dos documentos escritos.

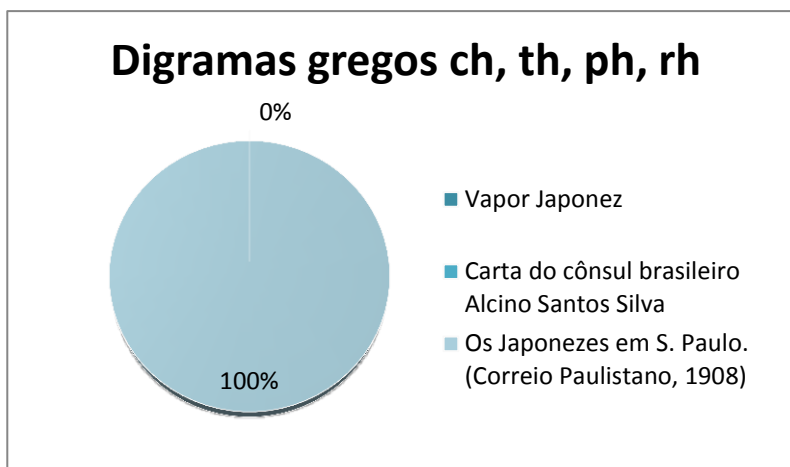
Quadro 08: categoria das consoantes insonoras.



Fonte: elaboração da pesquisadora conforme dados da pesquisa

Podemos observar no gráfico acima, a recorrência das consoantes insonoras presentes nos três documentos e semelhantes ao resultado das consoantes geminadas, observadas o uso predominante dessas duas categorias neste período linguístico.

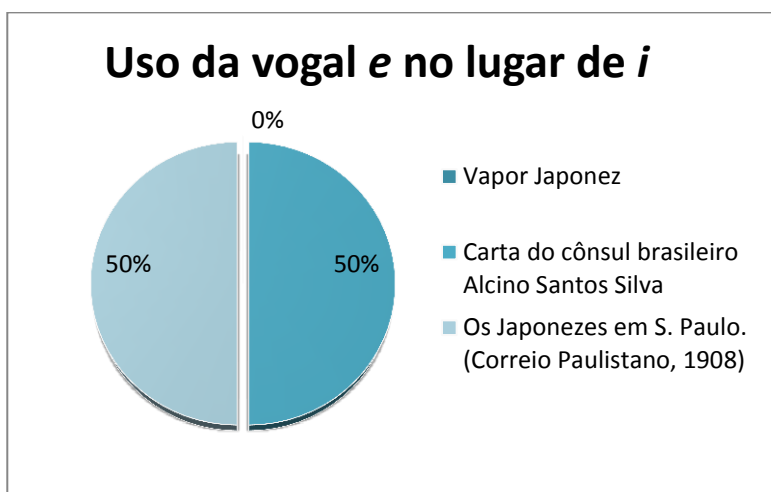
Quadro 09: categoria dos digramas gregos.



Fonte: elaboração da pesquisadora conforme dados da pesquisa

O uso dos digramas gregos aparecem apenas em um documento, portanto, apresenta um número menos significativo desta categoria na análise em questão.

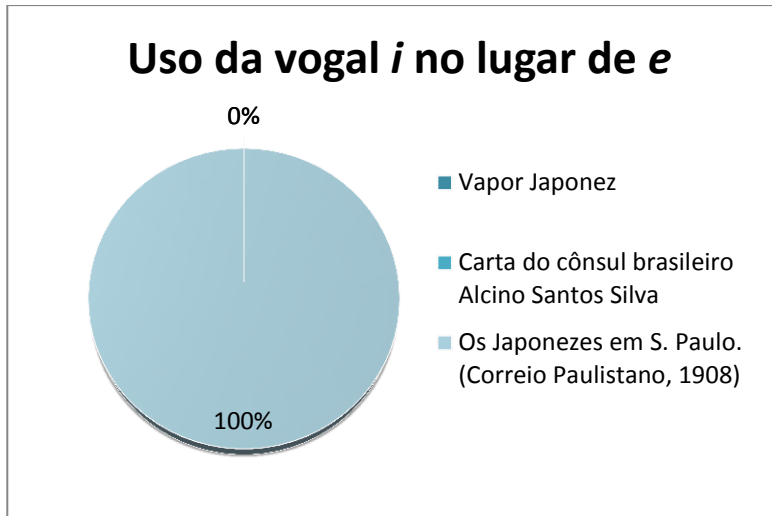
Quadro 10: categoria da vogal /e/ no lugar de /i/.



Fonte: elaboração da pesquisadora conforme dados da pesquisa

O uso desta categoria aparece em dois documentos da análise, representados por quantidades iguais quanto ao número de ocorrências.

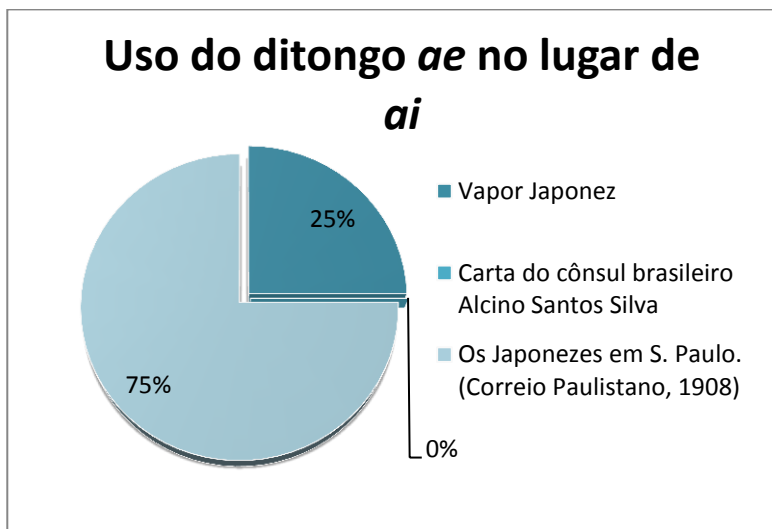
Quadro 11: categoria da vogal /i/ no lugar de /e/.



Fonte: elaboração da pesquisadora conforme dados da pesquisa

O uso da vogal /i/ no lugar de /e/ aparece somente em um documento, com ocorrências menos significativas.

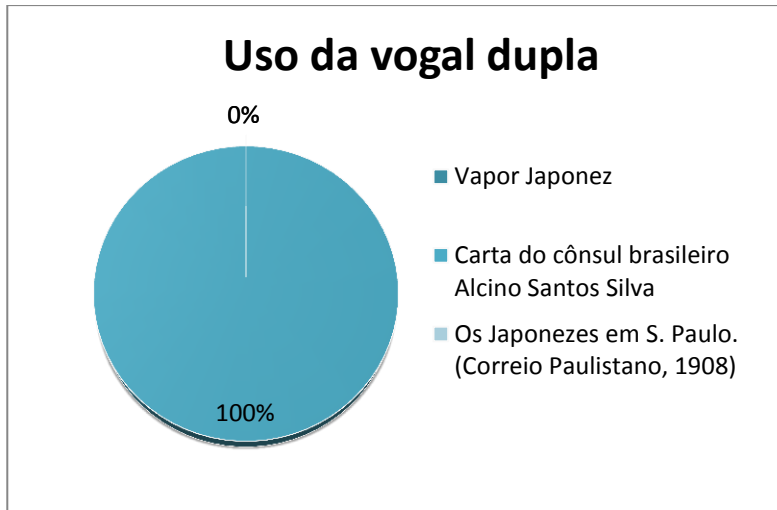
Quadro 12: categoria do ditongo ‘ae’ no lugar de ‘ai’.



Fonte: elaboração da pesquisadora conforme dados da pesquisa

O mesmo acontece com os encontros vocálicos, o uso do ditongo ‘ae’ no lugar de ‘ai’, expressando uma ocorrência menor quanto ao uso dos encontros consonantais.

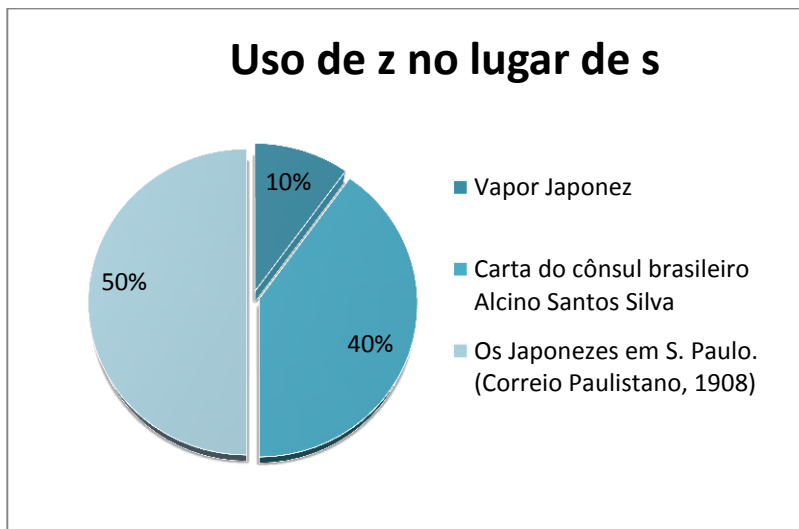
Quadro 13: categoria uso da vogal dupla.



Fonte: elaboração da pesquisadora conforme dados da pesquisa

O uso da vogal dupla aparece somente em um documento, visto que, já consistia em uma tendência a eliminação de elementos vocálicos idênticos no início do século XX.

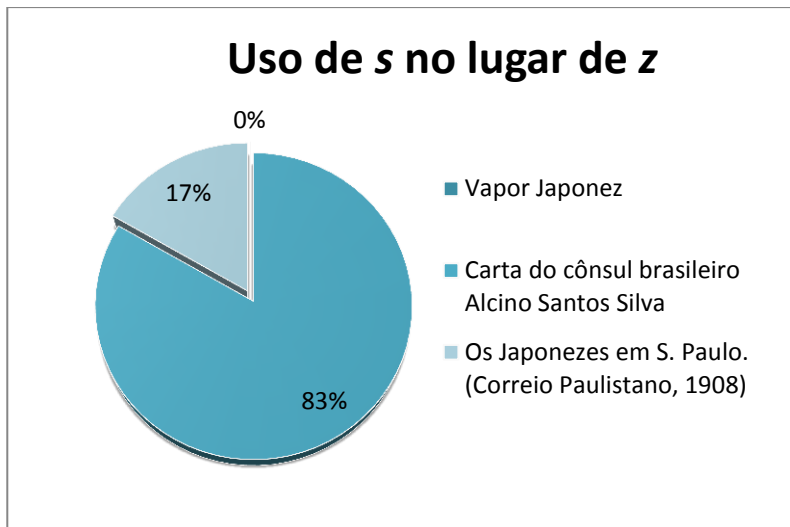
Quadro 14: categoria uso do /z/ no lugar de /s/.



Fonte: elaboração da pesquisadora conforme dados da pesquisa

Quanto a esta categoria, observam-se ocorrências significativas, no entanto, divergentes, pois ora se escrevia com /z/ ora com /s/. Portanto, era característico o uso vários desses dois grafemas em um mesmo vocábulo.

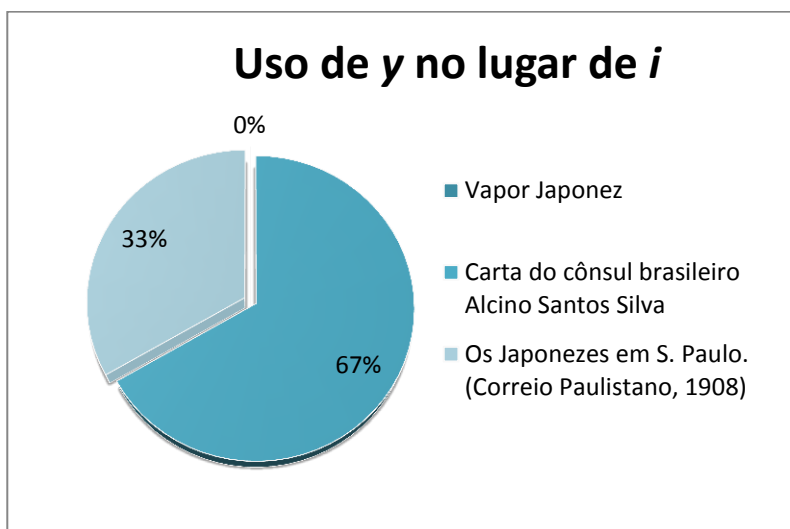
Quadro 15: categoria uso de /s/ no lugar de /z/.



Fonte: elaboração da pesquisadora conforme dados da pesquisa

Os vocábulos analisados nos documentos desta pesquisa deixaram de ser grafadas com /s/ e passaram a ser grafados com /z/ no português atual. Esta categoria aparece apenas em dois documentos, com maior ocorrência no primeiro documento.

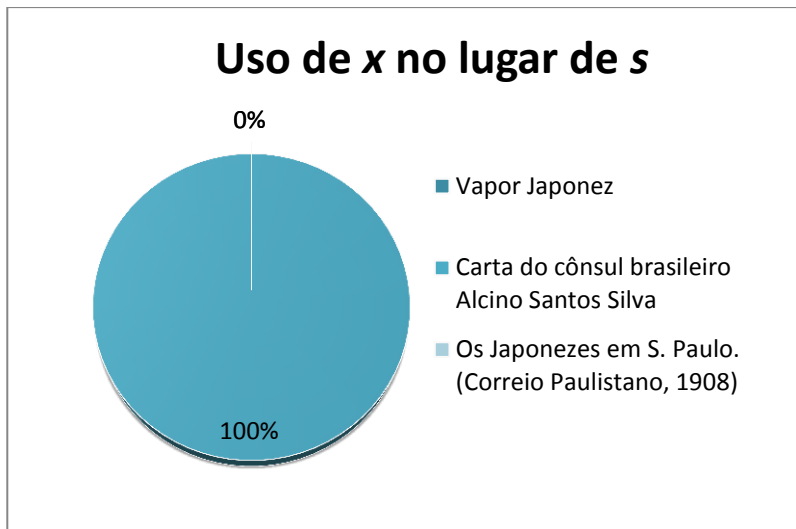
Quadro 16: categoria uso de /y/ no lugar de /i/.



Fonte: elaboração da pesquisadora conforme dados da pesquisa

A distribuição desta categoria é semelhante ao gráfico anterior, prevalecendo o uso de /y/ com valor de vogal e com mais ocorrências no primeiro documento.

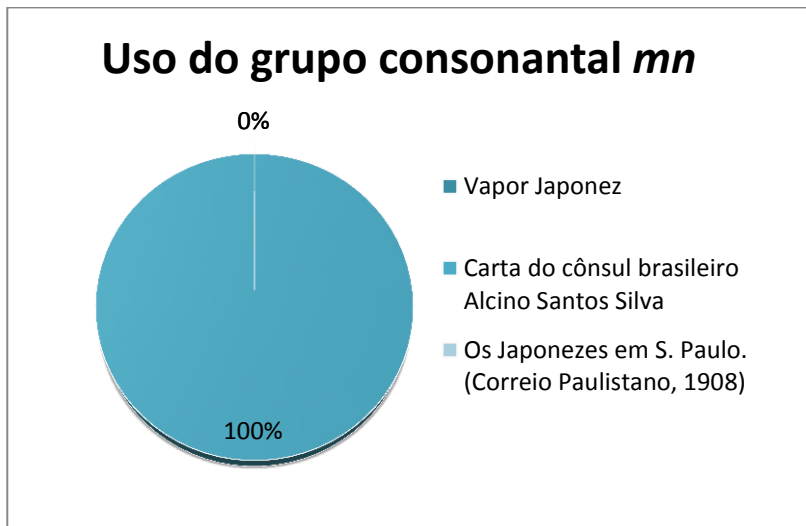
Quadro 17: categoria uso de /x/ no lugar de /s/.



Fonte: elaboração da pesquisadora conforme dados da pesquisa

O uso de /x/ no lugar de /s/ na verdade, consistia em uma cacografia característico no período pseudoetimológico. Apresentado apenas em um documento dos três analisados.

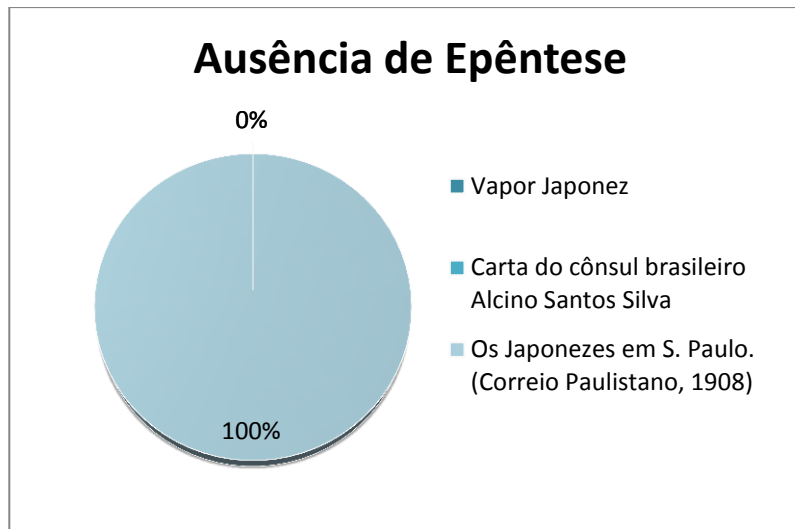
Quadro 18: categoria uso do grupo consonantal 'mn'.



Fonte: elaboração da pesquisadora conforme dados da pesquisa

Como demonstrado no gráfico acima, esta categoria já apresentava seu uso restrito no período pseudoetimológico e deixa de ser grafado no português atual, aparecendo somente no primeiro documento.

Quadro 19: categoria ausência de epêntese.



Fonte: elaboração da pesquisadora conforme dados da pesquisa

Característico na evolução dos fonemas verifica-se a ausência de epêntese nas ocorrências e com porcentagem pouca significativa quanto às outras categorias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de verificar o passado da ortografia da língua portuguesa a partir dos documentos que envolveram o processo de entrada dos imigrantes japoneses no Brasil, este estudo ganha relevância e consistência teórica.

Tais documentos, a partir da perspectiva histórica, sobretudo linguística, trazem para discussão um tema que ao longo do século tem sido alvo de resistência e discussões: a ortografia do português. É daí que vem o motivo de este trabalho abordar tais documentos de maneira histórica e linguística, sincrônica e diacrônica, conforme o percurso metodológico seguido neste trabalho.

A partir da perspectiva histórica, inicialmente, observa-se que a ortografia do início do início do século XX estava inserida em um processo político e socioeconômico que não estabelecia uma unificação quanto ao uso da língua em sua escrita. Isto se deve ao fato de que, o acordo ortográfico depende exclusivamente de fatores externos à língua escrita.

Vale ressaltar que os aspectos ortográficos dependem de uma convenção administrativa e política interna para a regulamentação e uso de suas regras. No período referente às ocorrências que compuseram o *corpus* da pesquisa, é evidente que a ortografia era regida por intelectuais e eruditos da época, sem qualquer compromisso público.

Neste sentido, a irregularidade da ortografia era expressa através dos documentos escritos oficiais, visto que não havia ainda uma ação governamental que formalizasse esta questão linguística.

Conforme o quadro linguístico acima mencionado, verifica-se uma tendência à língua europeia, no referido período. Em função da influência exercida pelos escritores clássicos na formação do quadro ortográfico da época e a herança da língua latina, inseridas através de europeus colonizadores e reforçadas através da igreja católica. Uma vez que, a igreja exercia também a sua função educacional e hierárquica, mesmo que, em menor intensidade do que no período medieval.

Dessa forma, verifica-se o sistema linguístico pseudoetimológico que se manifestava através da irregularidade e imobilidade da ortografia nesse período e não contava com nenhum acordo ortográfico oficial. Observa-se, então, a presença de marcas pseudoetimológicas no *corpus* desta pesquisa, testemunha de um período em que a imobilidade é parte inerente à língua.

Mesmo com a dificuldade em manter a grafia, pronúncia e compreensão de certas palavras, essa tendência não consistia em um sistema, mas em um quadro linguístico criado

conforme as leis dos intelectuais da época, visto que, não havia ainda poder público que tratasse desta questão com autoridade e afinco.

Tal tendência refletia a insistência do grego e do latim com o intuito de não se deixar esquecer a origem das palavras e, possivelmente, sua identidade europeia. A língua dos eruditos era escrita para um pequeno grupo dos que seguiam e para aqueles que tinham instrução para segui-las. Ou seja, a cultura dos nobres era imposta através da língua, como forma de demarcação de espaço e divisão de classes sociais. Em contrapartida, não se impõe algo que é natural de um povo, em especial, a língua.

Cunha e Cintra (1985) apresentam proibições no sistema ortográfico como medida para unificar, sistematizar e simplificar a língua escrita, formalizados através de acordos exaustivos até o presente momento, resultando no último Acordo Ortográfico de 2009.

O que se percebe desse período é que a língua do século passado foi envolvida e criada a partir de interesses políticos, sociais e econômicos. Dessa forma, não se pode ignorar, em *Historiografia Linguística*, a contextualização histórica e linguística, com intuito de verificar até que ponto as Gramáticas produzidas no início do século XX manifestaram ou não os anseios daquele período e, a partir dos documentos escritos, confirmar tais manifestações.

As gramáticas deste período eram produzidas em contexto de incertezas, de rompimento entre a escola tradicional e a escola nova. Dentro desta perspectiva, observa-se que a irregularidade da língua escrita foi produzida nesta complexidade entre o certo e o errado. A desorientação quanto às teorias dificultavam a elaboração de materiais didáticos que orientassem os alunos quanto ao uso escrito da própria língua.

A volta ao passado, neste sentido, permitiu revisitar os vários lugares e contextos (político, econômico, social e linguístico) manifestados através do *corpus* desta pesquisa, com intuito investigativo e reflexivo sobre a língua escrita.

Procura-se evidenciar, neste trabalho, que a língua escrita, como uma prática social e manifestada por documentos escritos, permite, por meio da *Historiografia Linguística*, recontar a história de uma língua e revelar o jogo complexo que envolve o homem, a língua e a história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. (VOLP). 5ª ed. São Paulo: Global, 2009.
- ALI, M. S. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 6. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1966.
- Almeida, M. E. *Alfredo Clemente Pinto e suas contribuições para o ensino da Língua Portuguesa: um estudo historiográfico*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2007.
- BASTOS, N. B. Português do Brasil: historiografia linguística oitocentista. *Todas as Letras*, v. 14, n. 01, 2012, p. 195-196.
- BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. Orgs. *A construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2004.
- BECHARA, E. *O que muda com o novo Acordo Ortográfico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- BIANCO, M. E. B. *A Sociedade Promotora de Imigração (1886-1895)*. 1982. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo,
- BURKE, P. *A Escola dos Annales (1929 – 1989): a revolução francesa da historiografia*. Trad.: Nilo Odalia. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2010.
- CARVALHO, M. M. *História da Ortografia em Portugal e no Brasil*. Disponível em: <http://www.dha.inec.pt/npe/português/paginas_pessoais/MMC/Ortografia.html>. Acesso em: 20 jan. 2014.
- COSTA, H. R. Saussure e os estudos linguísticos no século XX: linguística aplicada. *Anais do SILEL*. Volume 1, Uberlândia: EDUFU, 2009.
- COUTINHO, I. L. *Gramática histórica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.
- CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- Decreto 6.583 de 29 de setembro de 2008. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6583.htm> Acesso em: 08 jul. 2014. (Redação dada pelo Decreto nº 7.875, de 2012)
- FACCINA, Rosemeire Leão da Silva. *Políticas linguísticas e ensino de língua portuguesa – da República Velha à Constituição de 1934*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2002.
- FARACO, C. A. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2005.

FAUSTO, B. *Historiografia da imigração para São Paulo*. São Paulo: Instituto de Estudos Sociais, Econômicos e Políticos, 1991.

FLORES, M. *Dicionário de história do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCS, 1996.

HANDA, T. *Memórias de um imigrante japonês*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

HYMES, D. Posfácio: *Linguagem, indivíduo e sociedade*. São Paulo: UNESP, 1993.

_____. O período dos estudos linguísticos brasileiros. In: GURGEL, Silvana. *O período dos estudos linguísticos brasileiros dito científico na colocação pronominal (1888-1920)*. 2008. – Dissertação (mestrado), USP, São Paulo, p. 22.

_____. *Essays in the history of linguistic anthropology*. Philadelphia: John Benjamins, 1983.

INAGAKI, E. M. *Imigração japonesa para o Brasil: Os japoneses em Dourados (século XIX e XX)*. Dourados: UEMS, 2008.

Jornal Santista *A Tribuna. O Vapor Japonês*. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos088.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

KOERNER, Konrad. Questões que persistem em historiografia linguística. *Revista da ANPOLL*, n° 2, p. 45, 1996.

_____. *Linguistic Historiography: Projects & Prospects*. Amsterdam - Philadelphia: J. Benjamins, 1999.

_____. *Toward a Historiography of Linguistics. Selected Essays*. Amsterdam: J. Benjamins, 1978.

_____. *Practicing Linguistic Historiography. Selected Essays*. Amsterdam - Philadelphia: J. Benjamins, 1989.

KUHN, T. *The structure of scientific revolutions*. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1970.

_____. Objectivity, Value Judgment, and Theory Choice: In: Kuhn, *The Essential Tension* U. of Chicago Press, Chicago, 1977.

LEÃO NETO, V. C. *A crise da imigração japonesa no Brasil. (1930-1934)*. Contornos diplomáticos. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 1989.

LEVI, G. *Sobre a micro-história*. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 133-161.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Oralidade e escrita*. Capa > v. 9, n. 1 (1997) > Marcuschi. Revista Signótica. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/sig/article/view/7396>> Acesso em: 10 jul. 2014.

MILANI, S. E. *Da filologia, da gramática comparada, da neogramática à historiografia linguística*. In: SIMELP- Seminário Mundial de Língua Portuguesa, 2008.

MOTOYAMA, S. Kasato Maru - *Estudos avançados*, vol. 25, n. 72, São Paulo, 2011.

NASCIMENTO, J. V. Fundamentos teórico-metodológicos da historiografia linguística. In: _____. [Org.]. *A historiografia linguística: rumos possíveis*. São Paulo: Pulsar/Terras do Sonhar, 2005.

_____. A Historiografia Linguística e a Consolidação de seu Estatuto Científico. *Revista Acta. Revista do Grupo de Pesquisa "A escrita do Brasil Colonial e suas relações"*. Acta, Assis, V. 01, 2011. Disponível em: <<http://www.assis.unesp.br/Home/SitesInternos/RevistaActa/AHISTORIOGRAFIALINGUISTICA/EACONSOLIDACAODESEUESTATUTOCIENTIFICO%28revisto%20ISSN%29.PDF>> Acesso em 02/10/2013.

ODALIA, N. 1990. In: BURKE, P. *A Escola dos Annales (1929 – 1989): a revolução francesa da historiografia*. Trad.: Nilo Odalia. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2010.

ORTIZ, R. *O próximo e o distante: Japão e modernidade – Mundo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PEREIRA, E. C. *Grammatica expositiva*. 1º ed. São Paulo. Weiszflog Irmãos e Cia, 1907.

_____. *Grammatica histórica*. 7. ed. São Paulo: Nacional, 1932.

_____. *Grammatica histórica*. 102. ed. São Paulo: Nacional, 1957.

PITA, L. F. D. Ortografia da língua portuguesa: algumas considerações. *Idioma*, 21. Rio de Janeiro: Centro Filológico Clóvis Monteiro – UERJ, 2001. Disponível em: <http://www.institutodeletras.uerj.br/revidioma/21/idioma21_a09.pdf>, p. 64-74. Acesso em: 30 nov. 2013.

PROENÇA FILHO, Domício. *Entre acordos e desacordos*. 2008. Academia Brasileira de Letras. Disponível em <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=7555&sid=612>> Acesso em: 15 jul. 2014.

RESENDE, T. H. *Ryo Mizuno: O precursor da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: Editora Jornalística União Nikkei, 2008.

_____. *Ryu Mizuno: Saga japonesa em terras brasileiras*. Curitiba: SEEC; Brasília: INL, 1991.

RICCIARDI, Maria Laura Pinheiro. *Segunda metade do século XIX: da apoteose do sentimento à anatomia da língua*. In: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. Orgs. *A construção de*

gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2004, p. 118.

SAKURAI, C. [Org.]. *KASATO MARU: uma viagem pela história da imigração japonesa*. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 2009.

SANTOS, I. P. *A Sociedade Promotora de Imigração e o financiamento público do serviço de imigração (1886-1895)*, 2007. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, FFLCH/ USP, São Paulo. 2007.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. Cultrix: São Paulo, 2007.

SILVA, M. *O novo acordo da língua portuguesa: o que muda, o que não muda*. São Paulo: Contexto, 2008.

SILVA NETO, S. *Capítulos da história da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova presença, 1986.

SKIDMORE, T. E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SOBRAL, J. A. Os Japonezes em S. Paulo. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. *Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1992, p. 65-68.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. *Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1992.

SWIGGERS, P. *Histoire et Hitorigraphie de la linguistique*. Resenha a SEBEOK (Ed.). *Semiótica* 31 (1/2), 1975, p. 107-137.

_____. *Histoire et Hitorigraphie de l'enseignement du français: modèles, objects et analyses*. *Études de Linguistique Appliquée*. Daniel Coste (ed.). n. 78, 1991.

TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. Trad. Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

VIEIRA, F. I. S. *O japonês na frente de expansão paulista*. São Paulo: Pioneira, 1973.

YAMASHIRO, José. *Japão: passado e presente*. São Paulo: Hucitec, 1978.

YAMAUCHI [Org.]. Comissão de elaboração da história dos 80 anos da imigração japonesa no Brasil. *Uma epopéia moderna*. HUCITEC, 1992.

SITES CONSULTADOS

www.academia.org.br/ Acesso em: 20/05/2013.

www.arquivoestado.sp.gov.br/ Acesso em: 12/11/2012

www.bn.br Acesso em: 10/07/2014

www.museubunkyo.org.br/ Acesso em: 03/10/2012

www.museudaimigracao.org.br/ Acesso em 15/08/2013

www.museudalinguaportuguesa.org.br/ Acesso em: 14/09/2012

ANEXOS

Anexo I: *O Vapor Japonês* (Jornal Santista - A Tribuna)

VAPOR JAPONÊZ:

A's 9 1/2 horas da manhã de hontem, entrou em nosso porto o vapor japonês *Kasato Maru*, consignado á casa Wilson Sons & C.^a, desta praça.

E' esta a primeira viagem que esse vapor faz para portos do Brasil, tendo levado 51 dias de Kionbin a este porto, tocando em Singpara e Capetown.

O *Kasato Maru* que tem 3.823 toneladas de registo e 91 homens de tripulação, e é commandado pelo capitão A. G. Stevens, trouxe 781 imigrantes japonezes para nosso Estado, que hoje devem seguir para a capital em trem especial, que partirá ás 9 horas da manhã.

O *Kasato Maru* tambem traz a seu bordo vinte e poucos passageiros de classe, em viagem de recreio.

A's 5 horas da tarde o *Kasato Maru* atracou ao cães das Docas, em frente ao armazem n. 14.

Durante a viagem desse vapor, e já em aguas brasileiras, deu-se no dia 15 do corrente, ás 11 horas da noite, um lamentavel fucto, que vai noticiado noutra parte desta folha.

Disponível em <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos088.htm>> Acesso em 10 de novembro de 2013.

O nosso solo é tão vasto e está na maior parte deshabitado, que de qualquer modo precisa povoamento.

A nossa lavoura, grita-se por toda a parte, está sem braços!

Pois bem. Ah! vão braços novos, de uma potencia formidavel.

Parabens á lavoura paulista, apesar de que, a nosso vêr, não é caso par' isso.

A experiencia tem demonstrado que essa colonização asiatica tem dado mau resultado em toda a parte. Os japonezes não se adaptam aos paizes em que vivem, são refractarios aos usos e costumes alheios, constituem, fóra da patria, uma sociedade sua propria, como acontece na America do Norte.

Antes q' perigo germanico e o italo, que nos parecem imaginarios.



Anexo II: Carta do cônsul brasileiro Alcino Santos Silva redigida no dia 30 de abril de 1908

N.º 999 *N.º 999* *26/11/08* Prot. n.º off. 1 fls. 75

Secretaria da Agricultura

Directoria de Terras, Colonização e Imigração


Anno: 1908

Data 30-Abril-1908.

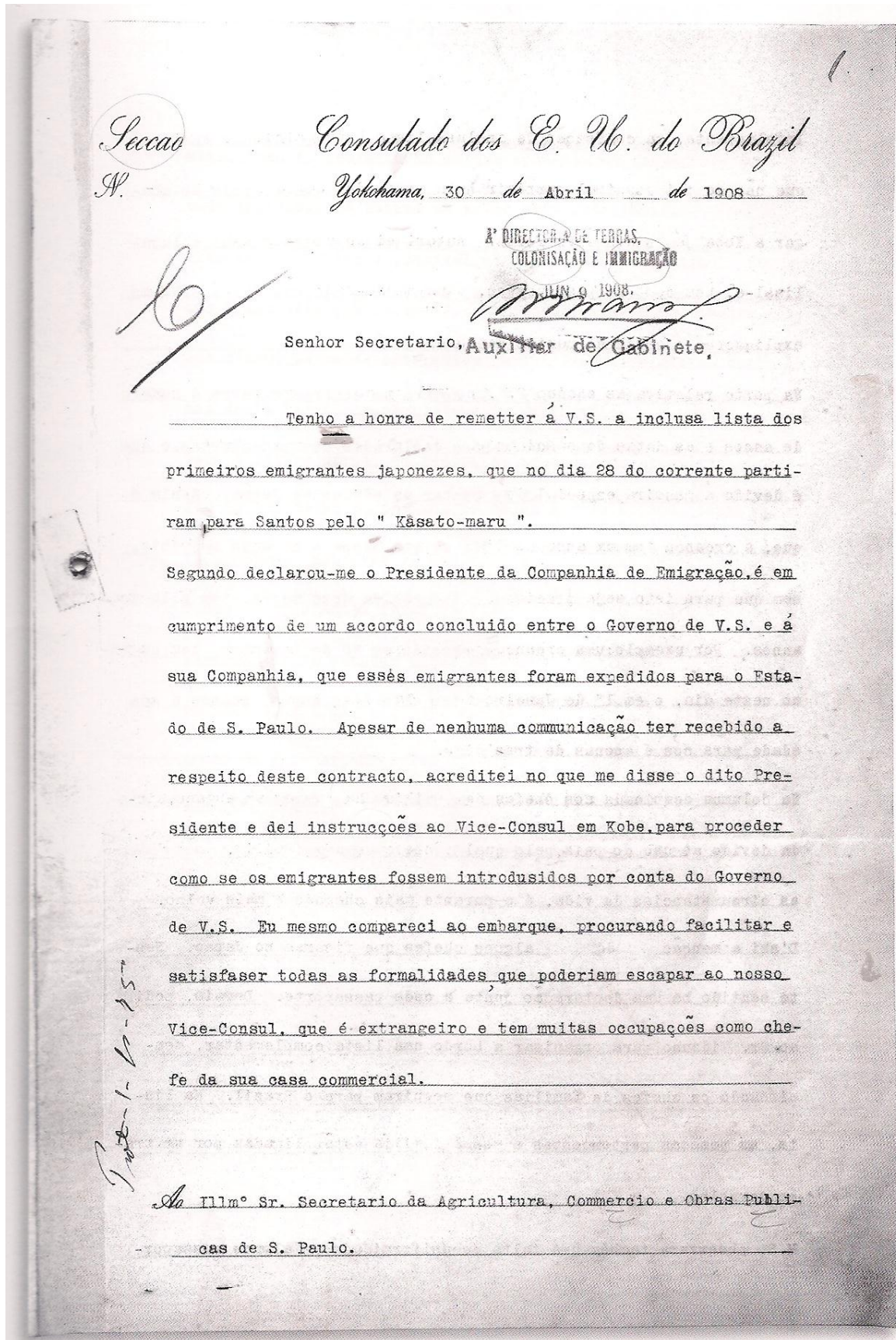
Interessado Consulado dos E. U. do Brasil em YOKOHAMA.

Assumpto Remettendo a lista dos primeiros imigrantes japonezes destinados a este Estado.

Alcino Santos Silva -abanuense-



Fonte: KASATO MARU: uma viagem pela história da imigração japonesa. Arquivo Público do Estado de São Paulo – São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 41.



Fonte: **KASATO MARU: uma viagem pela história da imigração japonesa.** Arquivo Público do Estado de São Paulo – São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 43.

Infelizmente, na confecção da inclusa lista houve algumas lacunas, que não me foi possível corrigir pela falta de tempo, pois ao chegar a Kobe já estava ella feita. Autorisei ao Vice-Consul a legalis-a, bem como os passaportes, aguardando-me para dar á V.S. as explicações e esclarecimentos necessários.

Na parte relativa ás edades V.S. notará um contraste entre o numero de annos e as datas de nascimentos declaradas nos passaportes, e que é devido á maneira especial de contar as edades no Japão. Assim é que, a creança tem um anno no dia em que nasce e no anno seguinte, sem que para isto seja preciso o decurso de doze mezes, tem ella dous annos. Por exemplo: uma creança nascida em 30 de Dezembro, tem um anno neste dia, e em 1º de Janeiro tem ella dous annos, quando á sua idade para nós é apenas de trez dias.

Na columna destinada aos chefes de familias ha tambem um engano, ainda devido ao uso do paiz, pelo qual o chefe de uma familia, em todas as circumstancias da vida, é o parente mais chegado e mais velho.

D'ahi a menção de alguns chefes que ficaram no Japão. Neste sentido ha uma declaração junta a cada passaporte. Demais, pedi ao Sr. Midzuno para organizar a bordo uma lista complementar, mencionando os chefes de familias que seguiram para o Brazil. Na lista, as pessoas pertencentes á mesma familia estão ligadas por um traço vermelho.

V.S. observara tambem uma falta de uniformidade em alguns passapor-

tes, isto é, Prefeituras ha que concedem um passaporte para cada individuo, e outras um unico para cada familia.

Além destas faltas é possível, que V.S. encontre outras. Espero que ellas serão desculpadas, attendendo a que é a primeira vez que d'aqui se manda emigrantes para o Brazil, e que os costumes desta terra são completamente differentes dos nossos.

Para o futuro darei, em tempo, as necessarias providencias a fim de que todos os documentos sejam estabelecidos, tanto quanto possível, conforme as exigencias das nossas leis.

Todos os emigrantes foram vaccinados, inspeccionados e as suas bagagens desinfectadas antes de serem embarcadas. O vapor que os conduz, é o ex-Kaiserin, antigo navio-hospital russo encontrado em Port-Arthur pelos japonezes. A sua installação pareceu-me hygienica.

A impressão que tive desses emigrantes não foi totalmente favoravel, sobretudo, tendo-se em vista o typo japonez, que é de baixa estatura, de apparencia mais fraca do que forte e, em seu conjuncto, bastante feio.

Os homens da ilha de Riu-shiu (Okinawa), de aspecto agradavel, parecerão-me fortes e resistentes. A gente dessa parte do Japão é muito dada a agricultura, obediente e activa, e estou certo que em S. Paulo esses trabalhadores serão justamente apreciados. Falam uma especie de patois, que os proprios japonezes

Fonte: KASATO MARU: uma viagem pela história da imigração japonesa. Arquivo Público do Estado de São Paulo – São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 45.

tem necessidade de interpretes para se entenderem com elles.

Penso que no fim de uma ou duas colheitas, V.S. poderá facilmente

julgar da força e do character desses emigrantes, de quem, seja di-

to de passagem, não se deverá exigir mais de $\frac{2}{3}$ do trabalho pro-

duzido por um emigrante branco. Os salarios, naturalmente, de-

vem ser pagos nesta proporção.

O japonês, mais do que qualquer outro emigrante, só trabalha sob

as ordens de um chefe (oyabun), a quem obedecem cegamente.

Aproveito com prazer deste ensejo, Sr. Secretario, para ainda

uma vez, oferecer os meus insignificantes serviços, em

tudo o que neste Imperio possa interessar ao Estado de S. Pau-

lo e, pessoalmente, a V.S.

Tenho a honra de reiterar a V.S. os protestos da minha alta es-

tima e distinta consideração.

Meio Santos Alon
Quinn

25

Secretaria da Agricultura

Em 13 de Junho de 1908

Subam ao Sn. Sr. Secretario.

Heruani Pereira, director.

Anexo III: *Os japonezes em S. Paulo (Correio Paulistano)*

“Os japonezes em S. Paulo

Está S. Paulo com os primeiros immigrants japonezes.

Chegaram no dia 18, pelo vapor Kassato Marú, depois de 52 dias de viagem do Japão a Santos, tendo tocado só em dois portos: o de Singapura na Asia e o da cidade do Cabo na extremidade austral da África. Deste ultimo porto, o navio veio diretamente a Santos, tendo feito com uma regularidade digna de nota sua derrota do porto de procedência, Kôbe (Japão), ao porto de destino (Santos).

O vapor Kassato Marú trouxe para o Estado de S. Paulo, 781 japonezes, que constituem a primeira leva da quantidade que deve trazer a Companhia Japonesa de Imigração e Colonização, que contractou com o Estado de S. Paulo a introdução de 3.000 famílias.

Estes 781 japonezes agora introduzidos agrupam-se em 164 famílias, sendo cada família constituída, em média, por 4,5 indivíduos. São poucos os indivíduos que vieram avulsos (37), isto é, não fazendo parte de famílias.

O número de crianças é insignificante, e o de velhos nullo. Crianças de menos de três annos vieram 8; de três a sete annos vieram 4; de sete a doze annos, 4, e de mais de doze annos 765. Todo o indivíduo de mais de doze annos traz já as mãos callejadas, signal evidente de trabalho habitual.

Com estes japonezes introduzidos pela companhia acima referida, vieram também 11 de mais de doze annos e 1 de tres a sete annos, espontaneos isto é, com passagem pago à sua custa.

Dos introduzidos pela companhia (781) 532 sabem ler e escrever, isto é, 68 por cento, sendo necessário notar que, dos 249 tidos como analphabets, empregando esta palavra na sua accepção literal, não chegam a 100, que eleva muito aquella porcentagem.

Os imigrantes japoneses vieram de onze províncias diferentes, que são as seguintes: Tokio, Fukuchima, Cagochima, Cumamôto, Okinawa, Kimé(*), Yamaguchi, Hirochima, Cochi, Niigata e Yamanachi. Destas onze províncias, as que forneceram maior soma de imigrantes foram as de Okinawa, Cagochima e Yamaguchi.

(*) Houve troca de *h* por *k*, pois o nome correto é Ehime.

66 DO KASATO-MARU ATÉ A DÉCADA DE 1920

Pelas cifras supra, vê-se que, das 781, só 16 pessoas não são do trabalho, sendo, portanto, 2 por cento os não trabalhadores e esta insignificante porcentagem não é constituída por velhos ou pessoas invalidas, mas por crianças que amanhã serão optimos elementos de trabalho.

Vieram para S.Paulo no dia 19, desembarcando nesse mesmo dia do vapor que os trouxe. As suas camaras e mais acomodações apresentavam uma limpeza inexcédível. É preciso notar que se trata de gente de humilde camada social do Japão. Pois houve em Santos quem afirmasse que o navio japonês apresentava na sua 3a. classe mais asseio e limpeza que qualquer transatlântico europeu na 1a. classe.

Isto não é hyperbolico, como adeante se verá.

Ao desembarcarem na Hospedaria de imigrantes saíram todos dos vagões na maior ordem e, depois de deixarem estes, não se viu no pavimento um só cuspo, uma casca de fruta, em suma, uma coisa qualquer que denotasse falta de asseio por parte de quem neles veio. Sahiram na maior ordem e, depois de quatro horas de viagem em trem especial de Santos a S.Paulo (não sei qual a razão por que se não ha de fazer o trajeto dos trens de imigrantes em menos tempo), e foram recolhidos no amplo salão do refeitório da hospedaria, ocupando todas as mesas, e ainda sobrou gente, que ficou nos corredores. Estavam todos, homens e mulheres vestidos á europea; eles de chapéu ou bonet, e ellas de sáia e camizeta pegada á sáia, apertada na cintura por um cinto, e de chapéu de senhora, um chapéu simples, o mais simples que se pode conceber, preso na cabeça por um elastico e ornado com um grampo. Os penteados fazem lembrar-nos os que temos visto em pinturas japonezas, mas sem os grampos colossaes que as mesmas pinturas nos apresentam.

Homens e mulheres trazem calçado (botinas, borzeguins e sapatos) barato, com protetores de ferro na sola, e todos usam meias. Alguns dos homens foram soldados na ultima guerra (russo-japoneza), e traziam no peito as suas condecorações.

Um delles trazia três medalhas, uma das quais de ouro, por actos de heroismo. Muitos traziam bandeiras pequenas de seda, numa pequena haste de bambú pintado e lança de metal amarelo. Essas bandeiras foram trazidas aos pares: uma branca com um círculo vermelho no meio, e a outra auri-verde: a do Japão e a do Brasil. Esta primeira leva de imigrantes japonezes entrou em nossa terra com bandeiras brasileiras de seda, feitas no Japão, e trazidas de proposito para nos serem amaveis. Delicadeza fina, reveladora de uma educação apreciável.

As suas roupas *européas* foram todas adquiridas no Japão e ali confeccionadas nas grandes fabricas japonezas. A vestimenta européa conquista terreno no imperio do Sol nascente. Foram os próprios imigran-

OS IMIGRANTES DO KASATO-MARU 67

tes que compraram as suas roupas, adquiridas com seu dinheiro, e só trouxeram roupa limpa, nova, causando uma impressão agradável. As mulheres calçavam luvas brancas de algodão.

Depois de estarem uma hora no salão do refeitório, tiveram de abandoná-lo, para saberem quais eram as suas camas e os quartos, e surpreendeu a todos o estado de limpeza absoluta em que ficou o salão: nem uma ponta de cigarro, nem um cuspo, perfeito contraste com as cuspinheiras repugnantes e pontas de cigarro esmagadas com os pés dos outros imigrantes.

Têm feito as suas refeições sempre na melhor ordem e, apesar de os últimos as fazerem duas horas depois dos primeiros, sem um grito de gaiatice, um sinal de impaciência ou uma voz de protesto.

No dia seguinte ao da sua chegada, foram todos vacinados em duas horas, apresentando todos, homens e mulheres, os braços á vacinação, sem relutância alguma nem pudores piegas. Nunca se vacinou allí tanta gente, com tanta ordem, tanto silêncio e tanta espontaneidade, no mesmo tempo. Muitíssimos tinham sido já vacinados e muitos revacinados.

Têm recebido bem a nossa alimentação, feita á nossa moda e com os nossos temperos, e nem um só caso de doença intestinal se manifestou até agora. Só dois leves casos de gripe e algumas dores de cabeça (de ligeiras constipações) em menos de duas dezenas de pessoas.

Todos os japonezes vindos são geralmente baixos: cabeça grande, troncos grandes e reforçados, mas pernas curtas. Um japonês de 14 annos não é mais alto que uma criança de 8 annos de idade. A estatura média japonesa é inferior á nossa estatura baixa. Mas vieram alguns homens mais altos, regulando sua estatura pela nossa média. O que, sobretudo, attráe a nossa attenção é a robustez, o reforçado dos corpos masculinos, de musculos pouco volumosos (admira, mas é verdade!) mas fortes e de esqueleto largo, peito amplo.

Os seus cabellos negros, que parecem negrejar mais nos volumosos penteados das mulheres, são cortados, nos homens, de maneira a permitir uma marrafa, que quasi todos usam, uns do lado e outros ao alto da cabeça, penteada com cuidado, perfeitamente em harmonia com a gravata que todos usam e sem incompatibilidade com os calos que todos trazem nas mãos.

São muito doces e sociáveis, tendo manifestado uma grande vontade de aprender a nossa lingua, e no refeitório não deixam cahir um grão de arroz ou uma colher de caldo. Depois de cada refeição (que dura de uma e meia a duas horas), o pavimento do salão está como antes della. Os dormitórios quasi não precisam ser varridos, mal se encontrando de longe em longe um pedacinho de papel ou um phosphoro queimado, que algumas vezes são dos serventes da hospedaria.

68 DO KASATO-MARU ATÉ A DÉCADA DE 1920

Têm nas suas mulheres a maior confiança, a ponto de, para não interromperem uma lição adventícia de portuguez, lhes confiarem a troca de seu dinheiro japonez em moeda portugueza, pois todos trazem dinheiro: 10 yens, 20, 30, 40, 50, ou mais yens, mas todos trazem um pouco.

São do maior asseio com seu corpo, tomando repetidos banhos e trazendo sempre roupas limpas.

Todos têm uma caixa de pós dentifricios, escova para dentes, raspadeira para a lingua, pente para o cabelo e navalha de barba. Barbeiam-se sem sabão, só com agua.

As suas bagagens são pequenas: para menos de oitocentas pessoas, mil e cem malas, na sua maior parte de vime branco e algumas de lona pintada. Não parece bagagem de gente pobre, contrastando flagrantemente com os bahus de folha e trouxas dos nossos operarios. Nestas suas bagagens trazem as roupas indispensáveis e objectos de uso diário, como pasta para dentes, um frasco de conservas, um de molho para temperar comida, uma ou outra raiz medicinal, as indispensaveis e exquisitas travesseiras, pequeninas e altas, de madeira forrada de veludo ou de bambú fino, flexivel; cobertores acolchoados, casacões contra o frio, ferramentas pequenas (por signal que as de carpinteiro são muito diferentes das nossas), um ou dois livros (cheios de garatujas, direi eu), uma caixa de papel para cartas, nankim para escrever, pausinhos (que podem ser de aluminio), para comer arroz, colheres pequenas, mas largas e chatas, para as refeições e muitas outras miudezas que lhes são necessarias. De roupas japonezas, só vi um kimoninho pintalgado numa criança de collo.

Nas mil e cem malas que trouxeram, a alfandega não encontrou um unico objecto nas condições de pagar imposto, embora a conferencia tenha sido feita com todo o rigor e durado quase dois dias inteiros.

Os empregados da alfandega declaram que nunca viram gente que tenha, com tanta ordem e com tanta calma, assistido á conferencia de suas bagagens, e nem uma só vez foram apanhados em mentira.

Si esta gente, que é toda de trabalho, for neste o que é no asseio, (nunca veio pela imigração gente tão asseada), na ordem e na docilidade, a riqueza paulista terá no japonez um elemento de produção que nada deixará a desejar.

A raça é muito differente, mas não inferior. Não façamos, antes do tempo, juizos temerarios a respeito da acção do japonez no trabalho nacional."

Anexo IV: Lista de Bordo do *Kasato Maru*

May 1.

KOKOKU SHOKUMIN KAISHA,
(THE EMPIRE COLONIZATION COMPANY)
No. 1, 1-chome, Yayasucho, Kojimachi-ku, TOKYO, JAPAN.

Original
Via.

LIST OF JAPANESE IMMIGRANTS SENT BY THE JAPANESE STEAMSHIP "KASATO-MARU," CAPTAIN
A. G. STEVENS, SAILING FROM KOBE, ON THE 28th APRIL, 1908, TO THE PORT OF SANTOS, BRAZIL.

No.	NAME.	Sex.	Age.	Profession.	Chief of Family.	Last Residence	Time in Last Residence (Years)	Quantity.	BAGGAGES. Number.	Marks.
1	Yasute Shinji	male	20	Farmer	Yasute Shinji	Fukushima	20	1	no record	
2	Kono Kozo	female	16	"	"	"	16	1	"	"
3	Matsunote Seabachi	male	26	"	Matsunote Seabachi	"	26	1	"	"
4	Taketa Mokichi	"	22	"	Taketa Moroji	"	22	1	"	"
5	Tabeu	female	20	"	"	"	20	1	"	"
6	Ito Muzumaru	male	25	"	Ito Muzumaru	"	25	1	"	"
7	Tsuchi Toraji	"	19	"	Tsuchi Toraji	"	19	1	"	"
8	Nomoto Sei-jiro	"	30	"	Nomoto Sei-jiro	"	30	1	"	"
9	Anzai Yuzumaru	"	19	"	Anzai Yuzumaru	"	19	1	"	"
10	Tora	female	19	"	"	"	19	1	"	"
11	Suzuki Kyuzo	male	22	"	Suzuki Kyuzo	"	22	1	"	"
12	Honda Kichiro	"	21	"	Honda Kichiro	"	21	1	"	"
13	" Sang	female	20	"	"	"	20	1	"	"
14	" Koshiro	male	17	"	"	"	17	1	"	"
15	Kusunoki Sakumaru	"	25	"	Kusunoki Sakumaru	"	25	1	"	"
16	Watanabe Kumanosuke	"	26	"	Watanabe Kumanosuke	"	26	1	"	"
17	" Tori	female	24	"	"	"	24	1	"	"
18	Kono Kuzo	male	23	"	Kono Kuzo	"	23	1	"	"
19	Sato Ichiro	"	20	"	Sato Ichiro	"	20	1	"	"
20	" Sato	female	18	"	"	"	18	1	"	"
21	Saito Shunichi	male	20	"	Saito Shunichi	"	20	1	"	"
22	Yamata Shunichi	"	36	"	Yamata Shunichi	"	36	1	"	"
23	" Sato	female	21	"	"	"	21	1	"	"
24	" Tomochi	male	24	"	"	"	24	1	"	"
25	" Tomo-jiro	"	22	"	"	"	22	1	"	"
26	Kanuma Tomokichi	"	29	"	Kanuma Tomokichi	"	29	1	"	"
27	" Tomo	female	22	"	"	"	22	1	"	"
28	" Sen-jiro	male	18	"	"	"	18	1	"	"
29	Nabaya Sujiro	"	27	"	Nabaya Sujiro	"	27	1	"	"
30	" Sato	female	23	"	"	"	23	1	"	"
31	" Saburo	male	26	"	"	"	26	1	"	"
32	Iwamoto Shinsaburo	"	20	"	Iwamoto Shinsaburo	"	20	1	"	"
33	" Hisa	female	19	"	"	"	19	1	"	"
34	" Masano Shun	male	19	"	"	"	19	1	"	"
35	Kokubo Sai-ichi	"	28	"	Kokubo Sai-ichi	"	28	1	"	"
36	Iwamoto Sukesaburo	"	21	"	Iwamoto Sukesaburo	"	21	1	"	"
37	Watanabe Yoskie	"	20	"	Watanabe Yoskie	"	20	1	"	"
38	Kanuo Kuratichi	"	24	"	Kanuo Kuratichi	"	24	1	"	"
39	" Yasu	female	22	"	"	"	22	1	"	"
40	" Kichichi	male	21	"	"	"	21	1	"	"

Fonte: KASATO MARU: uma viagem pela história da imigração japonesa. Arquivo Público do Estado de São Paulo – São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 51.